

Eneida Santiago
Alexandre Bonetti Lima
Alejandra Astrid Leon Cedeño
Daniel Polimeni Maireno
Josy de Souza Moriyama
Margarette Matesco Rocha
Ricardo Justino Flores
(Organizadores)



V CONGRESSO DE PSICOLOGIA DA UEL E II OFICINA DO PRÓ-SAÚDE III:

Temas emergentes na Psicologia,
diferentes perspectivas

Anais do Evento

Universidade Estadual de Londrina
Londrina – 2014

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C749a Congresso de Psicologia da UEL (5. : 2014 : Londrina, PR).
Anais do V Congresso de Psicologia da UEL [e da] II Oficina do
Pró-Saúde III [livro eletrônico] : temas emergentes na psicologia,
diferentes perspectivas / Organizadores : Eneida Santiago...[et al.]. –
Londrina : Universidade Estadual de Londrina, 2014.
1 livro digital.

Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressopsicologia/>
Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-7846-285-7

1. Psicologia – Congressos. 2. Psicologia clínica – Congressos.
3. Psicologia social – Congressos. I. Santiago, Eneida. II. Oficina do
Pró-Saúde III (2 : 2014 : Londrina, PR). III. Título: Temas emergentes
na psicologia, diferentes perspectivas. IV. Título.

CDU 159.9

**V Congresso de Psicologia da UEL & II Oficina Pró-Saúde III:
Temas emergentes na Psicologia, diferentes perspectivas.**

Entre 25 e 29/08/2014

Coordenação Geral do Evento:

Profa. Dra. Eneida Santiago

Comissão Organizadora e Científica:

Prof. Dr. Alexandre Bonetti Lima

Profa. Dra. Alejandra Astrid Leon Cedeño

Prof. Ms. Daniel Polimeni Maireno

Profa. Dra. Eneida Santiago

Profa. Dra. Josy de Souza Moriyama

Profa. Dra. Margarete Matesco Rocha

Prof. Ms. Ricardo Justino Flores

Apoio na Editoração dos Anais:

Profa. Dra. Máira Bonafé Sei

Ressalva: Os textos apresentados são de criação original dos autores, que responderão individualmente por seus conteúdos ou por eventuais impugnações de direito por parte de terceiros.

**V Congresso de Psicologia da UEL & II Oficina Pró-Saúde III:
Temas emergentes na Psicologia, diferentes perspectivas.
Entre 25 e 29/08/2014**

Promoção do Evento:

Colegiado de Curso de Psicologia - UEL

Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento (PGAC)

Departamento de Psicologia e Psicanálise (PPSI)

Departamento de Psicologia Social e Institucional (PSI)

Apoiadores do Evento:

Elo Consultoria – Empresa Júnior de Psicologia / UEL

LABTED – Laboratório de Tecnologia Educacional

Conselho Regional de Psicologia – Paraná

Pró-Saúde – Programa Nacional de Reorientação da Formação em Profissional em Saúde

**V Congresso de Psicologia da UEL & II Oficina Pró-Saúde III:
Temas emergentes na Psicologia, diferentes perspectivas.
Entre 25 e 29/08/2014**

Programação do Evento

Dia 25/08, 8:00h

Abertura do evento

10h: Conferência de Abertura “A formação em psicologia na perspectiva interdisciplinar como tema emergente”

Convidada: Profa. Dra. Ianni Regia Scarcelli (USP – SP)

Professora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Dia 25/08, 8:00h

Minicursos

Minicurso 1- Dança para todos: partilha sobre prática, método e conceitos da Oficina de Dança e Expressão Corporal como lugar-potência.

Docente: Tatiana Alves Cordaro Bichara (USP - SP; Uninove)

Número de vagas: 100

Minicurso 2 - Matizes da alma brasileira: um estudo arquetípico das narrativas mitológicas dos Orixás.

Docentes: Giselli Renata Gonçalves (UNIFIL), Felipe Santos de Torre e Felipe Montes Trevisan

Minicurso 3 - Análise do Comportamento e Infertilidade: apoio psicológico em grupo de mulheres.

Docentes: Ednéia Aparecida Peres Hayashi (PGAC – UEL) e Josy de Souza Moriyama (PGAC – UEL)

Minicurso 4 - Economia Solidária e a interface com a Psicologia: conceitos e práticas.

Docente: Rosely Jung Pisicchio (PSI – UEL)

Minicurso 5 - A prática clínica na abordagem centrada na pessoa

Docente: Francisca Klöckner (UNIFIL)

Minicurso 6 - A prática clínica na abordagem gestáltica.

Docente: Andrea S Schaack Berger (UNIFIL / Instituto de Psicologia Humanista (IPH))

Minicurso 7 - A atuação do psicólogo no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS)

Docente: Valéria Mendonça Barreiros e Herbert Proença (CRAS - União da Vitória / Londrina)

Minicurso 8 - A atuação do psicólogo no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad)

Docente: Ana Carolina Athayde (CAPSad - Londrina)

Dia 26/08, 8:00h

Mesa redonda "Tecnologias emergentes: possibilidades e desafios para a psicologia"

Comportamento suicida: violência e prevenção nas redes sociais

Profa. Ms. Ana Vitória Salimon C. dos Santos (FAI – Adamantina)

Professora das Faculdades Adamantinenses Integradas, Adamantina - SP.

Aplicações educacionais e terapêuticas da realidade virtual e da realidade aumentada

Profa. Dra. Verônica Bender Haydu (UEL) - (coordenadora da mesa)

Professora do Departamento de Psicologia e análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Serviços psicológicos realizados por meios tecnológicos de comunicação a distância

Psicóloga Fernanda Rosseto Prizibela (CRP - Paraná)

Presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização do Conselho Regional de Psicologia do Paraná.

Dia 26/08, 14:00h

Apresentação de Comunicações Orais e Painéis

Dia 27/08, 8:00h

Mesa redonda "Cidades emergentes e seus fenômenos"

Pessoas em situação de rua: tornando visível o que é invisível

Psicóloga Sara Gladys Toninato (CREAS III - Londrina)

Psicóloga do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Londrina - PR.

Sustentabilidade afetiva: um desafio para as cidades

Profa. Dra. Sonia R. Vargas Mansano (UEL)

Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Movimentos sociais atuais: qual o papel deles na sobrevivência das culturas?

Profa. Dra. Camila Mûchon de Melo (UEL) (coordenadora da mesa)

Professora do Departamento de Psicologia e Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Dia 27/08, 14:00h

Discussão do filme "Ela" (2013), de Spike Jonze.

Sinopse do filme "Ela":

Theodore (Joaquin Phoenix) é um escritor solitário, que acaba de comprar um novo sistema operacional para seu computador chamada Samantha (Scarlett Johansson). Para a sua surpresa, ele acaba se apaixonando pela personalidade deste programa informático, dando início a uma relação amorosa entre ambos. Esta história de amor incomum explora a relação entre o homem contemporâneo e a tecnologia.

Conferencistas convidados:

Prof. Ms. Marcos Roberto Garcia (USP-SP; UniFil)

Professor do Centro Universitário Filadélfia, Londrina - PR.

Psicóloga Ms. Marcia Cristina Martins Garcia (LETRA - Associação de Psicanálise)

Psicóloga Membro da LETRA – Associação de Psicanálise, Curitiba – PR.

Dia 28/08, 8:00h

Mesa redonda "Sexualidades emergentes"

As práticas psís ainda possuem manuais?: problematizando sexualidades e corporalidades em processos (r)eXistências

Prof. Ms. Márcio A. Neman do Nascimento (Unopar; Unesp – Assis)
Professor da Universidade Norte do Paraná, Londrina – PR.

Sexualidade humana e diversidade sexual

Profa. Dra. Vânia Lúcia Pestana Sant Ana (UEM)
Professora Associada da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Sexualidade e resistência: uma análise da normalização das práticas amorosas e sexuais

Prof. Dr. Paulo Roberto de Carvalho (UEL) - (coordenador da mesa)
Professor do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Dia 29/08, 8:00h

Encerramento do evento

Conferência de Encerramento “Prática Psicológica Baseada em Evidências”

Convidado: Prof. Dr. Márcio Borges Moreira (Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) / Instituto Walden4)
Professor do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

10h: "Palhinha Cultural" com a banda Samba de Caravana.

Dia 29/08, 14h

Atividade cultural

Banda “Eros e Antiquã”

MESAS REDONDAS

COMPORTAMENTO SUICIDA: VIOLÊNCIA E PREVENÇÃO NAS REDES SOCIAIS.

Profa. Ms. Ana Vitória Salimon C. dos Santos
Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI) - SP

O comportamento suicida, compreendido neste trabalho pela definição de Botega e Werlang (2004) como todo ato pelo qual um indivíduo causa lesão a si mesmo, qualquer que seja o grau de intenção letal e de conhecimento do verdadeiro motivo desse ato, vem sendo focado pela Organização Mundial de Saúde - OMS e Ministério da Saúde - MS, como uma relevante questão de Saúde Pública, dado o aumento de sua incidência, especialmente o suicídio entre idosos e jovens, e as consequências para todos os envolvidos, inclusive familiares e conhecidos. Considerando o alcance das redes sociais e o impacto das mesmas na vida das pessoas, este trabalho se propõe a refletir sobre as possibilidades de violência e prevenção nas redes sociais. Tal proposição converge com as preocupações mundiais, sendo o tema do Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio deste ano (10/09/2014), proposto pela Associação Internacional de Prevenção ao Suicídio - AISP, apoiado pela OMS: Prevenção do Suicídio: um mundo conectado. Observa-se que as redes sociais, midiáticas, tem possibilitado o aumento de conexões sociais, possibilitando multiplicação crescente das interações, muitas vezes em tempo real independente do espaço, possibilitando a globalização de informações, imagens, afetos, desafetos e violência, que estão alterando as relações *on* e *off line*, impactando na construção da subjetividade humana. O comportamento suicida é uma forma de auto-violência e se encontra geralmente associado a outras formas de violência. No campo virtual podemos citar as relações recentes entre suicídios e situações anteriores de cyberbullying, ameaças de extorsões, chantagens referentes a liberação na rede de fotos ou imagens não desejadas, mensagens e vídeos de despedidas postados na rede antes ou depois de suicídios, abrangendo conhecidos e desconhecidos, tentativas de suicídio ou suicídios disparados pela dissonância amplificada na rede entre o que se espera de si e o que se acredita ser, postagem nas redes sociais de imagens de auto-violência, pessoas mortas por suicídio ou acidentes trágicos, compondo uma extensa gama de expressões da violência bem como, muitas vezes, a promoção, execução ou incitação da mesma. Ainda

nas redes sociais midiáticas podemos observar possibilidades de prevenção quando os mesmos dispositivos que disseminam a violência também rapidamente expandem ações de Educação em Saúde, alertas para situações de risco de suicídio, trocas de experiências e ações coletivas entre pessoas e grupos geograficamente distantes, nacionais e internacionais, em prol de Paz, qualidade de vida, ferramentas que possibilitam o avanço de práticas psicológicas on-line, entre outras. Concluímos pelos desafios e possibilidades que nos colocam as transformações nos processos de subjetivação e socialização relacionados com o mundo digital, como alterações das noções de tempo, espaço, eu-outro, da relação com frustrações, angústias, níveis atencionais, imagens de si, entre outros aspectos e o quanto temos que conhecer e aprender a lidar, enfatizando que ainda a grande mola propulsora das relações, concretas, virtuais e das “reais.com” se encontram nas redes sociais primárias, “concretas”, nas relações humanas fundamentais e fundantes, as quais devem ser fortalecidas na promoção de maior resiliência e menor vulnerabilidade às violências e também para a prevenção do suicídio.

APLICAÇÕES EDUCACIONAIS E PSICOTERAPÊUTICAS DA REALIDADE VIRTUAL E DA REALIDADE AUMENTADA

Verônica Bender Haydu
Marcela Roberta Jacyntho Zacarin
Universidade Estadual de Londrina

Elizeu Borloti
Universidade Federal do Espírito Santo

Nícolás Bender Haydu
Instituto Tesla de Ciência e Tecnologia

O desenvolvimento de tecnologias computacionais pode ser caracterizado como tendo um crescimento exponencial nos últimos 10 anos. Os recursos gerados têm aplicabilidade em praticamente todos os aspectos da vida do ser humano, a qual tem passado por grandes mudanças, tanto com a melhoria das condições de vida quanto com o

agravamento de problemas sociais e psicológicos. Dentre as condições da vida que foram melhoradas estão as abarcadas no âmbito da Psicologia e da Educação, que estão cada vez mais mediadas por tecnologias educacionais e comportamentais, como aquelas utilizadas em sala de aula (e.g., *Augmented Reality Magic Book: Solar System v.3.0*; SLIJEPCEVIC, 2014), que podem ser transportadas para qualquer ambiente, por meio dos dispositivos móveis, como os *smatphones* (iPhone, iPad, Androids, etc.), os simuladores de realidade virtual e de realidade aumentada.

O presente estudo enfatiza os recursos caracterizados como realidade virtual e realidade aumentada. Esses recursos podem ser utilizados, dentre outras aplicações, para o entretenimento, a propaganda, os serviços militares, os serviços de socorros, os serviços médicos (e.g., cirurgias e procedimentos de exames clínicos), na prospecção (relacionada à hidrologia, à ecologia e à geologia), em exposições de obras e produtos (e.g., museus, feiras e parques), no ensino de repertórios pré-requisitos de uma variedade de habilidades e na psicoterapia.

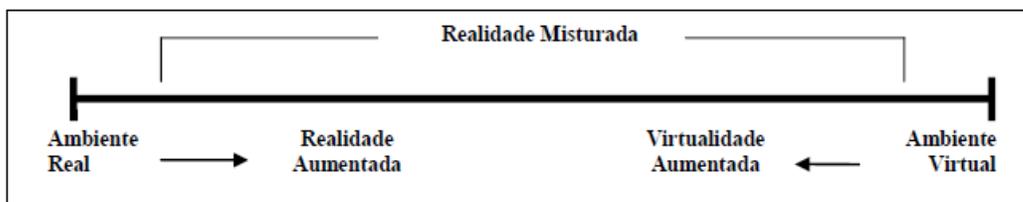
A realidade virtual é definida como sendo uma interface de interação entre o homem e a máquina - um sistema simulado por meio de computador que produz um ambiente sintético tridimensional que permite imersão, navegação e interação em tempo real. Os estímulos desse ambiente podem ser visuais, sonoros, sinestésicos, táteis e olfativos (TORI; KIRNER, 2006; RODELLO; BREGA, 2011). A realidade aumentada é simulada por meio de computador e uma câmera que capta as imagens do ambiente em que o usuário se encontra, combinando os elementos do ambiente virtual com o do ambiente real. “[...] a realidade aumentada mantém o usuário no seu ambiente físico e transporta o ambiente virtual para o espaço do usuário, por meio de algum dispositivo tecnológico”. (KIRNER; KIRNER, 2011, p. 16).

Atualmente existe uma quantidade muito grande de dispositivos tecnológicos classificados como sendo virtuais, atestando que o conceito evoluiu ao longo dos anos (RODELLO; BREGA, 2011; BAUS; BOUCHARD, 2014) à medida que os recursos foram sendo modernizados e novas tecnologias foram criadas. Essa ampliação e sobreposição de recursos fez com que a tecnologia virtual passasse a ser caracterizada como estando em um *contínnum* que vai do ambiente real ao virtual. Entre esses dois extremos,

encontram-se a realidade aumentada e a mista (MILGRAN et al.,1994). “Quando há predominância do virtual sobre o real, denomina-se Virtualidade Aumentada (VA) e, ao contrário, Realidade Aumentada (RA). Ao conjunto, tanto VA quanto RA, denomina-se Realidade Misturada (RM)”. (RODELLO; BREGA, 2011, p. 46). A Figura 1 mostra um esquema desse *contínuum*. Para facilitar a comunicação, no presente texto, a expressão *realidade virtual* será usada genericamente para designar a tecnologia que está identificada ao longo desse *contínuum*.

Os processos que dão as características da realidade virtual são a interação, a imersão e a presença. A interação é caracterizada como o processo que possibilita ao usuário modificar o ambiente virtual, controlando propriedades desse ambiente de modo a produzir diferentes estímulos. Exemplos de ambientes virtuais altamente interativos são aqueles em que o usuário é filmado e os movimentos que ele executa são reproduzidos por *avatares* ou por sua própria imagem, ou de partes de seu corpo no ambiente virtual (realidade aumentada). Existem diferentes técnicas de manipulação de objetos em ambientes virtuais, as quais dependem dos dispositivos e do sistema programado. O leitor interessado pode consultar Rebelo (2004).

Figura 1. *Contínuum* de virtualidade.



Fonte: Rodello e Brega (2011, p. 47).

A imersão é obtida por meio dos recursos tecnológicos específicos, como sistema de som e de imagem em 3D, luvas eletrônicas, *joysticks*, dispositivos de rastreamento, esteiras, óculos, as propriedades de deslocamento na navegação, etc. Quanto maior o número de diferentes tipos de estímulos e de diferentes modalidades sensoriais estimuladas, maior é o grau de imersão produzido pelo ambiente virtual. Por exemplo, um simulador de automóvel do tipo “cave” (cabine de carro), que apresenta o som do motor, os

movimentos de vibração e de balanço e visão em 3D com deslocamento na navegação produz alto grau de imersão.

A presença é a extensão com que os ambientes virtuais parecem realísticos ao usuário. Apesar de ser considerada fundamental, não existe acordo entre os autores da área de qual a melhor definição para essa propriedade. De acordo com Witmer e Singer (1998), senso de presença é a experiência subjetiva de se estar em um ambiente ou lugar mesmo estando fisicamente em outro, sendo fundamental que haja envolvimento e imersão. Por outro lado, Slater (2003) considera que o termo envolvimento e presença são fenômenos distintos, uma vez que alguém pode sentir-se presente, mas não envolvido e vice versa. Para Slater, um cenário que faz com que o usuário se sinta presente é aquele que é interessante.

1. Processos de aprendizagem

Os ambientes virtuais possibilitam o estudo e o estabelecimento de condições para a intervenção de educadores e terapeutas por propiciarem estímulos e condições para a emissão de respostas pré-requisito que compõem uma enorme gama de repertórios comportamentais, assim como para a análise de processos perceptuais e sensoriais: (a) processos de habituação; (b) processos de extinção respondente; (c) desenvolvimento de dessensibilização sistemática; (d) processos motivacionais; (e) processos neuropsicológicos/neurocognitivos; e (d) processos operantes, como a modelagem, o reforço positivo, o reforço negativo e a punição (*feedback*), a imitação, o controle de estímulos (discriminação e generalização de estímulos) e processos de atenção relacionados a esse controle.

Ao se considerar, por exemplo, a modelagem de respostas do usuário em relação aos estímulos do ambiente virtual, constata-se que esta pode ser feita com a aproximação sucessiva e gradual ao comportamento-alvo de uma forma bastante precisa. Isso é feito, de maneira usual, por meio do estabelecimento de tarefas em pequenos passos, do reforço diferencial dos comportamentos que estão de acordo com o critério de aproximação ao comportamento-alvo e da extinção daqueles que não estão. Além disso, podem ser feito

acréscimo de dimensões de estímulos no ambiente, levando a um aumento na dificuldade das discriminações e/ou ações a serem realizadas pelo usuário. O aumento do grau de dificuldade da tarefa pode também ser feito pela ampliação do número de respostas a serem emitidas para a sua execução ou para a consecução de uma fase do procedimento. Tempos de reação cada vez menores podem ser requeridos, o que torna a execução das tarefas cada vez mais ágeis.

Reforços ou *feedback* podem ser liberados imediatamente (em tempo real) após as ações executadas, o que aumenta a eficácia da intervenção, pois um dos aspectos relevantes do efeito de reforços é o quanto eles são imediatos (SKINNER, 1953/1981). O registro e acompanhamento dos comportamentos também podem ser programados para ocorrer em tempo real, o que aumenta a precisão das avaliações realizadas, possibilitando a constatação da necessidade de instruções complementares e/ou a reprogramação de atividades. Todos esses procedimentos e processos são passíveis de serem programados por meio de realidade virtual e aumentada, o que foi, de certa maneira, previsto por Skinner (1968/1972) ao propor as máquinas de ensinar em seu livro *Tecnologia do Ensino*.

2. Aplicações educacionais

As possibilidades de recursos de realidade virtual e aumentada para a educação são inúmeras, podendo ser citados os recursos de sala de aula para os diferentes níveis de ensino, bem como para a capacitação e treinamento de profissionais das mais diversas áreas e campos de atuação. Na educação básica destacam-se as aplicações no ensino de Ciências, Geografia, Matemática, Arquitetura e Arqueologia, pelas quais os alunos podem ser imersos em ambientes para vivenciarem os cenários tridimensionais dos mais diversos objetos e eventos atuais e históricos (BEHESHTI, 2012). No ensino superior, em disciplinas das áreas de Química, Física, Biologia e Medicina, segundo Oliveira et al. (2013), podem ser criados experimentos virtuais que não poderiam ser realizados ao vivo em sala de aula, devido ao perigo do manuseio (em acidentes ou riscos à saúde) e às eventuais dificuldades para visualizar resultados. Ainda, podem ser criadas simulações para a visualização de

estruturas complexas com a integração de múltiplos recursos sensoriais, possibilitando a compreensão de conceitos abstratos (MENDONÇA; MUSTARO, 2011).

Uma das grandes vantagens da aplicação da realidade virtual e da realidade aumentada ao ensino é o fato de que os alunos podem conhecer ambientes que por questão de distância, disponibilidade de tempo e segurança não poderiam ser acessados. Outra grande vantagem é a possibilidade de ensinar por meio de jogos. Segundo Walsh et al. (2004), os videogames são professores naturais. Eles são altamente motivadores devido às características de interação, permitindo um engajamento ativo e a liberação de reforços imediatos para um jogo hábil.

Apesar de todas essas vantagens, uma revisão da bibliografia de estudos empíricos de aplicações educacionais da realidade virtual (MIKROPOULOS; NATSIS, 2011) revelou que, embora esse tipo de recurso possibilite a interação multissensorial, representações visuais foram as mais usadas nos estudos. Em poucos estudos foram usadas configurações de realidade virtual imersivas e que tenham avaliado resultados positivos sobre a aprendizagem. As características dos ambientes virtuais que contribuem para a aprendizagem, tais como experiências de primeira ordem, autonomia, presença, dentre outras, foram exploradas nos estudos. Os resultados mostram que, apesar de a maioria dos 53 artigos analisados estar relacionada às Ciências e à Matemática, os pesquisadores das áreas das Ciências Sociais também atribuem valor educativo à realidade virtual e aumentada e planejam incorporar seus objetos de estudo em ambientes virtuais de ensino. Os autores concluem afirmando que estudos longitudinais são necessários e que a principal contribuição da revisão por eles realizada é referente às perspectivas futuras de investigações sobre o tema.

3. Aplicações psicoterapêuticas: fobias e medos

De acordo com os princípios de Análise do Comportamento, os processos comportamentais citados a seguir são também processos de aprendizagem. No contexto terapêutico, com o uso de realidade virtual, podem ser destacados os processos de habituação, extinção respondente, dessensibilização sistemática, extinção de respostas de

esquiva e reforço de repostas de enfrentamento. São inúmeros os estudos que avaliaram simuladores de realidade virtual para medos e fobias na terapia de exposição à realidade virtual (*virtual reality exposure therapy* - VRET) e na terapia de exposição à realidade aumentada (*augmented reality exposure therapy* – ARET), podendo ser citados, por exemplo, os relacionados ao transtorno do pânico e agorafobia (BOTELLA et al, 2007; PITTI et al. 2008), PTSD (TWORUS; SZYMANSKA, ILNICKI, 2010), aracnofobia (ALEXANDRA; ZETTLE; ZETTLE, 2011; MICHALISZYN et al., 2010), claustrofobia (BOTELLA et al., 2000; MALBOS et al., 2010), medo de dirigir (MÜHLBERGER et. al., 2007; WALD, 2004), fobia social em geral (HERBELIN, 2005), medo de falar em público (HARRIS; KEMMERLING; NORTH, 2000; SAFIR, WALLACH; BAR-ZVI, 2012), medo de provas e exames (ALSINA-JURNET; CARVALLO-BECIU; GUTIÉREZ-MALDONADO, 2007) e acrofobia (EMMELKAMP; BRUYNZEEL; DROST, 2001; COELHO et al., 2009), medo de animais, como aranhas e baratas (BRETÓN-LÓPEZ et al., 2010; MICHALISZYN, et al., 2010).

Em estudos realizados com pessoas com medo de falar em público, como o de Harris, Kemmerling e North (2000), observou-se que o uso da realidade virtual reduziu a ansiedade e o comportamento de evitar falar em público de estudantes universitários. Quando comparada à terapia cognitivo-comportamental, a exposição com o recurso de realidade virtual foi igualmente eficaz. A exposição pode ser feita em um auditório, reunião ou qualquer outro ambiente virtual que leve o cliente a fazer um discurso para um determinado grupo de pessoas. O grau de exposição é aumentado à medida que o participante fala, por exemplo, podem aparecer mais pessoas para assistir os discursos, as pessoas ali presentes podem começar a expressar interesse, como anotar o que é falado, ou desinteresse, como bocejar, atender ao celular etc. Segundo Slater et al. (2006), os ambientes virtuais para o tratamento de medo de falar em público não precisam ser completamente fieis às situações reais. Uma simples representação, mesmo que seja com poucos *avatars* na plateia (com comportamentos programados), já é o suficiente para que o participante se sinta presente naquela situação. O aspecto fundamental, de acordo com Slater, é que a pessoa de fato se exponha à situação para que ocorra a extinção das repostas de ansiedade e de medo. Com a extinção dos respondentes, as repostas

operantes de esquia podem diminuir de frequência (devido a uma redução na aversividade da situação) e as de enfrentamento podem aumentar de frequência (devido ao fato de serem reforçadas).

4. Vantagens e desvantagens dos recursos de realidade virtual e aumentada para terapia

A realidade virtual e a aumentada podem ser desenvolvidas para apresentar simulações que possibilitam a avaliação e a intervenção terapêutica em uma variedade de problemas psicológicos e neuropsicológicos com programação de condições de estímulo específicas que não são facilmente ou seguramente estabelecidas na exposição *in vivo*. Nessas condições, o controle de estímulos de situações complexas é estabelecido com maior precisão e os comportamentos podem ser sistematicamente e constantemente gravados e monitorados. Por exemplo, a exposição de pessoas com medo ou fobia de dirigir no trânsito é muito mais segura no simulador do que em condições reais. Apesar de o ambiente ser seguro, permite a exposição às situações de perigo sem que de fato o participante corra riscos. Cada cenário para que o enfrentamento possa ser reforçado pode ser sistematicamente gravado e reprogramado de acordo com sua importância em termos da eliciação/evocação do comportamento emocional. No simulador, a atenção do participante no objetivo ou condição-alvo da exposição é focalizada, podendo, portanto, manter a atenção do participante por um maior período de tempo. Os ambientes virtuais aumentam a motivação e, conseqüentemente, os participantes apresentam maior aderência ao tratamento e aumenta a possibilidade obtenção dos resultados esperados (ROTHBAUM, 2009; WIEDERHOLD; RIZZO, 2005). Boralli, et al. (2003, p. 4) resumiram assim essas e outras vantagens:

- ✓ Conveniência – O equipamento esta disponível no próprio consultório do terapeuta, fazendo com que o tratamento seja mais conveniente e menos estressante para o paciente e o terapeuta;
- ✓ Confidência – Pelo fato do tratamento ser no consultório, as chances de constrangimentos públicos que poderiam ocorrer na terapia “*in vivo*” são eliminadas;

- ✓ Controle do Ambiente – O terapeuta tem maior controle do ambiente de exposição do paciente, em relação a um ambiente real que está sujeito a situações inesperadas [...]. Além disso, o ambiente virtual pode fornecer mais informações ao terapeuta, possibilitando, de acordo com as diferentes respostas da pessoa, adicionar, remover ou modificar diferentes partes deste ambiente, e assim, ter um maior controle sobre o progresso do tratamento;
- ✓ Receptividade – Os pacientes estão mais abertos à utilização da RV, por saberem que estão seguros no consultório do terapeuta;
- ✓ Custo – Tratamentos com exposições em ambiente real são normalmente caros devido aos gastos com tempo e investimento no ambiente para se ter maior controle deste. Com a RV, o tratamento é feito no consultório do terapeuta, tornando o custo reduzido [...] mesmo levando em consideração a aquisição dos equipamentos de RV, pois o custo da aquisição desses equipamentos acaba sendo amortizado no decorrer do tempo de utilização;
- ✓ Tempo – O tratamento realizado com RV mostra-se muito efetivo quanto à redução do tempo de tratamento, podendo ser até 10 vezes mais rápido que o tratamento convencional;
- ✓ Eficiência – Paciente com dificuldade de imaginar situações encontra na RV um método eficiente de tratamento.
- ✓ Segurança – O fato de o tratamento ser em um ambiente controlado e as condições do paciente monitoradas constantemente, o nível de intensidade da exposição à fobia poderá ser reduzido, caso seja detectado um agravamento da fisiologia do paciente.

Quanto às desvantagens, deve-se considerar o fato de que os sistemas nem sempre têm interfaces amigáveis, de tal forma que os terapeutas necessitam ser capacitados para poderem usar o equipamento de forma eficiente. Em muitos casos, os cenários têm que ser personalizados para os diferentes usuários, o que nem sempre é possível dado à programação prévia dos simuladores (Haydu et al., 2014). Um dos grandes problemas, mesmo com os dispositivos mais modernos como o Óculus Rift (*Head-mounted display*), é o fato de o usuário ter sensações de desconforto, como vertigens, fadiga visual, náusea etc., ao ser exposto aos cenários da realidade virtual. No entanto, cabe destacar que esse efeito (*cybersickness*) praticamente não é observado no uso da realidade aumentada.

5. O que mostram algumas revisões da literatura sobre estudos de VRET e ARET

Uma revisão paramétrica da literatura foi desenvolvida por McCann et al. (2014), a qual abrangeu o período 1995 a 2012, com estudos sobre terapia de exposição à realidade virtual para distúrbios de ansiedade. Vinte e sete artigos atenderam ao critério de ensaio randomizado controlado (*randomized controlled trials*), sendo que esses estudos envolveram um total de 1080 participantes. O diagnóstico clínico dos participantes dos estudos foi: medo de voar (n = 7), medo de falar em público/ansiedade social (n = 4), transtorno do pânico com agorafobia (n = 3), acrofobia (n = 3), aracnofobia (n = 3), transtorno do stress pós-traumático, PTSD (n = 3), transtorno de ansiedade generalizada, TAG (n = 1), stress (n = 1), fobia de escola (n = 1), transtorno do pânico com ou sem agorafobia (n = 1). Na maioria dos estudos foram realizadas comparações entre o grupo experimental que recebeu tratamento e um grupo controle (n = 19), e outros fizeram comparações entre o grupo que recebeu tratamento e participantes em uma lista de espera ou com um grupo de participantes com tratamento placebo (n = 8). O objetivo principal do estudo foi realizar uma análise da qualidade dos estudos sobre VRET, quantificando “a extensão com que características de delineamentos de pesquisa de qualidade estavam presentes e examinar se a qualidade dos estudos esteve ou não relacionada com o tamanho do efeito do tratamento” (p. 626). Além disso, os pesquisadores visaram avaliar se os estudos de VRET sofreram mudança quanto à qualidade do efeito do tratamento ao longo do tempo. Foram avaliados os seguintes critérios de qualidade desses estudos: (a) os participantes preencheram os critérios diagnósticos de transtorno de ansiedade, determinado por uma entrevista clínica; (b) um manual de tratamento foi utilizado para habilitar os prestadores de serviço (terapeutas); (c) os terapeutas receberam treinamento específico para realizar a intervenção; (d) a fidelidade do tratamento foi avaliada ao longo do estudo; (e) uma análise de intenção do tratamento foi realizada (*an intent-to-treat analysis*); (f) uma comparação entre o grupo submetido ao tratamento e o grupo controle, envolvendo 50 ou mais participantes, foi realizada; (g) a randomização foi realizada por um pesquisador que não conhecia as condições de tratamento; e (h) os avaliadores não conheciam as condições do estudo.

Dentre os diversos aspectos analisados pela meta-análise realizada por McCann et al. (2014), foi observado que nenhum dos estudos preencheu mais do que seis dos oito critérios de qualidade acima e essa qualidade não esteve relacionada com o tamanho do efeito do tratamento. Os grupos de participantes submetidos à VRET tiveram uma pequena vantagem terapêutica (*small effect size advantage*) em comparação aos grupos de controle ativo e uma grande vantagem (*large effect size advantage*) em comparação aos grupos de controle não ativos, independentemente da classificação de qualidade do estudo. Os autores concluíram que “VRET pode ser um método eficaz de tratamento, mas recomenda-se cautela na interpretação do atual corpo de literatura de apoio VRET em relação aos padrões existentes de atendimento” (p. 625). Sugeriram, por isso, que estudos futuros busquem atender aos critérios de qualidade em pesquisa.

Em outra revisão da literatura, Baus e Bouchard (2014) fizeram uma análise histórica do movimento da VRET para terapia baseada em exposição realidade aumentada (ARET). Segundo esses autores, a realidade aumentada “limita-se a produzir certos elementos virtuais para, em seguida, fundi-los para a visão do mundo físico” (p. 1), o que difere da realidade virtual em que ambientes completos devem ser programados. Devido a essa condição de integração dos elementos do mundo real com os do virtual, a realidade aumentada tem grandes possibilidades de aplicação na psicoterapia de pessoas que sofrem de fobia específica, com custos associados à programação mais baixos do que aqueles que envolvem a programação de ambientes virtuais completos. Levando isso em consideração, bem como o fato de a realidade aumentada possibilitar que o usuário tenha percepção direta do próprio corpo, Baus e Bouchard sugeriram que a ARET é uma alternativa eficaz como recurso para terapias de exposição aos eventos e objetos relacionados a diferentes tipos de fobias específicas, mas também consideram haver potencial para terapia de exposição de fobias não específicas, como a fobia social.

6. Considerações finais

Este estudo enfatizou os recursos caracterizados como realidade virtual e realidade aumentada e como eles têm sido empregados por educadores e psicoterapeutas na

modificação de repertórios comportamentais. Mostrou algumas possibilidades de aplicações educacionais e clínicas desses recursos pelos processos de aprendizagem possibilitados por eles. Nisso, descreveu suas vantagens e desvantagens, destacando o que apontam os estudos de revisão: a necessidade de mais estudos de sua eficácia, atentos aos critérios de qualidade em pesquisa.

A tecnologia da informação tem um grande potencial e impacto na vida dos estudantes de hoje, no entanto, essa tecnologia, principalmente a que pode ser acessada por meio de aparelhos móveis, está, na maioria dos casos, restrita às atividades não acadêmicas deles. Poucas são as salas de aula ou programas de ensino que têm esse tipo de recurso ou algum tipo de simulador disponível. Além da aquisição dos equipamentos, segundo (Oliveira et al., 2013), os currículos deverão ser reformulados e os professores capacitados para que a realidade virtual possa fazer parte do ensino.

No que se refere ao uso da realidade virtual e aumentada na psicoterapia, concordamos com Dores et al. (2012) que as dificuldades relativas ao custo e tempo de desenvolvimento dos simuladores devem ser superadas e que os fatores que contribuem para os efeitos secundários (*cybersickness*) devem ser minimizados. Vale enfatizar que essa tecnologia deve ser utilizada como um recurso e não em substituição à atuação do terapeuta, afinal, ele continua tendo um papel fundamental no processo terapêutico.

Referências

ALEXANDRA, L.; ZETTLE, W.; ZETTLE, R. D. Targeting fear of spiders with control acceptance, and Information-based approaches. **The Psychological Record**, v. 61, p. 77–92, 2011.

ALSINA-JURNET, I., C. CARVALLO-BECIU, & GUTIÉRREZ-MALDONADO J. Validity of virtual reality as a method of exposure in the treatment of test anxiety. **Behavior Research Methods**, v. 39, n.4, p. 844-851. 2007.

BAUS, O.; BOUCHARD, S. (2014). Moving from virtual reality exposure-based therapy to augmented reality exposure-based therapy: a review. **Frontiers in Human Neuroscience**, 4, p. 1-15, 2014.

BEHESHTI, J. Virtual Environments for Children and Teens. In: Christiane Eichenberg (Org.), **Virtual Reality in Psychological, Medical and Pedagogical Applications**. Montreal: InTech, p. 271-286, 2012.

BORALLI, J. A., et al. (2003). Sistema Integrado com Biofeedback e Ambientes Virtuais para Tratamento de Fobias, In: **Symposium on Virtual Reality**, 6, 2003, Ribeirão Preto. Anais do SVR2003, Ribeirão Preto, SP, 2003.

BOTELLA et al. Virtual Reality in the Treatment of Claustrophobic Fear: A Controlled, Multiple-Baseline Design. **Behavior Therapy**, v. 31, p. 583 – 595, 2000.

BOTELLA, C. Virtual reality exposure in the treatment of panic disorder and agoraphobia: a controlled study. **Psychology and Psychotherapy**, v. 14, p. 164-175, 2007.

BRETÓN-LÓPEZ, J, et al. (2010). An augmented reality system validation for the treatment of cockroach phobia. **Cyberpsychology, Behavior and Social Networking**, v. 13, n. 6, p. 705-710, 2010.

COELHO et al. The use of virtual reality in acrophobia research and treatment. **Journal of Anxiety Disorders**, v. 23, p. 563–574, 2009.

DORES, Artemisa R. et al. Realidade virtual na reabilitação: por que sim e por que não? uma revisão sistemática, **Acta Médica Portuguesa**, v. 25, n. 6, p 414-421, 2012.

EMMELKAMP, P. M. G.; BRUYNZEEL, M.; DROST L. Virtual reality treatment in acrophobia: a comparison with exposure in vivo, **Cyberpsychology & Behavior**, v. 4, n. 3, p. 335 – 339, 2001.

HARRIS, S. R.; KEMMERLING, R. L.; NORTH, M. M. Brief virtual reality therapy for public speaking anxiety. *Cyberpsychology & Behavior*, v. 5, n. 6, p. 543-550, 2002.

HAYDU, V. B. et al. Facetas da exposição in vivo e por realidade virtual na intervenção psicológica no medo de dirigir. **Psico**, v. 45, p. 136-146, 2014.

HERBELIN, B. **Virtual reality exposure therapy for social phobia**. Tese (Doutorado em ciências) Institut des systèmes informatiques et multimédias. Lausanne, 2005. Disponível em: http://infoscience.epfl.ch/record/53674/files/EPFL_TH3351.pdf. Acesso em 22/01/2014.

KIRNER, C.; KIRNER, T. G. Evolução e Tendências da Realidade Virtual e da Realidade Aumentada. In: SIMPÓSIO DE REALIDADE VIRTUAL E AUMENTADA, 13, 2011, **Livro do**

Pré-Simpósio, Uberlândia: SBC, 2011, p. 10-25. Disponível em: http://www.de.ufpb.br/~labteve/publi/2011_svrps.pdf. Acesso em 30/05/2014.

MALBOS, E.; MESTRE, D. R.; GELLATO, C. Virtual reality and claustrophobia: multiple components therapy involving game editor virtual environments exposure. **Cyberpsychology & Behavior**, v. 11, n. 6, p. 695-697, 2008.

MENDONÇA, R. L.; MUSTARO, P. N. Como tornar aplicações de realidade virtual e aumentada, ambientes virtuais e sistemas de realidade mista mais imersivos. In: Simpósio de Realidade Virtual e Aumentada, 13, 2011, **Livro do Pré-Simpósio**, Uberlândia: SBC, 2011, p. 96-112. Disponível em: http://www.de.ufpb.br/~labteve/publi/2011_svrps.pdf. Acesso em 30/05/2014.

MICHALISZYN, D. et al. A randomized, controlled clinical trial of in virtuo and in vivo exposure for spider phobia. **Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking**, v. 13, n. 6, p. 689-695, 2010. doi: 10.1089/cyber.2009.0277

MILGRAN, P. et al. Augmented Reality: A Class of Displays on the Reality-Virtuality Continuum. **Telem manipulator and Telepresence Technologies**, v. 2351, p. 282-292, 1994.

MÜHLBERGER, A. et al. Virtual reality for the psychophysiological assessment of phobic fear: responses during virtual tunnel driving. **Psychological Assessment**, v. 19, n. 3, p. 340 – 346, 2007.

OLIVEIRA, A. DA S. et al. Mundos virtuais e educação: desafios e possibilidades. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 7, n. 2, p. 227-240, 2013. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/639/272>. Acesso em: 13/02/2014.

PITTI, C. T. et al. Agoraphobia: combined treatment and virtual reality: preliminary results. **Actas Españolas de Psiquiatria**, v. 36, n. 2, p. 94-101, 2008.

REBELO, I. B. (2004). **Proposta de uma ferramenta de verificação dos procedimentos de interação em sistemas de realidade virtual**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Disponível em: <http://teses.eps.ufsc.br/RESULT.ASP>. Acessado em: 15/02/13.

- RODELLO, I. A.; BREGA, J R. F. Realidade Virtual e Aumentada em Ações de Marketing. In: SIMPÓSIO DE REALIDADE VIRTUAL E AUMENTADA, 13, 2011, **Livro do Pré-Simpósio**, Uberlândia: SBC, 2011, p. 45-58. Disponível em: http://www.de.ufpb.br/~labteve/publi/2011_svrps.pdf. Acesso em 30/05/2014.
- ROTHBAUM, B. O. Using virtual reality to help our patients in the real world. **Depression and Anxiety**, v. 26, p. 209–211, 2009.
- MCCANN, RUSSELL A. et al. Virtual reality exposure therapy for the treatment of anxiety disorders: An evaluation of research quality, **Journal of Anxiety Disorders**, Vol. 28, n. 6, p. 625-631, 2014.
- SAFIR, M. P.; WALLACH, H. S.; BAR-ZVI, M. Virtual reality cognitive-behavior therapy for public speaking anxiety: one year follow-up. **Behavior Modification**, v. 36, n. 2, p. 235-246, 2012.
- SLATER, M. A note on presence terminology. **Presence Connect**, v. 3, n.3, p. 1-5, 2003.
- SLIJEPCEVIC, N. **Augmented Reality Magic Book: Solar System v.3.0 (Mobile and Desktop)**, 2014. Disponível em: <http://www.arined.org/>. Acessado em: 10/08/2014.
- Skinner, B. F. *Ciência e Comportamento Humano*. São Paulo: Martins Fontes, 1981. (Publicado originalmente em 1953).
- Skinner, B. F. **Tecnologia do Ensino**. São Paulo: Herber, 1972. (Publicado originalmente em 1968).
- TORI, R.; KIRNER, C. (2006). Fundamentos e Tecnologia de Realidade Virtual e Aumentada. In: SIMPÓSIO DE REALIDADE VIRTUAL, 8, **Livro do Pré-Simpósio**, 2006, Belém: SBC, 2006, p. 2-21. Disponível em: http://www.ckirner.com/download/capitulos/Fundamentos_e_Tecnologia_de_Realidade_Virtual_e_Aumentada-v22-11-06.pdf. Acesso em: 30/05/2014.
- TWORUS, R.; SZYMANSKA, S.; ILNICKI, S. A soldier suffering from PTSD, treated by controlled stress exposition using virtual reality and behavioral training. **Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking**, v. 13, n. 1, p. 103-107, 2010.
- WALD, J. Efficacy of virtual reality exposure therapy for driving phobia: A multiple baseline across-subjects design. **Behavioral Therapy**, v. 35, p. 621-635, 2004.

WALSH, D.; et al. **Ninth Annual MediWise Video Game Report Card**. Minneapolis, MN: National Institute on Media and the Family. 2004. Disponível em www.mediafamilie.org. Acesso em 10/08/2008.

WIEDERHOLD, B. K.; RIZZO, A. Virtual reality and applied psychophysiology. **Applied Psychophysiology and Biofeedback**, v. 30, n.3, p. 183-185, 2005.

WITMER, B.; SINGER, M. Measuring presence in virtual environments: A presence questionnaire. **Presence: Teleoperators and Virtual Environments**, v. 7, n. 3, p. 225-240, 1998.

A SEXUALIDADE HUMANA E DIVERSIDADE SEXUAL

Profa. Dra. Vânia Lúcia Pestana Sant' Ana
Universidade estadual de Maringá - UEM*

Na segunda metade do Século XX o estudo científico da sexualidade humana foi intensificado a partir da publicação do relatório Kinsey. Embora a sexualidade tenha sido um frequente objeto de interesse de pesquisadores e curiosidade dos leigos das mais diferentes épocas durante a maior parte da história da nossa espécie ela permaneceu envolta em mitos e crenças que só fizeram retardar as investigações sérias e científicas sobre sua forma e constituição.

Um estudo retrospectivo de como se processaram as alterações no comportamento sexual humano em diferentes épocas leva à conclusão de que o primeiro passo para tais alterações foi a possibilidade da obtenção do orgasmo pela mulher. Tal fato deveu-se à mudança de posição do ato sexual durante a evolução da espécie quando este passou a ser executado frente a frente e não mais com a penetração posterior.

O segundo fator determinante das alterações no comportamento sexual humano foi a descoberta da função do homem na geração dos filhos o que criou a posse masculina relativa à monogamia feminina como forma de garantir a paternidade e posterior acesso à herança.

A partir do orgasmo feminino e suas conseqüentes influências na prática do intercuro sexual nos primórdios da evolução da espécie bem como da função do homem na procriação, a atividade sexual humana passou por períodos altamente diferenciados no que se refere às normas, aos valores e padrões de acordo com a estrutura social, econômica, moral e política da época estudada. Assim, a recapitulação histórica sobre o desenvolvimento e compreensão da sexualidade humana e suas formas de expressão “refletem, invariavelmente, os ditames culturais e morais de sucessivas épocas... e nunca ocorrem num vácuo social” (Leiblum e Pervin, 1982, p. 25).

É possível analisar as mudanças ocorridas na expressão da sexualidade humana enfocando o papel atribuído a cada sexo em diferentes épocas da história. Na Grécia antiga as mulheres e os escravos eram iguais em relação a direitos políticos e legais e tal situação era extensiva às babilônicas, egípcias e hebreias, sendo o homem considerado superior à mulher e esta “uma propriedade, primeiro do pai, depois do marido e em seguida do filho...” (Tannahil, 1983, p. 61).

Embora cada cultura tenha desenvolvido um código apropriado para reger as relações entre homens e mulheres, nada se compara àquele elaborado sob o domínio da “Primitiva Igreja Cristã. Outras sociedades ocidentais condenaram com graus variáveis de severidade o adultério (geralmente), a contracepção (raramente), o aborto (às vezes), a homossexualidade (às vezes), o infanticídio (raramente), a zoofilia (às vezes) e a masturbação (nunca). A Primitiva Igreja Cristã proscreeu todos eles” (Tannahil, 1983, p. 174).

O Cristianismo era uma religião dualista, oposta às religiões naturalistas da época, encarando o homem como composto de corpo (matéria) e alma (espírito). O corpo era considerado apenas como o local de morada do espírito, sendo que com a morte corporal este sobreviveria em uma nova vida espiritual, daí a preservação de valores morais, visto que a nobreza pertenceria ao espírito.

A concepção Cristã, na qual havia a valorização do espírito, em detrimento do corpo, levou o prazer sexual a ser mal considerado e, posteriormente, julgado como algo maléfico e pecaminoso. Assim, o sexo passou a ser aceito apenas quando o intercuro era realizado

sem paixão e dentro do casamento – enfatizado como a única condição aceitável para a prática sexual.

Esta posição permaneceu inalterada até o século XV, quando surge o Renascimento e as pessoas começam a se libertar intelectual e artisticamente passando a aceitar como naturais seus desejos, percepções e impulsos. Paralelamente a estas mudanças houve uma abertura maior nas artes, literatura e vida. Criou-se uma nova realidade social, na qual o indivíduo poderia deixar de ser “assexuado”, e o sexo torna-se, novamente, idealizado e desfrutado (Sussman, 1976) como ocorrera antes do advento do cristianismo.

No início do século XVI ocorreu a Reforma Protestante e o sexo, para os Reformistas, deixa de ter como finalidade única a de procriação, sendo permitido – entre outros motivos – em situações para agradar a um dos parceiros. Apesar dos aspectos positivos, retornaram ao modelo patriarcal do Antigo Testamento, com o homem tendo o papel de substituto de Jeová e merecendo obediência, solidariedade e fecundidade.

Além das mudanças ocorridas durante os Séculos XVI, XVII e XVIII, o processo de aburguesamento da sociedade, que se processou de forma lenta e profunda, levou a uma mudança de valores sociais e morais. Com a mudança dos valores sociais, a nobreza deixou de ser dominante e passou a ser alvo de críticas por seu comportamento libertino.

Outra fonte de mudanças sociais foi o desenvolvimento intelectual ocorrido nos Séculos XVII e XVIII, sendo que as contribuições científicas deste período influenciaram a redefinição de muitos ideais existenciais de assuntos humanos, incluindo a sexualidade. As explicações científicas diminuíram o poder da Igreja para legislar sobre todos os assuntos e libertaram os intelectuais da dependência de explicações místicas. Com o mistério do sexo diminuído e o medo do castigo sobrenatural por transgressões sexuais eliminados, esta época viveu uma maior liberalização nos costumes morais e sexuais. Apesar do Século XVIII ter sido um grande marco para a atitude mais liberal em relação ao sexo e às emoções, os educadores do Século XIX passaram a considerar a expressão do instinto sexual como uma corrupção moral e pouco a pouco a sexualidade deixou de ser integrada à vida (Sussman, 1976).

Na virada do Século XIX a sociedade se viu agudamente questionada através da obra de artistas e intelectuais que tomaram a dianteira de políticos e pedagogos. Temas

como a dupla moral, a situação da mulher, a continência e ignorância sexual eram frequentemente abordadas pelos escritores que também apresentavam a sexualidade, a mulher, o amor, o erotismo e a sensualidade de uma forma positiva e atraente. Na segunda metade do Século XX o estudo científico da sexualidade humana foi intensificado a partir da publicação do relatório Kinsey

Com o início dos estudos científicos e sistematizados da sexualidade humana durante o século XX vários avanços foram obtidos e os sexologistas atuais concordam em que o modernismo sexual na teoria e na pesquisa foi introduzido por Sigmund Freud, na Áustria; Henry Haverlock Ellis, na Inglaterra; ¹Magnus Hirschfeld, na Alemanha; e Alfred Kinsey nos Estados Unidos. “Com exceção de Freud, todos esses homens eram sexologistas entusiásticos que procuraram ampliar as fronteiras do comportamento sexual legítimo, reconhecer a existência da sexualidade feminina em paridade com a masculina, e questionar os contextos institucionais tradicionais da sexualidade humana: o casamento e a família” (Leiblum, e Pervin, 1982, p.27).

Os estudos pioneiros desses pesquisadores, embora tenham sido duramente contestados e criticados em sua época, propiciaram o surgimento de vários trabalhos antropológicos e transculturais nos quais eram questionados os preceitos rígidos e punitivos herdados da tradição judaico-cristã em relação ao sexo e suas práticas, os quais ainda influenciavam a moralidade das décadas iniciais do Século XX.

Dentre as várias pesquisas sobre o funcionamento sexual realizadas na primeira metade do Século XX, a que maior impacto causou foi feita por Kinsey e colaboradores (1948, 1953), “as duas obras de Kinsey, *Sexual Behavior in the Human Male* (Kinsey, Pomeroy & Martin, 1948) e *Sexual Behavior in the Human Female* (Kinsey, Pomeroy, Marin & Gebhard, 1953) influenciaram profundamente a noção de comportamento sexual aceitável da sociedade, e suas generalizações sobre as práticas sexuais dos norte-americanos não foram significativamente substituídas ou rejeitadas por estudos mais recentes” (Leiblum e Pervin, 1982, p.33).

Entre 1928 e 1932, houve a constituição da Liga Mundial para a Reforma Sexual que organizou conferências anuais tentando obter a completa igualdade de direitos para ambos

os sexos e a libertação do amor sexual do objetivo único de procriação. A realização destas conferências, a publicação dos trabalhos de Kinsey e os movimentos ideológicos para libertar o sexo da moralidade sexual rígida e punitiva do presente e do passado constituíram um quadro irreversível para o avanço das mudanças sociais, sexuais e políticas do mundo moderno. (Wood, 1961).

Outro fator determinante de significativas mudanças no mundo moderno foi o aparecimento de um movimento de contracultura na segunda metade do Século XX (1950 a 1960) que pregava o amor livre, aceitava o aborto, a homossexualidade, a nudez em público e propunha a paz e um retorno à natureza.

O movimento para a libertação Gay, gerado no movimento da contracultura, assumiu características políticas, sendo importante para os estudos sobre sexualidade, pois foi a primeira vez que homossexuais enfrentaram os preconceitos e assumiram uma postura política (Gregersen, 1983).

Foi dado um passo à frente no estudo da sexualidade quando Masters e Johnson publicaram, em 1966, um livro intitulado “Human Sexual Response” resultado de um extenso trabalho de laboratório, caracterizado pelo rigor científico onde foi pesquisado o ciclo da resposta sexual humana com todas as variações anátomo - fisiológico. O segundo trabalho desses pesquisadores foi um livro intitulado “Human Sexual Inadequacy” (1970), onde foi proposta uma terapia focal para os indivíduos portadores de Disfunções Sexuais, baseada em princípios comportamentais.

Apesar de suas excelentes credenciais Masters e Johnson defrontaram-se com a veemente oposição de seus colegas médicos que se comportaram com os mesmos preconceitos existentes no início do Século XX e, demonstrando a mesma posição, as faculdades de medicina retiraram os convites de trabalho a eles dirigidos, seus artigos foram recusados para publicação em revistas especializadas e o apoio universitário foi limitado tão logo iniciaram suas pesquisas sobre sexualidade. Apesar do grande interesse provocado pelos resultados de Kinsey, os profissionais da época mostraram-se refratários às pesquisas que tratavam a sexualidade humana como passível de observação direta (Leiblum e Pervin, 1982).

O trabalho de Masters e Johnson prosseguiu e, em 1979, eles lançaram um livro intitulado “Homossexualidade em Perspectiva”, no qual enfatizaram as características desta orientação sexual.

Em relação ao comportamento homossexual pode-se afirmar, também, que ocorreram alterações nas concepções sobre o mesmo, através da história. Na Antiguidade Pagã, um homem apaixonar-se ou relacionar-se com pessoas do seu sexo ou do sexo oposto tinha o mesmo significado: um equivalia ao outro e o que se pensava de um, pensava-se do outro. A conduta não era classificada de acordo com o sexo do parceiro, ou seja, heterossexual ou homossexual e sim em atividade e passividade. Ser ativo era ser másculo independentemente do sexo do parceiro passivo.

A passividade era uma característica atribuída à mulher, cujo conceito era o de um ser inferior, amedrontado, limitado intelectualmente e ligada emocional e afetivamente aos outros. A racionalidade, a força e a coragem eram atributos valorizados e exclusivamente masculinos, o que resultou no julgamento negativo da passividade no relacionamento sexual.

Na Grécia, o termo pederastia significava o amor de um homem por um menino que já passara pela puberdade, mas ainda não atingira a maturidade. Havia toda uma legislação sobre a pederastia na qual se procurava estabelecer quais eram os padrões comportamentais socialmente aceitos em um relacionamento homossexual, tais como a idade e a classe social dos praticantes.

Para os romanos não havia o estigma do caráter homossexual da relação e sim o da servilidade e também o da sofisticação. O que importava não era só o aspecto passivo/ativo, mas sim o domínio e a paixão, sendo que na relação homossexual um homem era subjugado por outro e tanto na relação homossexual como na relação heterossexual a paixão enfraqueceria o cidadão soldado.

Embora o julgamento da homossexualidade partisse de considerações iniciais diferentes, a condenação de um homem – homossexual ou heterossexual – se atinha ao mesmo conceito: o de submeter-se ou a alguém ou ao prazer – independentemente do sexo do parceiro.

A concepção cristã de sexualidade, baseada em uma crença de que a procriação seria a razão básica para o intercuro sexual, viria a ser de fundamental importância no surgimento de uma nova moralidade sexual a partir da união entre o Estado e a Igreja.

Esta união aconteceu no Século IV. O Imperador Constantino aliou-se aos cristãos e a Igreja Cristã passou, através do cristianismo, a unir os vários e heterogêneos povos que faziam parte do vasto Império Romano. À concepção Cristã da sexualidade exclusivamente com fins de procriação adicionou-se a rejeição greco-romana de passividade e servilidade e foi proscrito o exercício da sexualidade que não atendesse a estes dois critérios. Qualquer outra forma de expressão da sexualidade passou a ser considerado um pecado contra a natureza visto que transgredia as duas condições impostas para a prática sexual: o intercuro sem paixão e a procriação. A homossexualidade era a situação mais visível de tal pecado.

Com a proibição dos prazeres a homossexualidade torna-se totalmente dissociada da heterossexualidade e, sendo esta a única prática admitida, aquela se torna anormal e proibida.

A concepção cristã da homossexualidade viria a ser adotada por outros setores que não o religioso, como a Medicina, que desde o final do Século XVII considerava a homossexualidade uma enfermidade que um exame clínico poderia diagnosticar. Tal postura determinou em maior ou menor grau, o estudo e julgamento da homossexualidade até o final do Século XIX sendo que até este período, os homossexuais eram considerados pervertidos sexuais que deveriam ser encarcerados. As alterações sobre a percepção do comportamento homossexual é uma evidência inequívoca de como os princípios e avaliações sobre determinados padrões comportamentais são culturalmente determinados como postulado por Skinner ao descrever os níveis de seleção de comportamentos.

Embora a homossexualidade tenha sido a manifestação mais frequentemente citada e estudada dentre as inúmeras possibilidades de expressão da sexualidade humana outras formas também sofrem grandes restrições morais e/ou sociais. Dentre estas pode-se citar a zoofilia, o travestismo e a pedofilia que existiram durante muitos períodos da história e hoje são mal avaliadas sendo a última considerada um crime passível de severas punições na maioria das culturas ocidentais.

Ao considerar-se as inúmeras formas que a resposta sexual pode assumir não há motivos que levem a considerar uma forma melhor do que outra. O que se tem é que aspectos morais e sociais ditam as normas e as leis que regem todo o conjunto de comportamentos que os indivíduos podem e devem emitir em cada contexto. Desadaptado seria o indivíduo que não conseguisse atender aos padrões ditados social e legalmente sendo que as sanções decorrentes de tais transgressões deveriam ser administradas também pela esfera social e legal de cada cultura em particular. As múltiplas formas de expressão da sexualidade humana parecem apontar para a suscetibilidade dos organismos ao reforçamento positivo. As consequências positivas geradas pelo comportamento sexual-excitação e orgasmo-seriam suficientes para mantê-lo independentemente de sua topografia.

Referências

Ariés, P.(1987). São Paulo e a carne. In: Ariés, P.& Béjin, A.(Orgs). **Sexualidades ocidentais**. São Paulo: Editora Brasiliense

Carlson, N.R. (2001). **Fisiologia do comportamento**. São Paulo: Editora Manole Ltda.

Gregersen, E. (1983) **Práticas sexuais**: a história da sexualidade humana. São Paulo: Livraria Roca Ltda.

Instituto Paulista de Sexualidade (2011). **Aprimorando a saúde sexual**. Summus Ed: São Paulo.

Kaplan, H.S. (1977). **A nova terapia sexual**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.

Kaplan, H.S. (1983). **O desejo sexual**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.

Leiblum, S.R. & Pervin, L.A. (1982).O desenvolvimento da terapia sexual numa perspectiva sociocultural. In: Leiblum, S.R. & Pervin, L.A. **Princípios e prática da terapia sexual**. Rio de Janeiro: Zahar Editora.

Lettner, H.W. & Rangé, B.P. (1988). **Manual de psicoterapia comportamental**. São Paulo: Ed. Manole.

Masters, H.W. (1979). **A conduta sexual humana**. 3ª. Rio de Janeiro: Ed. Trad. Dante Costa / Editora Civilização Brasileira.

Masters, H.W. (1979). **A incompetência sexual**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A.

Stahl, S.M. (2011). **Psicofarmacologia**: bases neurocientíficas e aplicações práticas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Skinner, B.F. (1953). **Science and human behavior**. New York: Macmillan.

SEXUALIDADE E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE DA NORMALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS AMOROSAS E SEXUAIS

Paulo Roberto de Carvalho
Departamento de Psicologia Social e Institucional
Universidade Estadual de Londrina

A contemporaneidade capitalista convive com a presença disseminada de discursos referidos à sexualidade. Contrapondo-se a um passado recente, marcado pelo interdito moral desse discurso e de práticas amorosas e sexuais, assiste-se a uma proliferação das referências ao sexo, das análises sobre o tema e da discussão da sexualidade nos diferentes segmentos sociais. Numa avaliação rápida, diria que vivemos uma época de liberdade sexual plena. Mas, seria isso mesmo? Michel Foucault considera que está em curso um processo pelo qual a incitação ao sexo e aos discursos dele decorrentes tornou-se dominante. Este é o procedimento dos poderes que se fazem presentes nas sociedades atuais ainda que de modo muitas vezes despercebido. A incitação pode ganhar diferentes contornos, tais como a associação entre o sexo e a saúde ou bem estar, ou ainda as práticas sexuais serem consideradas um componente indispensável para a qualidade de vida. Uma análise de publicações voltadas para o público feminino de diferentes classes sociais e faixas etárias corrobora esta constatação. Foucault considera que está em curso um processo de normalização da sexualidade por

meio do qual os sujeitos são definidos de acordo com seu sexo e sobre eles produz-se um saber. Além disso, no meio social, criam-se expectativas quanto à vida amorosa e sexual dos sujeitos que são, por vezes, inquiridos quanto a isso. Se a onipresença da sexualidade no contemporâneo pode ser considerada como um procedimento flexível de gestão dos corpos, cabe questionar: Quais são os modos possíveis de se operar uma resistência a este processo? É no âmbito desta questão que emerge outro posicionamento, ainda pontual no caso do Brasil, de pessoas que se dizem assexuadas e relatam desinteresse pelo tema e pela prática sexual. Esse tipo de discurso tem sido enunciado também em outros países e sua presença cria condições para questionarmos se não se tratará de um modo de resistir à normalização da sexualidade que as sociedades atuais vivenciam. De qualquer modo, é possível considerar que a vivência da sexualidade comporta uma dimensão inalienável que é sua condição facultativa e que acaba se perdendo em meio a uma normalização que se reveste da aparência de liberação sexual.

Palavras-chave: Sexualidade; Normalização; Resistência.

SUSTENTABILIDADE AFETIVA: UM DESAFIO PARA AS CIDADES

Sonia Regina Vargas Mansano
Departamento de Psicologia Social e Institucional
Universidade Estadual de Londrina

Resumo

A questão da sustentabilidade vem sendo debatida em diversos âmbitos sociais como os governos, as organizações públicas e privadas, as universidades e, em larga medida, ela ganha espaço nas conversas cotidianas que perpassam a vida do cidadão comum. É perceptível também que no último século a preocupação com a natureza atravessou as fronteiras de países e ganhou relevância global, sendo amplamente debatida em conferências internacionais. Diante desse interesse crescente pela vida do planeta, buscamos questionar nesta como a Psicologia poderia contribuir com o debate. Foi nesse sentido que começamos a traçar conceitualmente a noção de “sustentabilidade afetiva”,

mostrando que a preocupação com a natureza envolve, necessariamente, as relações afetivas que construímos em relação ao meio ambiente, mas também em relação às pessoas, o conhecimento, os modos de vida e as cidades. Neste trabalho, buscaremos analisar especificamente a interface entre a natureza e as cidades, relação essa que é atravessada pela dimensão afetiva dos encontros. O espaço urbano, que foi constituído a partir da transformação da natureza, implica um cuidado com a mesma. Porém, a vida nas cidades não necessariamente possibilita esse olhar sensível, fato que se estende também para as relações sociais que experimentamos no dia-a-dia. Buscamos, então, questionar: Como é possível tomar em consideração a natureza se não temos nem sequer espaço para cuidar das relações sociais e afetivas? É assim que as cidades encontram-se, no nosso entendimento, diante de um grande desafio: atentar para a vida em suas dimensões naturais e sociais.

Palavras-chave: Sustentabilidade afetiva; Cidades; Natureza; Psicologia.

Introdução

É notável o quanto o Brasil aparece aos olhos das demais nações como um país de grande beleza e de diferentes reservas naturais. Por termos um território de dimensões continentais (9.372.614 km²) são diversos os biomas (conjuntos de ecossistemas que apresentam certa homogeneidade, sendo que no Brasil existem seis: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampas), que compõem nosso território. Cada um desses biomas apresenta tanto riquezas quanto problemas e, por praticamente coincidirem com a divisão geopolítica das cinco regiões brasileiras, acabam por caracterizá-las. Entretanto, essa grande riqueza natural não foi suficiente para concretizar uma preocupação mais sistemática com a natureza em nosso país.

Em nome do desenvolvimento econômico, por exemplo, desmatamos no decorrer do século passado praticamente 93% da Mata Atlântica, além de termos avançado na exploração agrícola e na urbanização em todas as regiões brasileiras. Ainda assim, somos o país que tem uma das maiores coberturas vegetais nativas do mundo e uma legislação

ambiental considerada avançada, apesar de nem sempre ser eficiente em sua função de detectar e impedir a devastação.

Essa exploração colocou-nos, historicamente, diante de problemas ecológicos que, desde o final do século passado, passaram a ser mais considerados nas análises que são realizadas por governos, organizações públicas e privados, universidades e que ganharam espaço também junto aos cidadãos comuns que, aos poucos, estão mais sensibilizados com a depredação da natureza. Estes últimos já sofrem os efeitos diretos da devastação que se manifesta por meio da desorganização climática como as secas, as enchentes e os vendavais.

Paralelo a esse quadro, contamos com um aumento demográfico significativo. Segundo o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), realizado em 2010, o Brasil possui 190 milhões de brasileiros, dos quais aproximadamente 85% vivem nas cidades (IBGE, 2010). Vale atentar para o fato de que a denominação “cidade” guarda diferenças de extensão, demografia e desenvolvimento socioeconômico, o que impossibilita considerá-la de maneira hegemônica. Ainda assim, diante dos problemas básicos a serem enfrentados cotidianamente pela população urbana, que está bastante ocupada com a própria sobrevivência (voltada para busca emprego, moradia, segurança, saúde e educação), as práticas de cuidado para com a natureza ocupam um lugar muito marginal. Somado a esse distanciamento, as exigências advindas do campo profissional que envolve, dentre outros aspectos, o tempo, a energia, o conhecimento, a criatividade e o afeto do trabalhador, acabam por nos distanciar de uma análise mais crítica e situada do que estamos fazendo com a natureza e, por extensão, com as relações sociais e afetivas.

Foi assim que o projeto de pesquisa intitulado “Sustentabilidade Afetiva: traçando algumas passagens conceituais” ganhou contornos. Ele está sendo desenvolvido no Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina desde o ano de 2012, tendo como objetivo central colocar a Psicologia Social no debate ecológico valendo-se, para isso, de algumas de suas ferramentas conceituais que cooperam para analisar a relação entre homem e natureza.

Nesta apresentação, faremos um recorte da pesquisa, focalizando a problemática dos modos de vida que ajudamos a construir nas cidades. Para isso, esta apresentação

abordará três temas: a sustentabilidade, os afetos e as relações sociais urbanas. Acreditamos que com este estudo podemos tocar em um dos grandes desafios que nos é colocado na contemporaneidade: a vida afetiva nas cidades.

Sustentabilidade: uma noção polêmica

A questão da sustentabilidade tem sido estudada por diferentes áreas de conhecimento, como a Biologia, a Sociologia, a Administração e a Geografia. Entretanto, ela ainda não conta com um referencial teórico consistente que defina seus principais pressupostos. Isso se deve, em parte, à emergência histórica da noção de desenvolvimento sustentável, que advém de um relatório, elaborado no ano de 1987, o qual foi apresentado à ONU (Organização das Nações Unidas) por meio do documento denominado “Nosso Futuro Comum” (BRUNDTLAND, 1991). Neste relatório, o foco estava dirigido às gerações futuras e a preocupação de garantir seu acesso às riquezas naturais. Desde então, várias conferências internacionais foram realizadas com o intuito de firmar compromissos entre os países no combate à destruição e no cuidado com o planeta. Entretanto, os resultados desses compromissos não foram muito consistentes até o momento, sendo amplamente criticados.

Na década de 90, o sociólogo britânico John Elkington elaborou em outras bases a noção de sustentabilidade desdobrando-a em três dimensões: ambiental, social e econômica (ELKINGTON, 2001). O chamado *Triple Bottom Line* buscou criar parâmetros para efetivar uma avaliação mais sistemática sobre o desempenho empresarial, focalizando não apenas a dimensão econômica, mas também dando destaque aos aspectos sociais e ambientais. Nessa nova tentativa, buscou-se estender a noção de sustentabilidade para perto da realidade empresarial, tentando minimizar as críticas que recaem sobre as empresas no que se refere à priorização do lucro em relação aos danos causados para a sociedade e para o meio ambiente.

Ocorre que, desde sua criação, o tripé da sustentabilidade acabou enfatizando as questões econômicas com vistas a justificar a expansão do crescimento financeiro e desconsiderando, em larga medida, a ação destrutiva dos grandes agentes poluidores do

planeta. Com isso, o termo sustentabilidade passou a ser amplamente difundido pelas empresas e pela mídia como forma de maquiagem as ações poluidoras e destrutivas.

Percebendo esse movimento e adotando perspectivas política e conceitual diferentes, outra frente de pesquisadores buscou combater essa dimensão mais capitalista da noção de sustentabilidade, chamando a atenção para as implicações éticas e políticas que se atualizam na relação entre homem e natureza. Tais estudiosos evidenciaram que uma intervenção mais contextualizada e precisa nesse campo colocaria em xeque os próprios valores disseminados pelo capitalismo, os quais colaboram para destruição da natureza de maneira incisiva (FOLADORI, 2001; LENZI, 2006; LEFF, 2010). Assim, ganhou consistência uma abordagem crítica em relação à dimensão ideológica que está historicamente presente no conceito de sustentabilidade. Tanto que Foladori chega a considerar:

... apesar dos importantes avanços tanto no âmbito teórico quanto em sua implementação prática, o desenvolvimento sustentável continua basicamente atrelado a um desempenho técnico, dentro das regras do jogo do sistema de mercado capitalista, sem atingir nem questionar as relações de propriedade e apropriação capitalistas, que geram pobreza, diferenciação social e injustiça (...). Esses mecanismos e as agências que os promovem podem conduzir a melhorias locais de alto impacto sobre a população. São também essenciais para efeitos de direitos humanos, assim como solucionam problemas localizados de fome ou doenças específicas. Porém, atuam sobre as consequências de um processo de diferenciação e injustiça social, produto das relações de mercado capitalistas (FOLADORI, 2001, p. 112).

Tomando em consideração as polêmicas que atravessam a noção de sustentabilidade é que buscamos embasar nossos estudos sobre a sustentabilidade na própria palavra e nas suas derivações. Nessa direção, constatamos que o verbo “sustentar” vem do latim, *sustentare* e significa “suportar, suster; defender, proteger; favorecer, apoiar;

consolar; manter, conservar, cuidar; auxiliar, vir em socorro; alimentar, manter; sofrer, suportar, resistir a; diferir, adiar” (HOUAISS, 2014).

Essa ampla variedade de significações, que guarda inclusive divergências, facultou-nos a limitar seu sentido e dirigir o uso do termo sustentar, especificamente no sentido de favorecer e apoiar, para as diferentes dimensões da existência, incluindo aí o objeto do presente estudo: a natureza e as relações afetivas que nos atravessam. Partindo da diversidade que habita o verbo, coube-nos questionar: O que haveria para sustentar em termos afetivos na vida contemporânea? Dessa maneira, o que faremos, em seguida, é explorar esta questão buscando delinear alguns caminhos que sirvam para aproximar a noção de sustentabilidade do conceito de afeto.

Afeto: as variações dos corpos nos encontros

A noção de afeto adotada nesta pesquisa tem como referência os estudos de Baruch Espinosa e as considerações de Gilles Deleuze sobre os mesmos. Seleccionamos, para esta apresentação, a análise de três ângulos que permitirá a compreensão deste conceito. Espinosa parte da noção de afecções e as compreende como “afecções do corpo, pelas quais a potência de agir desse corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou entravada” (ESPINOSA, 1983, p. 176).

Focalizando a análise no corpo já temos, de saída, algo a ser examinado: de qual corpo falamos? Primeiramente, trata-se de um corpo sensível que é permanentemente afetado por outros corpos que estão ao seu redor. Assim, temos uma infinidade de corpos que compõem algo maior que Espinosa denomina natureza. A título de exemplo, nos encontramos, logo que acordamos, com a água e com os alimentos. Esses encontros produzem efeitos diversos em nosso corpo, produzem afecções.

Avançando em sua análise, Espinosa acrescenta: “o corpo pode ser afetado de numerosas maneiras pelas quais a sua potência de agir é aumentada ou diminuída” (IDEM). Deparamo-nos, então, com um segundo ângulo a ser analisado: a potência de agir. Se o que afeta o corpo e o faz variar são os encontros vividos cotidianamente, pode-se notar que a sua potência não é definida de uma vez por todas; ela sofre variações que, na

leitura de Deleuze sobre Espinosa, permite conceber o indivíduo, a cada momento, como “um grau de potência” (DELEUZE, 2002, p. 33). Assim, um corpo pode experimentar graus de maior ou menor potência dependendo das afecções que vive.

Deleuze acrescenta: “Quando sou afetado de tristeza, minha potência de agir diminui; isto é, eu estou ainda mais separado dessa potência. Quando sou afetado de alegria, ela aumenta; isto é, eu estou menos separado dessa potência” (DELEUZE, 2009, p. 47). Por meio dos encontros, o corpo experimenta uma “espécie de linha melódica de variação contínua” (IDEM, p. 26). É nesse sentido que a noção de afeto, em Espinosa, está diretamente ligada ao estudo da potência do corpo que varia conforme os encontros e suas intensidades. Advém daí uma de suas constatações que ganha contornos instigantes: “Ninguém, na verdade, até o momento, determinou o que pode um corpo” (ESPINOSA, 1983, p. 178).

Partindo dessa ignorância é que chegamos ao terceiro ângulo a ser analisado sobre o conceito de afeto. Grande parte dos encontros que vivemos acontece ao acaso. Isso leva os nossos interlocutores a questionar *como* cada corpo age para desvencilhar-se dos encontros que diminuem a sua potência e *como* ele pode se esforçar para envolver-se com bons encontros, que aumentam sua potência. Essa é uma das maiores provocações colocadas pelos autores. Trata-se do que Deleuze chama de “um trabalho de vida” (DELEUZE, 2009, p. 51), ou seja, um exercício que busca “compreender de maneira vital em que tal ou tal corpo desconvém e não mais convém. Disso não mais convém uma variação contínua, disso convém uma curva em sino” (IBIDEM). Ora, o que o autor nos desafia a realizar, então, é uma análise “do ponto de vista da composição de suas relações, e não mais do ponto de vista do acaso dos encontros” (IBIDEM). Sob essa perspectiva, os afetos deixam de ser vividos apenas por seus efeitos e caminha-se para a compreensão dos mesmos (suas composições e decomposições). Isso é feito à medida que compreendermos as causas das variações provocadas no corpo e nos modos de viver.

Diante desse novo ângulo de análise, os autores nos colocam um desafio: deixar de viver ao acaso dos encontros, para caminhar em direção à análise das causas e dos efeitos deles em nosso corpo e em nossa existência. É preciso ressaltar, entretanto, que para esses autores não se trata de fazer uma simples análise linear de causa e efeito. O que

está em jogo, de acordo com Deleuze, é uma apreciação ética e política que envolve “as maneiras de viver” (IDEM, p. 52).

Desafio para as cidades

Percorrendo esses dois conceitos separadamente, sustentabilidade e afeto, acumulamos condições para ensaiar sua aproximação na apreciação sobre a vida nas cidades. Assim, podemos colocar a questão: Em que medida a potência de um corpo varia nesse espaço de múltiplos encontros? O que haveria para sustentar quando tomamos em análise os afetos que são experimentados nas cidades? Como poderíamos nos assenhorar desses afetos, fazendo o que Deleuze chamou de “curva em sino” que, em nosso entendimento, envolve uma seleção, compreensão e ação diante dos afetos que nos atravessam, com o intuito de coparticipar da construção de nossas vidas?

Em uma análise sobre as cidades, Guattari assinala que o “devir da humanidade parece inseparável do devir urbano” (GUATTARI, 1992, p. 170). Ele faz, então, uma consideração interessante sobre um duplo aspecto que atravessa a existência contemporânea: ao mesmo que tempo tudo flui: pessoas, carros, sonoridades, publicidades, cores, informações; vivemos a ameaça de uma paralisia.

Para deixar isso mais claro, Guattari oferece-nos o exemplo dos turistas, dizendo que eles “fazem viagens quase imóveis, sendo depositados nos mesmo tipos de cabines de avião, de *pullman*, de quartos de hotel e vendo desfilar diante de seus olhos paisagens que já encontraram cem vezes em suas telas de televisão, ou em prospectos turísticos” (IDEM, p. 169). Enquanto turista, é possível percorrer o mundo superando distâncias; mas, enquanto experimentação viva dos encontros, corre-se o risco de permanecer nos territórios amplamente conhecidos e protegidos dos hotéis, restaurantes, atrações e percursos turísticos previamente definidos e supostamente seguros.

Poderíamos estender essa dupla análise de velocidade e de paralisia também para o trânsito das grandes cidades que, adotando uma configuração acelerada, coloca o Brasil no quarto lugar de índice de mortes (PORTAL do Trânsito, 2014) e, ao mesmo tempo,

produz engarrafamentos quilométricos que desaceleram o deslocamento nas grandes cidades e sequestram horas de vida da população.

A sustentabilidade afetiva que, como vimos, parte de uma concepção do corpo em sua dimensão variável e transitória, também pode ser utilizada como ferramenta conceitual para cooperar na compreensão dos impasses urbanos. O fato que é no modo de vida urbano, tanto a natureza, principalmente em função dos poluentes advindos dos automóveis, quanto a vida humana, que está cada vez mais presa nas redes de produção e deslocamento, encontram-se em risco. Assim, Guattari afirma:

O drama urbanístico que se esboça no horizonte deste fim de milênio é apenas um aspecto de uma crise muito mais fundamental que envolve o próprio futuro da espécie humana neste planeta. Sem uma reorientação radical dos meios e sobretudo das finalidades da produção, é o conjunto da biosfera que ficará desequilibrado e que evoluirá para um estado de incompatibilidade total com a vida humana e, aliás, mais geralmente, com toda forma de vida animal e vegetal. Essa reorientação implica, com urgência, uma inflexão da industrialização (...), uma limitação da circulação de automóveis ou a invenção de meios de transporte não poluentes, o fim dos grandes reflorestamentos (GUATTARI, 1992, p. 172).

Como vimos no início deste ensaio com Espinosa, natureza e vida social aparecem como dois aspectos da existência que são indissociáveis. Nossas ações afetam a natureza e a natureza nos afeta de maneira recorrente. Assim, não há exterioridade entre esses dois elementos. Diz Guattari:

Não seria exagero enfatizar que a tomada de consciência ecológica futura não deverá se contentar com a preocupação com fatores ambientais, mas deverá também ter como objeto devastações ecológicas no campo social e no domínio mental. Sem transformação

das mentalidades e dos hábitos coletivos haverá apenas medidas ilusórias relativas ao meio material. (GUATTARI, 1992, p. 173).

O que a história construída nas cidades nos ensina é precisamente essa dimensão afetiva indissociável entre humano e natureza. O humano faz parte de algo maior que é a natureza. Torna-se relevante, então, que qualquer ação política ligada ao meio ambiente, seja na esfera governamental, privada ou ainda nas práticas microssociais cotidianas, tome em consideração que homem e natureza compõem uma mesma biosfera, ainda que cada um deles se manifeste por atributos (formas) diferentes. As agressões a um afetam necessariamente o outro, despotencializando algo mais amplo que é a vida no planeta (GUATTARI, 1997).

Decorrente dessa dupla agressão, outro aspecto a ser considerado é que o espaço urbano está cada vez mais marcado por medo, desconfiança, ameaça e descrédito. Quantos de nós somos capazes, por exemplo, de fazer um passeio noturno pelo calçadão de uma grande cidade e encontrar algum prazer na exploração desse espaço público? Praças, ruas, parques e avenidas, voltados quase exclusivamente para o deslocamento diurno de trabalhadores, sofreram um duplo golpe: por um lado, há pouca atenção ao pedestre que tende a ocupar esse espaço público exclusivamente para deslocar-se. Por outro lado, a rua, historicamente caracterizada como espaço de encontros, tornou-se em nossos dias sinônimo de perigo, sendo cada vez mais evitada, temida e, até mesmo, demonizada.

O refúgio naquilo que Sennett chamou de “tirantias da intimidade” (SENNETT, 1998), acaba servindo como mais uma justificativa para o distanciamento do espaço público urbano e para a despotencialização de uma vida compartilhada. Em nome de uma suposta segurança, expomo-nos a um risco maior: o de condenar um espaço que é público e compartilhado ao mero deslocamento. Note que com esse grau de distanciamento das questões que afetam a vida pública, a preocupação com a natureza e o planeta praticamente some do debate coletivo. Analisando essas transformações na vinculação com o espaço urbano, Sennett assinala:

A visão intimista é impulsionada na proporção em que o domínio público é abandonado, por estar vazio. No mais físico dos níveis, o ambiente incita a pensar no domínio público como desprovido de sentido. É o que acontece na organização do espaço urbano. Arquitetos que projetam arranha-céus e outros edifícios de grande porte e alta densidade se veem forçados a trabalhar com ideias a respeito da vida pública, no seu estado atual, e de fato se incluem entre os poucos profissionais que por necessidade expressam e tornam esses códigos manifestos para outrem (SENNETT, 1998, p. 26).

Entretanto, situações decorrentes desse distanciamento da convivência social e com a natureza acabam chegando a cada um de nós pelos noticiários de TVs: pessoas que morrem em discussões banais travadas no trânsito; alto índice de conflitos entre vizinhos em função de barulhos; processos jurídicos motivados por ofensas pessoais gratuitas; além dos desmatamentos, tráfico de animais e exploração clandestina da biodiversidade. Em alguns casos, tais problemas ganham desfechos fatais.

A regularidade afetiva disseminada nas relações sociais como uma exigência de “boa conduta”, uma vez que objetiva apaziguar e disciplinar a variação afetiva dos corpos, consegue até contê-los momentaneamente. Mas, o efeito dessa contenção pode explodir em atos que ganham contornos desmesurados. Estes, quando analisados de maneira recortada e descontextualizada, chocam a população e colaboram para disseminar ainda mais a responsabilização individual, o medo, a sensação de insegurança e o isolamento defensivo. Isso nos dá indícios do quanto estamos nos distanciando do exercício de uma vida pública, com seus confrontos, debates, negociações, variações e alianças. É assim que os problemas de convivência urbana entre os humanos e destes para com a natureza estão se tornando afetivamente insustentáveis.

Considerações Finais

Ao final deste trabalho, cabe retomar uma questão foucaultiana já bastante elucidada pelos estudiosos da vida contemporânea e voltá-la especificamente para as

idades: Afinal, o que estamos ajudando a fazer de nós mesmos no espaço urbano? A construção e a sistemática adesão populacional a uma organização socioeconômica capitalista trouxe muitas conquistas e, junto com elas, problemas de difícil trato, como a desigualdade social e de acesso às riquezas. Neste estudo, destacamos os efeitos produzidos pela busca incessante de lucro e desenvolvimento financeiro com seus desdobramentos subjetivos de velocidade, intolerância, destruição da natureza e restrição do uso do espaço público.

Assim, partindo da análise do termo sustentar, bem como dos conhecimentos elaborados por distintas áreas de conhecimento que tematizam a relação entre o homem e a natureza, buscamos, com esta pesquisa, delinear os principais pressupostos que colaboram para dar contornos à noção de sustentabilidade afetiva. Com isso, abordamos uma problemática que vem evidenciando-se na contemporaneidade: a relação com o espaço urbano.

Acreditamos que a Psicologia Social, como área dedicada ao estudo das relações humanas, não pode ficar alheia a esse debate. O que este estudo buscou evidenciar é que o conceito de sustentabilidade afetiva pode servir para analisar a indiferença crescente para com as questões do meio ambiente e das relações afetivas, abrindo um campo político de debate multidisciplinar.

Os modos de vida inventados nas cidades dão visibilidade à indiferença para com as questões da esfera pública. Tal situação demanda uma análise psicossocial sobre o tipo de existência que temos e aquele que desejamos. Mas, qualquer movimento nessa direção não será feito por decreto. Isso, em parte, dependerá de estranhamento, insatisfação e intolerância para com a existência que temos atualmente.

Será que já chegamos a um limite de insustentabilidade, ambiental e afetiva, que nos convocaria ao exercício político do pensar e do transformar? Ou ainda teremos de deixar a história didaticamente mostrar-nos, com as catástrofes naturais e sociais, que a vida nas cidades e, por extensão, no planeta, inspira cuidados, atenção e principalmente uma implicação política e ética para com os afetos e a produção da vida? Por ora, fiquemos com o alerta de Guattari: “ou a humanidade (...) reinventará seu devir urbano, ou será condenada a perecer sob o peso de seu próprio imobilismo, que ameaça atualmente torná-

la impotente face aos extraordinários desafios com os quais a história a confronta” (GUATTARI, 1992, p. 178).

Referências

- BRUNDTLAND, G. H. **Nosso Futuro Comum**: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- DELEUZE, G. **Espinosa**: Filosofia prática. Trad. Daniel Lins. São Paulo: Escuta, 2002.
- DELEUZE, G. **Cursos sobre Spinoza** (Vincennes, 1978-1981). Trad. Emanuel Fragoso [et al]. Fortaleza: EDUECE, 2009.
- ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. Trad. Patrícia Martins Ramalho. São Paulo: Makron Books, 2001.
- ESPINOSA, B. **Espinosa**: Coleção Os Pensadores. Trad. Marilena Chauí [et al.]. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- FOLADORI, G. Avanços e limites da sustentabilidade social. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, num. 103, p. 103-113, jan/jun, 2002.
- GUATTARI, F. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed, 34, 1992.
- GUATTARI, F. **As Três ecologias**. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papyrus, 1997.
- HOUAISS. **Dicionário eletrônico**. Disponível em: <http://dicionario.cijun.sp.gov.br/houaiss>. Consultado em 27/07/2014.
- IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>. Consultado em 27/07/2014.
- LEFF, E. **Discursos Sustentáveis**. Trad. Silvana Coducci Leite. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- LENZI, C. L. **Sociologia Ambiental**: risco e sustentabilidade na modernidade. Bauru/SP: Edusc, 2006.
- PORTAL do Trânsito. Disponível em: <http://portaldotransito.com.br/noticias/estatisticas>. Consultado em 10/08/2014.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Trad. Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MINICURSOS

**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E INFERTILIDADE:
APOIO PSICOLÓGICO EM GRUPO DE MULHERES.**

Ednéia Hayashi
Josy Moriyama
Edmárcia Vila

Bárbara Miras; Amanda Castilho
Jéssica Emmerich; Ingedy Buss
Arthur Ribeiro; Sebastião Santos

Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento
Universidade Estadual de Londrina

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (2002), um casal pode ser considerado infértil quando após um ano de tentativas regulares, sem uso de qualquer método contraceptivo, não ocorre a gravidez. Estima-se que cerca de 10 a 15% dos casais em idade fértil, passam pelos problemas de infertilidade. Alguns autores tem sugerido que as mulheres demonstrariam maior sofrimento que os homens, após tentativas sem sucesso de gravidez, exames de diagnóstico do problema e tratamentos específicos de infertilidade. Todas essas etapas do processo de tentar gerar um filho trazem bastante estresse ao casal, podendo prejudicar as relações conjugal, familiares e sociais. É comum que as mulheres e/ou casais inférteis comecem a se isolar socialmente, deixando de frequentar lugares em que poderiam encontrar grávidas, bebês, amigos e familiares que viessem a questioná-los sobre uma possível gravidez. Entretanto, ao invés de evitarem o sofrimento, estas mulheres e/ou casais ficam cada vez mais focados nas questões da infertilidade, apresentando quadros de estresse, ansiedade e depressão. Estudos têm apontado relações diretas entre estresse e ansiedade, já que os hormônios responsáveis pela reprodução são sensivelmente afetados por alterações corporais resultantes de situações de estresse. O presente trabalho buscou atender dois grupos de mulheres em situação de infertilidade, a partir do referencial teórico da Análise do Comportamento. O objetivo dos grupos era desenvolver repertório comportamental para o manejo das dificuldades relacionadas ao diagnóstico e tratamento da infertilidade, visando melhorar a qualidade de vida das participantes. Em cada um dos grupos, participaram sete mulheres de Londrina e

região, em situação de infertilidade, com idades entre 31 e 42 anos. Foram realizadas 12 sessões, de aproximadamente duas horas cada uma, uma vez por semana, na Clínica Psicológica da Universidade Estadual de Londrina. As sessões eram conduzidas por uma docente, três alunas do curso de psicologia e observadas e registradas por mais um aluno que ficava na sala de espelho. Os procedimentos utilizados foram técnicas de dinâmica de grupo, de resolução de problemas e tomada de decisão, Treinamento em Habilidades Sociais, Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT), Psicoterapia Analítico funcional (FAP). Para tanto, buscou-se fazer Análises Funcionais dos comportamentos de cada participante. Foram realizadas avaliações quantitativa (aplicação dos Inventários de Depressão e Ansiedade, de Beck, e de Stress, de Lipp) e qualitativa, através de dados obtidos com os relatos das sessões. Os resultados demonstram que as participantes conseguiram fazer análise funcional dos comportamentos de esquiva emocional, desenvolveram repertório comportamental para lidar de forma mais efetiva com os eventos estressores decorrentes da condição de infertilidade. Assim, as participantes demonstraram maior repertório de tomada de decisão e resolução de problemas; melhoraram o repertório interpessoal, o que resultou em melhor qualidade dos relacionamentos conjugal, familiar e social. Houve redução significativa de todos os escores após intervenção grupal, da maioria das participantes. Foi oferecido atendimento individual para aquelas que ainda apresentavam algumas dificuldades. O estudo demonstra que a intervenção grupal propiciou a aprendizagem de um repertório de enfrentamento das dificuldades relacionadas à infertilidade, o fortalecimento de aspectos positivos no relacionamento conjugal e social, além da aceitação emocional e seu manejo.

Palavras-chave: Infertilidade; Intervenção em grupo; Terapia de Aceitação e Compromisso.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A INTERFACE COM A PSICOLOGIA: CONCEITOS E PRÁTICAS

Rosely Jung Pisticchio - pisticchio@sercomtel.com.br
Departamento de Psicologia Social e Institucional
Universidade Estadual de Londrina

Nas últimas décadas a Economia Solidária vem crescendo e se desenvolvendo como forma de alternativa de geração de trabalho e renda, principalmente para os que estão excluídos do mercado formal de trabalho. A Economia Solidária destaca-se como um movimento que possui princípios amparados nos valores de cooperação, de democracia participativa, de autogestão visando o bem estar individual, comunitário, social e ambiental. Sua organização de trabalho baseia-se na negociação, no diálogo e nas práticas coletivas, isto é, todos são donos de seu negócio e participam por meio de mecanismos de tomada coletiva de decisões. A unidade mais simples da Economia Solidária são os empreendimentos econômicos solidários, que podem ser uma cooperativa, uma associação ou um grupo informal. A partir dessas características, o minicurso em questão, pretende discorrer sobre a diversidade e pluralidade de sentidos relacionados à Economia Solidária e como este tema se apresenta entre os economistas, sociólogos e antropólogos. O objetivo é esclarecer os seus conceitos e princípios, sua forma de trabalhar e como consolidar tal projeto em nossa sociedade. A Economia Solidária pode ser compreendida como uma atividade que tem o intuito de democratização econômica que se realiza com a participação de diversos atores e de apoios institucionais. A Economia Solidária constitui um desafio de conhecimento, diante das transformações ocorridas no mundo do trabalho e no universo das relações de mercado e de seus princípios econômicos. A Psicologia pode contribuir com esse entendimento por isso o objetivo é entender, discutir e propor ações que auxiliem no desenvolvimento da Economia Solidária. Neste minicurso estes pontos serão esclarecidos, discutindo com os participantes como os princípios da Economia Solidária podem ser desenvolvidos e quais as estratégias que devem ser utilizadas neste tema. Por fim destacar a questão política, sua ação pública, quer através de leis ou apoios

de diferentes entidades. Ao esclarecer estes pontos, apontar as facilidades e dificuldades existentes na forma em que a Economia Solidária se manifesta em nossa sociedade e como o psicólogo pode atuar neste tipo de alternativa de trabalho.

Palavras chaves: Economia Solidária, conhecimento, trabalho coletivo, empreendimento.

COMUNICAÇÕES ORAIS

A ENTREVISTA CLÍNICA: DEMANDA, PALAVRA E OBJETO. Ricardo Brandel Junior (jrbrandel@msn.com), Claudia Maria de Sousa Palma (Departamento de Psicologia e Psicanálise).

A entrevista clínica possui efeitos inesperados e paradoxais. O engajamento na palavra pode surpreender aquele que fala e também aquele que se põe à escutar. Este último deve estar dotado de um lugar de escuta específico para conduzir as entrevistas. Ao contrário da tagarelagem, “do discurso vazio que burburinha sobre os atos humanos (LACAN, 1957, p. 13)”, quando o sujeito é capturado na palavra verdadeira, é possível a emergência de um novo tipo de discurso que escapa ao controle deste. Neste sentido, o presente trabalho procurou discutir os elementos em jogo que balizam o lugar da escuta nas entrevistas clínicas, enquanto método de investigação em psicopatologia. Estes elementos se inserem neste campo através da palavra. Busca-se dar algumas chaves para o entendimento do processo, através de três questões centrais: “como se apresenta a demanda nas três grandes estruturas clínicas – neurose, psicose e perversão?” “De que necessidade fala um sujeito durante a experiência das entrevistas?” e “À quem fala esse sujeito, quando fala?”. Estas três questões tentam responder à questionamentos sobre a função do praticante frente à um sujeito, fornecendo balizas para a prática. Evidencia-se a importância da palavra na experiência humana e também nas entrevistas, visto que a entrevista está no coração da clínica, assim como a palavra é o modo operatório em psicopatologia. Também chama a atenção para o caráter singular e imprevisível da entrevista clínica.

Palavras-chave: Psicopatologia; Demanda; Entrevista Clínica.

A IMPORTÂNCIA DO APOIO PSICOLÓGICO NO SERVIÇO DE ACONSELHAMENTO GENÉTICO: PARÂMETROS ENTRE CASOS. Estefani Barcellos

(estefani.barcellos@gmail.com); Juliana de Godoy; Jenifer Pavan; Raiana Bonatti; Jéssica Faganello; Renata Grossi (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento).

O Serviço de Aconselhamento Genético é um projeto da Universidade Estadual de Londrina que visa prevenir genótipos responsáveis por enfermidades e/ou defeitos congênitos, por meio de identificação prospectiva ou retrospectiva. Um dos objetivos do serviço é fornecer suporte psicológico para pacientes e familiares. O apoio psicológico visa à aprendizagem de novos comportamentos potencializando padrões de aceitação, tomada de decisão, resolução de problema, enfrentamento e adesão aos tratamentos favorecendo o desenvolvimento de comportamentos promotores de saúde. O objetivo desse resumo é traçar um parâmetro comparativo entre dois casos atendidos pelo projeto. As pacientes são adolescentes, o caso 01 tem 16 anos, estudante do ensino médio, e o caso 02 tem 17 anos, cursa ensino superior. Ambas foram encaminhadas ao serviço devido sua baixa estatura e amenorréia primária, sendo Síndrome de Turner a suspeita de diagnóstico inicial, porém os resultados indicaram genótipo masculino (XY). Foi utilizada entrevista inicial, com TCLE, devolutiva para revelar o resultado do exame e apoio psicológico, sendo realizadas 26 sessões com a primeira e apenas 8 sessões com a segunda. A paciente 01 e seus familiares realizaram cerca de um ano e meio de acompanhamento psicológico e médico antes da revelação do resultado que foi transmitido na 22^a sessão. Já a outra paciente não passou pelo mesmo processo, aceitando o apoio somente após a divulgação do resultado. Em termos de compreensão e aceitação da condição genética e tratamento, houve grande diferença devido ao apoio psicológico. A primeira paciente apresenta uma mudança em seu repertório comportamental, maior controle do nível de ansiedade diante dos procedimentos médicos e a aquisição de informações concisas sobre seu prognóstico. No atendimento de seus pais foi possível trabalhar dúvidas com relação à sua saúde física e sexualidade, bem como orientações. A segunda paciente não apresenta comportamentos de busca e adesão aos tratamentos, assim, a equipe psicológica vem reforçando a importância desse

repertório, buscando instalar comportamentos de autonomia, e principalmente, sanar dúvidas e questionamentos da mãe, dada sua dificuldade de aceitação quanto à condição da filha. Dessa forma, é possível perceber a importância do suporte psicológico como forma de ajudar, apoiar e esclarecer condições genéticas e prognóstico para pacientes e familiares favorecendo comportamentos de busca e adesão aos tratamentos médicos.

Palavras-chave: Serviço de Aconselhamento Genético; Apoio Psicológico; Adolescência.

A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: VIVÊNCIAS NO TRABALHO INTERDISCIPLINAR DE ASSESSORIA NA INTES/UEL. Henrique Abe Ogaki (hike.xd@hotmail.com); Maxwel Luan Rauber Duarte; Eneida Santiago (Departamento de Psicologia Social e Institucional); Rosely Jung Piscichio (Departamento de Psicologia Social e Institucional).

A Economia Solidária (ES) é uma forma de organização do trabalho alternativa ao capitalismo, que possui a centralidade nas pessoas, e não no capital. Tem como princípios a solidariedade, o trabalho cooperado, a autogestão e a sustentabilidade. Dentro do movimento da ES, existem Entidades de Apoio que prestam serviços a grupos que se propõem a trabalhar dessa forma, sendo uma delas a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (INTES), da UEL. Esta conta com uma equipe interdisciplinar de discentes e docentes, prestando serviços de formação em ES e assessoria técnica e administrativa. A formação é feita a partir de oficinas, em que são apresentados os princípios e a forma de trabalho cooperado e autogestionado, buscando conscientizar os trabalhadores para a importância dessa forma de organização. A assessoria técnica entra como um apoio na realização do trabalho, em que são aprimoradas questões referentes à produção, à comercialização e à gestão do empreendimento. Por se tratar de um trabalho interdisciplinar, o serviço prestado pela incubadora não se restringe a dar um apoio apenas às questões técnicas, realizando também um trabalho social e político, buscando-se uma intervenção integral. Este trabalho objetiva apresentar a inserção da psicologia na incubadora, apresentando a experiência dos autores com o trabalho realizado nesta. Os discentes de psicologia têm

participado das reuniões de equipe, dos grupos de estudos e das visitas destinadas a oficinas e acompanhamento técnico. A partir da introdução no cotidiano de atividades da incubadora, é possível apreender os processos circunscritos a esta e estabelecer um diálogo com as outras áreas do saber, ampliando a visão e as possibilidades de ação, de forma a buscar compreender as particularidades do grupo e empreender um trabalho integral, que contemple as necessidades apresentadas por esses. A psicologia contribui com esse trabalho interdisciplinar a partir de seus aportes teóricos a respeito da subjetividade, dos processos grupais, do entendimento do comportamento humano, podendo ser de grande ajuda. Isso vem ocorrendo a partir do apoio na construção e aplicação de oficinas, através de reuniões, pensando em quais estratégias tomar e como melhorar o que vêm sendo feito, e de discussões teóricas pertinentes ao trabalho. Assim, a ES é uma possibilidade de inserção profissional para a psicologia, dentro de um trabalho interdisciplinar, visando à melhoria da qualidade de vida dos grupos que se propõem a trabalhar com esse modelo econômico.

Palavras-chave: Psicologia; Economia Solidária; Assessoria.

A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS EM CONTEXTO ESCOLAR: RECORTE DE UMA VIVÊNCIA EXPERIENCIADA EM UMA ESCOLA NA CIDADE DE LONDRINA. Alexia Rodrigues Ruiz (alexia.ruizz@gmail.com); Daniela Yumi Cianca Okimura; Marianne Carolina Cortez Branquinho; Natalia Monti Di Osti; Patrícia Bortoloti; Raiana Bonatti de Sousa Botão; Solange Mezzaroba (Departamento de Psicologia Social e Institucional).

A vivência proporcionada pelo estágio no último ano da graduação vem sempre carregada de novas experiências: aquelas profissionais - típicas de quem aprende a colocar em prática tudo aquilo que veio aprendendo teoricamente nos últimos anos – e também aquelas que experienciadas no dia a dia do estágio, na supervisão e na conversa durante um cafezinho e que nos ajuda a crescer. Desse modo, o objetivo do presente trabalho é relatar a vivência de seis alunas do 5º ano de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) no estágio de Psicologia Escolar obrigatório realizado em uma escola estadual na cidade de Londrina, durante o período de fevereiro a julho de 2014. A partir

da demanda explicitada pelo corpo docente da escola que apontou algumas difíceis situações enfrentadas pelo colégio, decidiu-se realizar um trabalho que visasse amenizar tais situações de conflito. Para tal, as alunas frequentaram à escola duas vezes por semana, com supervisão semanal indireta, por aproximadamente 5 meses. Subdividiram-se em dois grupos de três pessoas: o primeiro grupo indo toda terça-feira ao colégio no período matutino e o segundo grupo toda quinta-feira no período vespertino. A partir das visitas à escola, realizou-se um diagnóstico institucional da instituição a partir de entrevistas, observações e atividades com os alunos a fim de compreender a dinâmica da escola. Além do contato com os alunos, funcionários e o corpo docente da escola, sentiu-se a necessidade de conhecer a realidade da comunidade aos arredores da escola – de onde vem a maioria da população atendida. Desse modo, foi possível constatar dificuldades relacionais entre professor-aluno, aluno-aluno, aluno-direção e entre o próprio corpo docente do colégio. Assim, foi possível compreender este espaço enquanto um campo abrangente que envolve diferentes dinâmicas profissionais e individuais que, ao se encontrarem, transformam-se uns aos outros e também o contexto no qual estão inseridos. Além de relatar a vivência na instituição, pretende-se, com este trabalho, apresentar as reflexões e as intervenções na escola a partir da problemática encontrada pelas estagiárias naquele contexto, como um grupo de discussão com o corpo docente e os demais funcionários da escola, bem como a elaboração do Grêmio Estudantil como uma entidade autônoma de representação dos alunos cujo objetivo é lhes proporcionar uma voz ativa por meio da promoção de responsabilidade e sentimento de pertencimento nas decisões e consequências a respeito da instituição em que estão inseridos.

Palavras-chave: Psicologia Escolar; Mediação de Conflitos; Grêmio Estudantil.

A MENTIRA E O TRATAMENTO ANALITICO. Pedro Costa Zanola (pedro_zanola@hotmail.com); Claudia Maria de Sousa Palma (Departamento de Psicologia e Psicanálise). Considerando a mentira relatada por uma paciente, pretende-se analisar a questão da verdade a partir da psicanálise, apoiando-se nas formações do inconsciente. Nesse sentido será abordado também o próprio nascimento da psicanálise, quando Freud se depara com o que nomeou “as históricas mentes” e, a partir daí, constrói a especificidade

do campo de trabalho analítico. Continuando a análise da relação entre psicanálise e verdade, reflete-se sobre o conceito de sintoma em seus variados aspectos na perspectiva da psicanálise lacaniana, ponderando assim acerca da direção do tratamento sobre o viés da mentira no sentido do ciframento sofrido pelo conteúdo inconsciente e a verdade da direção do tratamento. Conclui-se com uma análise da especificidade do tratamento de pacientes histéricas, diferenciando histeria e feminilidade de acordo com sua relação ao Outro e as consequências no campo do desejo.

Palavras-chave: Mentira; Psicanálise; Direção do Tratamento.

A RELAÇÃO ENTRE DEPRESSÃO E COMPORTAMENTO AUTOLESIVO EM ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE DE CASO. Miriam Dibo (miriamdibo@hotmail.com); Yuri Lelis Rafael; Margarete Matesco Rocha (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento).

A adolescência pode ser definida como um período de transição da infância para a idade adulta. Nessa fase as mudanças inicialmente biológicas se traduzem rapidamente em novas experiências, responsabilidades e relacionamentos. Provavelmente por causa desses fatores, a adolescência é a fase de maior prevalência da depressão, chegando a 20% de ocorrência, dos quais estima-se que 70% não recebem tratamento. A depressão é um estado emocional de diminuição dos comportamentos psicomotores e de raciocínio, onde também são observados sentimentos de culpa e ilusões de indignidade. Diversos estudos mostram que é comum adolescentes se utilizarem de comportamentos autodestrutivos para expressar suas dificuldades e tentar solucionar conflitos como a depressão. Dentre eles, pode-se citar o abuso de drogas, a sexualidade promíscua e os comportamentos autolesivos (CAL), que englobam a ideação suicida, as tentativas de suicídio, o parasuicídio e o suicídio consumado. Nesse contexto, o trabalho teve como objetivo fazer uma análise funcional do comportamento autolesivo, relacionado à depressão, de um caso descrito na literatura. O caso descrevia os comportamentos de uma adolescente de 15 anos com diagnóstico de depressão crônica, que passou por um episódio de tentativa de suicídio, por meio da ingestão de uma “overdose” de barbitúricos que haviam sido prescritos para sua mãe, após uma briga com a mesma. A análise foi

feita com base na bibliografia encontrada sobre os temas: adolescência, análise do comportamento, autolesão, depressão e suicídio. A partir dos dados descritos foi possível desenvolver análise funcional relacionando a tentativa de suicídio, a depressão e a adolescência com conceitos da Análise do Comportamento. O estudo permitiu identificar as funções dos comportamentos autolesivos apresentados pela cliente, incluindo a progressão na severidade e riscos desses comportamentos. Além disso, pareceu relevante a falta de controle e previsibilidade que a cliente tinha sobre o ambiente familiar, característico do desamparo aprendido e que favorecia a apresentação de comportamentos depressivos. Com relação à adolescência, pode-se sugerir que a perda de reforçadores da infância e a necessidade de novas formas de controle do comportamento favorecem o aparecimento dos comportamentos autolesivos e depressivos. Por fim, foi possível observar que o comportamento autolesivo é multideterminado e complexo e que traz risco à vida do adolescente, sendo necessário, portanto, intervenções tanto por parte dos profissionais quanto da família.

Palavras-chave: Depressão; Autolesão; Adolescência.

ACT E FAP: COMO MANEJAR EM TRANSTORNO DE ANSIEDADE SOCIAL?. Tamara Regina Souza Marques (tamara_marquees@hotmail.com); Thaís Santiago Marino; Sidnei Carlos de Araújo; Lucielly Conceição dos Santos; Josiane Cecília Luzia (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento); José Luciano Tavares da Silva (Departamento de Ciências Fisiológicas).

O Transtorno de ansiedade social (TAS) é um dos transtornos psiquiátricos mais comuns, resultando para o indivíduo em grande sofrimento e comprometimento funcional. O TAS é caracterizado pelo medo marcante e persistente de uma ou mais situações sociais ou de desempenho. Além disso, esses indivíduos avaliam negativamente seu comportamento social, produzindo atribuições internas para suas falhas de desempenho, por acreditarem que os outros estão constantemente alerta em relação ao seu desempenho e aos sinais de ansiedade demonstrados. Dessa maneira, o objetivo do trabalho foi o de estudar através de um caso clínico, como a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) e a Psicoterapia Analítico-Funcional (FAP) podem ser manejadas no tratamento do

Transtorno de Ansiedade Social. Participou desse trabalho um estudante do curso de medicina, com idade de 20 anos com diagnóstico de fobia social e que foi encaminhado a Clínica Psicológica da UEL. O atendimento foi realizado por um psicoterapeuta experiente e posteriormente discutido em um grupo de estudos sobre o tema. O procedimento adotado incluiu a realização de análise funcional dos comportamentos emitidos pelo cliente em sessão e em seu ambiente natural. Após o levantamento das hipóteses funcionais foram trabalhados comportamentos considerados “problemas” que aconteciam na sessão, os CRBs1, por meio de técnicas de bloqueio de esquivas e extinção de CRBs1s; modelagem e modelação de CRBs2, quando a pessoa começava a responder de forma mais adequada; e CRBs3 através do fortalecimento de relatos verbais da cliente com relação as análises funcionais que fazia de seu comportamento, identificando as situações em que esses ocorriam. Além de técnicas de dinâmica de grupo, técnicas de exposição, procedimentos de resolução de problemas de treinamento em Habilidades Sociais (THS) e promoção de aceitação (ACT) por parte da cliente. Os resultados mostraram que a partir das técnicas empregadas foi possível o rearranjo de contingências objetivando modelar padrões de interação social alternativos durante as sessões, através da relação terapêutica, para que a cliente pudesse generalizar esses comportamentos para além do contexto clínico.

Palavras-chave: Transtorno de Ansiedade Social; Terapia de Aceitação e Compromisso; Terapia Analítico Funcional.

ANÁLISE APLICADA DO COMPORTAMENTO: PSICOLOGIA DO TRÂNSITO. Eloisa Sobh Ambrosio (elo_ambrosio@hotmail.com); Guilherme Gabriel Trevizan; Gustavo Shigaki; Homero Artur Belloni Silva; Jéssica Isabely Emmerich; Ednéia Aparecida Peres Hayashi (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento).

O trânsito tem impactado negativamente a qualidade de vida dos indivíduos, por meio de congestionamentos, acidentes, poluição atmosférica, entre outros fatores. Embora a Psicologia possa ser aplicada em diferentes áreas na qual haja relações entre indivíduos, e aqui ressalta-se a Análise do Comportamento Aplicada, em alguns contextos ainda é pouco conhecida ou até mesmo não há a inserção do psicólogo em inúmeros ambientes,

como, por exemplo, no trânsito. O Código de Trânsito Brasileiro foi aprovado pela Lei n. 9.503, em 23 de Setembro de 1997, entrando em vigor em Janeiro de 1998. Seu objetivo é regular o trânsito nas vias terrestres do território nacional. No quesito ao que esse trabalho pretendeu analisar, que foi o comportamento de motoristas em retornos da cidade Londrina, segundo o código: “é entendido como retorno qualquer movimento de inversão total de sentido da direção original de veículos” e deverá ser realizado: “nos locais apropriados e, onde estes não existirem, o condutor deverá aguardar no acostamento, à direita, para cruzar a pista com segurança”. Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi verificar se a sinalização de trânsito influencia o comportamento de indivíduos em “retornos” da cidade de Londrina. Foi observado e registrado, por meio de filmagem, o comportamento dos motoristas em dois retornos da cidade de Londrina, sendo um sinalizado (sinalização horizontal) e outro não, durante 30 minutos, em horário de grande fluxo de carros. A partir disso, contabilizamos quantos motoristas realizaram a conversão da maneira correta e quantos cometiam infração, segundo o Código. Os resultados obtidos foram que no retorno com sinalização horizontal, 88% dos motoristas realizaram da maneira correta, e no retorno sem sinalização, 69% cometeram infração. Concluímos, então, que uma intervenção, como a sinalização horizontal nos retornos, pode evitar infrações e assim, possíveis acidentes. Tais resultados foram levados à CMTU e entregue ao diretor de trânsito de Londrina, com a proposta de que outros “retornos” da cidade de Londrina passem a ter a mesma sinalização. É importante ressaltar que esta pesquisa pode ser ampliada para que mais dados, de outras observações e registros, possam ser coletados e analisados.

Palavras-chave: Psicologia; Trânsito; Análise Aplicada do Comportamento.

ANSIEDADE NO LABORATÓRIO: ANÁLISE DA AUTO LIMPEZA COMO MEDIDA.

Rodrigo Moreno Klein (rodrigomorenoklein@gmail.com); Sidnei Carlos de Araújo; Keyla Oliveira Ayalla; Célio Roberto Estanislau (Psicologia Geral e Análise do Comportamento).

A ansiedade é uma das mais preocupantes psicopatologias, atingindo uma porção considerável da população. Seu estudo em laboratório tem como carro chefe o Labirinto em Cruz Elevado (LCE) que possibilita testagem de diversas drogas para predizer seus

efeitos sobre a ansiedade em humanos. No entanto o teste apresenta limitações, e algumas delas podem ser vencidas com o uso de outras medidas que não as tradicionais. Objetivamos analisar a auto limpeza, comportamento complexo apresentado por roedores em seu ambiente natural, enquanto medida de ansiedade no LCE. Para isso foram utilizados 86 ratos machos providos do Biotério da UEL que foram mantidos no Biotério do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento com água e comida sempre disponíveis. Estes foram separados em cinco grupos: salina, cafeína 50mg, cafeína 100mg, diazepam 1,5mg e diazepam 3,0mg. O teste foi prolongado para trinta minutos com a finalidade de poder melhor analisar a auto limpeza. As drogas foram diluídas em salina 0,9% e administradas via intraperitoneal 20 minutos antes da testagem. A auto limpeza foi analisada em dois componentes: rostral e corporal. Para análise estatística foi usado o programa GraphPad Prism 5.0 com o uso do teste T para diferenças entre os grupos ($p < 0,05$). Os resultados apontam para uma função ansiolítica da cafeína 50mg e do diazepam 3,0mg. Também demonstram a modulação dose dependente da cafeína e diazepam no componente rostral e não corporal da auto limpeza. A análise da auto limpeza apresenta que seus componentes podem ter funções diferentes, permitindo o estudo em laboratório de uma variedade de patologias, incluindo ansiedade, como indicado pelos resultados aqui apresentados, TOC e outros.

Palavras-chave: Labirinto em Cruz Elevado; Ansiedade; Auto Limpeza.

AS DIFERENTES CONFIGURAÇÕES FAMILIARES E SUAS DINÂMICAS NO CONTEXTO DE ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO FAMILIAR EM SERVIÇO-ESCOLA.

Ana Carolina Zuanazzi (anacarolina.zf@gmail.com); Maíra Bonafé Sei (Departamento de Psicologia e Psicanálise); Isabel Cristina Gomes.

Objetiva-se discorrer sobre as configurações familiares e suas respectivas dinâmicas, discutindo como estas podem se apresentar na psicoterapia familiar. Para tanto, apresentaremos dois casos atendidos pelo serviço-escola de Psicologia da UEL, vinculados a um projeto de extensão. Quanto ao primeiro caso, vieram para os atendimentos quatro membros da família: mãe Marta, filha Bianca, avós paternos Sônia e Otávio. A queixa apresentada na triagem centrava-se nos comportamentos inadequados

da filha. A mãe havia se separado do pai de Bianca logo que esta nasceu e, apesar dele morar com os pais (Otávio e Sônia), não demonstrava interesse em participar dos atendimentos. Ao longo das sessões, verificou-se a dinâmica estabelecida entre os membros. Os avós paternos se colocavam como “observadores” e “fiscalizavam” as falas e atitudes de Marta. Esta se sentia pressionada por esses e, em certa ocasião, disse em segredo à terapeuta que não os suportava e gostaria de mudar-se para longe deles. Essa fala, porém, não era reproduzida frente aos membros em questão, evidenciando a dificuldade de Marta em se desvincular dessa dinâmica. A psicoterapia desta família contou com 11 sessões. Considera-se que ao longo das mesmas foi possível observar uma mudança na dinâmica previamente estabelecida, visto que Marta e Bianca mudaram de cidade, motivo pelo qual o atendimento foi encerrado. No segundo caso apresentado, vieram para atendimento o pai Jonas, sua segunda esposa Laura, e o filho de ambos, Fernando, após o psicodiagnóstico do menino. Através da avaliação, foi entendido que a família se beneficiaria de atendimento familiar, uma vez detectada uma dinâmica que trazia conflitos emocionais para Fernando. Notou-se, com os atendimentos, que os pais projetavam no filho expectativas frustradas de suas vidas, o que trazia angústia para este. A família foi, primeiramente, atendida por uma terapeuta ao longo de 25 sessões e, posteriormente o caso foi encaminhado para outra terapeuta que realizou um montante de 44 sessões. Foi possível verificar que a mudança de terapeutas teve impacto importante na relação terapêutica. Ao longo dos atendimentos, verificou-se mudanças na dinâmica familiar. As expectativas trazidas foram trabalhadas, ainda que parcialmente, favorecendo a compreensão da própria dinâmica estabelecida por eles e diminuindo os sintomas do filho. Considera-se relevante o estudo das configurações familiares que se apresentam para psicoterapia e as dinâmicas estabelecidas, aprimorando as estratégias empregadas neste público. Tal desenvolvimento faz-se pertinente para os profissionais que se envolvem no atendimento a famílias, obtendo ainda mais relevância quando se trata do atendimento em serviços-escola, contexto no qual se encontram particularidades, como a clínica atrelada ao campo da formação do terapeuta, a alta rotatividade de estagiários, que possuem, prazos estreitos de vinculação junto ao referido projeto de extensão e, em consequência, ao serviço-escola.

Palavras-chave: Psicoterapia Familiar; Serviço-Escola; Configurações Familiares.

AS RELAÇÕES ENTRE OS IDEAIS DE BELEZA DISSEMINADOS NA MÍDIA E A DIVERSIDADE DO CORPO FEMININO. Gabrieli Zaros Granusso

(gabrielizaros@gmail.com); Giovana Pellegrina Alves; Leticia Martins de Souza; Luisa de Aguiar Lettrari; Mariana Alves Venceslau; Mariana Cristina Pereira Nunes; Miriam Dibo; Natália Corrêa Silva; Yuri Lelis Rafael; Sonia Regina Vargas Mansano (Departamento de Psicologia Social e Institucional).

A noção do que é belo vem sofrendo constantes mudanças no decorrer da história, sendo discutida desde os primeiros filósofos gregos. Em nossos dias, o ideal de beleza continua tendo importância social sendo fortemente disseminado pelos meios de comunicação (internet, jornais e televisão). Tal disseminação afeta diretamente o cotidiano dos indivíduos, criando a expectativa por possuir corpos padronizados e considerados perfeitos para serem expostos e desejados. O corpo feminino é alvo dessa padronização, que é marcada pelo estereótipo de corpo ideal, o qual passa a ser fundamental para o sucesso ou não da mulher nas diversas dimensões da sua existência, incluindo aí as relações afetivas e profissionais. A partir dessa constatação, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre os ideais de beleza que a mídia divulga em suas programações e a diversidade do corpo feminino. Ela está sendo realizada na disciplina Psicologia Social I (prática) do curso de graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. Para tanto, a pesquisa foi dividida em dois momentos: o primeiro será composto pela parte teórica, que desenvolverá uma investigação sobre três temáticas: a mídia, a beleza e a produção de subjetividade atrelada aos ideais estéticos. No segundo momento, será realizada a investigação empírica tendo como base a metodologia qualitativa. Buscaremos coletar depoimentos, por meio de entrevista semiestruturada, de mulheres que atribuem à questão estética um valor significativo, adotando hábitos e práticas que estimulam a busca da beleza. A pesquisa será realizada com 9 participantes mulheres com idade variando de 30 a 50 anos. Essa faixa etária foi escolhida em função da preocupação mais recorrente dessa parcela da população com a passagem do tempo e seus efeitos na aparência. Os dados serão analisados com base

nos estudos teóricos realizados durante a primeira fase. Atualmente, a pesquisa encontra-se na fase de levantamento teórico sobre o tema mídia. O referencial teórico estudado até o momento permite perceber e compreender a importância da mídia na produção de subjetividades, bem como seus efeitos na vida da população. Acreditamos que esta temática poderá contribuir para formação deste grupo de estudantes por tratar de um problema bastante recorrente no cotidiano das relações sociais.

Palavras-chave: Beleza; Mídia; Subjetividade.

ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO ABSENTEÍSMO: A RELAÇÃO ENTRE SATISFAÇÃO E JUSTIÇA NO TRABALHO. Mariane Cristine Ridão Curty (mariane_ridao@hotmail.com); Regina Márcia Brolesi de Souza (Departamento de Psicologia Social e Institucional).

Objetivo: Identificar elementos que estão correlacionados com o absenteísmo, entre os quais a satisfação e a justiça do trabalho foram foco da pesquisa. O tema também foi escolhido, devido a questões relacionadas ao trabalho e aos diversos efeitos que este influencia na rotina da empresa e na vida dos funcionários. A pesquisa foi realizada a fim de averiguar se existe uma relação entre satisfação, justiça no trabalho com o absenteísmo na organização. Metodologia: O presente estudo partiu de uma pesquisa aplicada a uma amostra de 37 funcionários de uma empresa terceirizada de telecomunicações de Londrina. Foi aplicada uma Escala de Satisfação no Trabalho, a Escala de Percepção de Justiça Distributiva – EPJD e Escala de Percepção de Justiça de Procedimento – EPJP. Que foram adaptadas e aplicadas dentro do período de Janeiro até Março de 2014. Resultado: No período de 92 dias trabalhados os 43 funcionários tiveram um total de 332 faltas. Dentre os meses pesquisados, no mês de Janeiro a empresa teve 11,14% de faltas do seu quadro de funcionários, em Fevereiro teve 7,84%, em Março teve 7,53% de faltas e em Abril a empresa verificou que havia 6,87% de faltas entre o pessoal. Dentre os dados obtidos através das escalas a satisfação percebidos pelos funcionários aponta que os funcionários estavam divididos entre estarem satisfeitos (40,54%) ou indiferentes (40,54%) frente as questões levantadas sobre seus colegas. O grau de 83,78% estavam insatisfeitos com o salário. Esse dado em conjunto com a pesquisa de

Justiça Distributiva, no qual 64,86% dos funcionários se sentem injustiçado frente a distribuição dos lucros que a empresa arrecada. Apenas 35,14 % dos funcionários estavam satisfeitos com a liderança, apesar de 67,57 disse que a empresa não era justa em relação aos procedimentos e promessas. Que os funcionários não tinham oportunidade de ascender ao cargo e estavam insatisfeitos com essa estagnação, mas que estavam indiferentes com o trabalho em si. Conclusão: A partir dos dados obtidos na pesquisa pode-se perceber que a empresa em questão possui altos índices de absenteísmo, ao mesmo tempo em que seus funcionários se apresentam insatisfeitos com salários, promoções, com a justiça aplicada pelo gestor e supervisores. Fatores como a inconsistência nas regras, baixo salário, falta de reconhecimento dos líderes no trabalho executado, podem estar diretamente relacionados ao índice alto de faltas e rotatividade que a empresa possui.

Palavras-chave: Absenteísmo; Telecomunicações; Trabalho.

ATIVIDADES DE PREVENÇÃO E PSICOPROFILAXIA, REALIZADAS POR MEIO DO CONJUNTO DE TÉCNICAS PSICOLÓGICAS QUE FAZEM PARTE DA METODOLOGIA DO PROJETO DE EXTENSÃO: ORIENTAÇÃO VOCACIONAL E PROFISSIONAL DE ADOLESCENTES DAS ESCOLAS ESTADUAIS DA CIDADE DE LONDRINA E REGIÃO. Rosemarie Elizabeth Schimidt A. (Departamento de Psicologia e Psicanálise); Tayla Cristina Manccini; Alexia Rodrigues Ruiz; Beatriz Rall Daró; Gheovana Carla Brittes; Eric Magno Barbosa; Ricardo Justino Flores (Departamento de Psicologia e Psicanálise); Jose Mauricio Bigatti (Departamento de Psicologia e Psicanálise).

O projeto de Orientação Vocacional e Profissional (OVP), existente há aproximadamente 20 anos é renovado sistematicamente com pouquíssimas alterações, à medida que cumpre a formalidade institucional a cada 2 anos. Tem como objetivo orientar adolescentes frente à problemática da escolha profissional, visto ser este um período de intensas transformações e questionamentos que abrangem a personalidade. A vida do jovem nesta fase é perpassada por muitas dúvidas, ansiedades e conflitos, o que justifica a importância de um processo de Orientação Vocacional e Profissional que neste momento de transição torna-se vital, haja vista um quantum de afeto e emoções que

podem tornar-se condutas de risco, como, por exemplo, a questão do suicídio. Nesse espaço temporal transicional criado para a reflexão de suas trajetórias, os adolescentes exploram aspectos da sua própria temporalidade em torno de suas identidades pessoal e profissional. Os atendimentos são realizados na Clínica Psicológica da Universidade Estadual de Londrina, podendo ser individuais ou em grupo com alunos de escolas públicas do ensino médio. Os orientadores utilizam nesse processo o método clínico, a escuta e elementos de holding, mediados pela aplicação de técnicas psicológicas. Ressalte-se que as técnicas psicológicas aplicadas e o setting criado fazem parte de um contexto, o qual corrobora um estado potencial - o devir - por apresentar uma nova visão temporal dos adolescentes sobre as perspectivas do seu desenvolvimento psicossocial, assim como de amadurecimento emocional nesta etapa da vida, pois não se trata apenas da escolha de uma profissão, mas também da continuidade do viver, do ingresso na vida adulta e de todas as demandas propiciadas por esta fase, bem como dos lutos que terá que enfrentar. A trajetória deste trabalho ao longo dos anos tem-se consolidada, visto que as atividades de prevenção e psicoprofilaxia, realizadas por meio do conjunto de técnicas psicológicas que fazem parte da metodologia do projeto de extensão: Orientação Vocacional e Profissional de Adolescentes das Escolas Estaduais da Cidade de Londrina e Região, definem um espaço temporal transicional para que o adolescente redefina um estado mental do devir.

Palavras-chave: O Devir e a Adolescência; Orientação Vocacional e Profissional, Prevenção e Psicoprofilaxia.

AVALIAÇÃO E EFICÁCIA DE UM SIMULADOR DE REALIDADE VIRTUAL PARA MEDO DE ALTURA. Marcela Roberta Jacyntho Zacarin (mazacarin92@gmail.com); Verônica Bender Haydu (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento).

A Realidade Virtual (RV) pode ser utilizada com diferentes propósitos, sendo um deles o tratamento de fobias. O objetivo do presente estudo foi avaliar um simulador de Realidade Virtual quanto a sua capacidade de evocar senso de presença e ansiedade em participantes que apresentem medo de altura. O estudo foi realizado com duas

participantes. Foram realizadas quatro sessões individuais e na primeira as participantes responderam um questionário de acrofobia. As três sessões seguintes consistiram em: relaxamento, exposição ao cenário virtual a partir da utilização de um simulador e também de um aparelho de *biofeedback* que registrou a condutância elétrica da pele, resposta de questionário de efeitos colaterais, inventário de senso de presença e reações corpóreas. Em relação aos dados do questionário de acrofobia, esses sugeriram que as participantes sentem-se ansiosas diante de situações que envolvem altura e, também procuram evitá-las sempre que possível. A partir dos dados dos materiais utilizados após as sessões de exposição, observou-se que o cenário simulado foi capaz de produzir respostas de medo e ansiedade (taquicardia, sudorese, palpitação, evitar entrar em contato com a situação envolvendo altura etc.). Tais respostas foram mais frequentes nas cenas da última sessão de exposição para ambas as participantes, sendo válido ressaltar que, apesar de os dados da Participante 1 terem demonstrado que reações náuseas terem sido mais frequentes na primeira sessão, a mesma relatou que havia se sentido mal devido a alguns efeitos colaterais produzidos pela exposição. Em relação ao *biofeedback*, os dados da Participante 2 demonstraram valores menores de condutância elétrica na última sessão de exposição ($\Delta=1,31$), fato que pode ter sofrido influência tanto da condição de privação de horas dormidas e comida relatados pela participante, como também por fazer frio no dia da coleta. Quanto aos dados da Participante 1, os valores de condutância elétrica da pele e variação dos mesmos foram maiores na última sessão de exposição ($\Delta=4,27$), sugerindo que a mesma sentiu-se mais ansiosa nessa condição do que nas anteriores. Em relação ao senso de presença, observou-se que a Participante 1 relatou nível maior na segunda e terceira sessão de exposição e a Participante 2 na última sessão. Os efeitos colaterais causados pela exposição foram relativamente pequenos em ambas as participantes. Como conclusão, pode-se afirmar que a RV é uma ferramenta que pode ser utilizada para a realização de exposições graduais no tratamento de medo de altura, sendo sugerida a realização de estudos com um número maior de participantes.

Palavras-chave: Realidade Virtual; Terapia de Exposição; Medo de altura.

BELEZAS TRANS: HISTÓRIA, POTÊNCIA E LUTA. Ana Letícia Alves Morais (alvesmorais12@gmail.com); Roberta Barbosa de Oliveira; Virginia Simonato Santos; Thais Valéria dos Santos de Oliveira; Thaynara Magalhães Vieira; Vanessa Visockas Wiezel; Vitória Cristina de Oliveira Abranches; Yohann Eiji Mori Saracho; Alejandra Astrid León Cedeño (Departamento de Psicologia Social e Institucional).

A concepção binária existente hoje acerca da questão de gênero é uma visão anacrônica formulada na segunda metade do séc. XIX, no qual cientistas formaram a máxima de que um homem se caracteriza por um pênis e a mulher pela vagina. Até o séc. XVII as mulheres eram vistas com as suas características morfológicas masculinas interiorizadas, enquanto o homem exteriorizava-as. Nos anos 50, com a introjeção médica para classificar as patologias existentes, a transexualidade foi classificada como transtorno patológico. Apesar de toda a luta a favor da despatologização, o DSM-V ainda classifica a transexualidade como uma 'disforia de gênero'. A vivência trans foi atrelada a situações depreciativas, luta e sofrimento. Diante de tal situação, o presente trabalho visa mostrar uma faceta mais complexa: apresentar a beleza do processo de se reconhecer e se afirmar como um indivíduo autônomo dentro da sua singularidade perante a sociedade. Destarte, o objetivo deste projeto é aprofundar as discussões sobre a população Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transgênero, Transexual, Intersexo, Queer (LGBTTTIQ) no âmbito acadêmico e na sociedade, apresentando as belezas do cotidiano das trans na luta contra o preconceito. Para que o projeto se consolide, nos foi proposto pela presidente da Elitytrans (organização ativista pelos direitos da comunidade transexual) a produção de um documentário retratando o processo de transformação, acompanhado por cenas de teatro protagonizadas pelo grupo de atores do qual a presidente participa. O documentário e as cenas de teatro envolvem fases e experiências da história de vida das trans, destacando as belezas e lutas trazidas por um processo de transformação. Para gravar o documentário será utilizado, além do método cartográfico, o conceito de pesquisa no cotidiano de Peter Spink. O projeto, em andamento, está sendo construído junto às militantes da causa Trans e estudiosos do tema, envolvendo a participação de pessoas trans e cisgênero. Já foi realizado um encontro entre os pesquisadores e a presidente do Elitytrans em que ela contou seu trajeto de vida e experiências. Estamos

trocando informações, vivências e conhecimento acerca de um universo que para a maioria das pessoas é totalmente desconhecido. Como narrou à presidente, é possível lidar com o desprezo “desfilando” no calçadão e cantando com Alcione: “Eu não sou melhor do que você, porque eu sou igualzinha a você: Eu não presto!”.

Palavras-chave: Transexualidade; Transformação; Despatologização.

CLÍNICA DO TRABALHO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA À SAÚDE DO TRABALHADOR. Raiana Bonatti de Sousa Botão (raianabonatti@hotmail.com); Beatriz Rall Daró; Camila Carvalho Faria Andrade; Letícia Fagundes Gaino; André Luís Vizzaccaro-Amaral (Departamento de Psicologia Social e Institucional).

Pautando-se em estatísticas oriundas da Organização Mundial do Trabalho, só no Brasil, acontecem cerca de 700 mil acidentes de trabalho por ano gerando além de problemas físicos, transtornos relacionados à saúde mental do trabalhador. No município de Londrina, o Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador – NAST foi desenvolvido com o objetivo de atender trabalhadores de Londrina e região metropolitana oferecendo serviços médicos e, recentemente, em parceria com a Universidade Estadual de Londrina, práticas e conhecimentos da psicologia, visto que há uma perda de referenciais por parte dos trabalhadores lesados em sua saúde no ambiente de trabalho e, cabe aos profissionais desta área, ajudá-los a reencontrar esse referencial enquanto pessoas, trabalhadores e seres sociais. Neste sentido, a proposta de uma "Clínica do Trabalho" institui-se enquanto um serviço que vai além do sofrimento estabelecido por certos modos de se relacionar com o trabalho e enfatiza os aspectos criativos e construtivos do sujeito em sua experiência neste. Deste modo, o presente estudo teve por objetivo principal traçar as etapas que constituíram a triagem psicológica feita para a seleção de 6 usuários para compor a clínica do trabalho no NAST. Primeiramente, foram indicados pela médica responsável pelo serviço e pelos atendimentos 14 usuários que atendiam ao critério de agravos mentais ocasionados por situações de trabalho. Após esta indicação foi feita a análise das fichas destes usuários e feito contato telefônico. Os 14 atendimentos foram desenvolvidos individualmente pelas estagiárias de Psicologia, com duração de aproximadamente 50 minutos cada. Informações sobre a clínica do trabalho e a entrevista

de triagem foram fornecidas e os seguintes instrumentos foram utilizados: entrevista semiestruturada, anamnese clínica, anamnese socioeducativa, anamnese ocupacional e questionário SRQ-20. A partir da análise das respostas obtidas pode-se verificar que os relatos dos sujeitos foram compatíveis com os dados coletados mediante os instrumentos, comprovando alto grau de sofrimento associado às situações vivenciadas no âmbito organizacional. Diante de tais dados, alguns critérios foram estabelecidos de modo a organizar prioridades entre os entrevistados, dentre os quais: (a) interesse em participar da clínica; (b) resultado do SRQ-20; (c) situação com o mercado de trabalho. Com isso, os 6 candidatos foram selecionados e, atualmente, o grupo está em seu 3º encontro semanal: desafios e contribuições de pessoas que foram perpassadas subjetivamente por situações vivenciadas no trabalho.

Palavras-chave: Clínica; Trabalho; psicologia.

COMPLEXO DE ÉDIPO E HOMOPARENTALIDADE: A DELIMITAÇÃO DOS FAZERES PARENTAIS. Lauane Rafaela de Brito Campos (rafacampus@gmail.com).

A homoparentalidade enquanto uma estrutura familiar emergente, tem suscitado debates e dúvidas que ainda se encontram em suspenso. A teoria psicanalítica freudiana, ao propor a formação subjetiva a partir do núcleo familiar, ilustrada no complexo de Édipo, introduz uma necessidade constante de revisitação da teoria, posto que o modelo de família homoparental desafia a leitura da relação sintagmática gênero biológico e função materna e paterna. Destarte, este trabalho propõe uma leitura do complexo de Édipo na homoparentalidade, num movimento de legitimação que traga à ordem do dia a possibilidade de que essa nova organização familiar seja tomada, não como um caso extraordinário, mas como fenômeno psicossocial legítimo, fruto de uma dinâmica social que a convoca e a constitui. O trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica, em que foram utilizados textos de referencial psicanalítico, além de textos da área do direito que abordavam a questão da homoparentalidade no âmbito legal. O objetivo do estudo consistiu na construção de uma leitura da formação subjetiva a partir do complexo de Édipo - proposta pela psicanálise freudiana - que incluísse a homoparentalidade como mais um

arranjo possível e legítimo, à medida em que se faz presente como fenômeno constituindo do paradigma contemporâneo.

Palavras-chave: Homoparentalidade; Complexo de Édipo; Gênero; Função Parental.

COMUNICANDO O INCOMUNICÁVEL: COMPREENDENDO A IDENTIFICAÇÃO PROJETIVA E UTILIZANDO-A COMO FERRAMENTA PARA O PROCESSO TERAPÊUTICO. Amanda Garbim Bana (amanda_bana@hotmail.com); Julia Archangelo Guimarães Höfig; Beatriz Rall Daró; Sandra Aparecida Serra Zanetti (Departamento de Psicologia e Psicanálise).

O presente trabalho tem por objetivo apresentar um relato de experiência sobre o atendimento de um caso clínico no qual o processo psíquico de identificação projetiva maciça foi preponderante, visando demonstrar como esse fenômeno pode ser útil à compreensão do caso se utilizado como uma importante ferramenta terapêutica. Para tanto, o método deste trabalho baseia-se na análise do caso de uma paciente em atendimento há, aproximadamente, dois meses. Em seus relatos percebe-se que esta se encontra em uma posição de cisão, separando o mundo em bom e mau. A paciente tem muita dificuldade de confiar nas pessoas e sofre de ansiedade. Após o início do atendimento, a psicoterapeuta passou a sentir uma série de episódios somáticos, logo após as sessões. Entende-se que isto tenha ocorrido por meio do fenômeno da identificação projetiva, em que houve uma projeção de conteúdos conflitantes da paciente para o psiquismo da terapeuta, que não puderam ser absorvidos e foram ejetados para o corpo. A identificação projetiva foi concebida por Klein (1946) como um processo psíquico em que aspectos do *self* são projetados para dentro do objeto, gerando efeitos sobre ele e servindo como mecanismo de defesa. Autores como Bion, Segal, Rosenfeld e Ogden ampliaram a noção de identificação projetiva, entendendo-a como uma forma de comunicação que pode servir de ferramenta para interpretação e intervenção no processo terapêutico. Desta forma, a partir do momento em que o analista recebe as projeções e angústias do paciente, tem a possibilidade de elaborá-los, devolvendo-os mais assimiláveis e disponíveis para reintegração pelo paciente. Neste caso clínico, compreendemos que a paciente projeta sua angústia e agressividade a fim de comunicar

algo que é da ordem do indizível. Foi possível perceber, sem que a paciente dissesse, que sua desconfiança se refere a um medo de sentir-se dependente das pessoas e sofrer diante da quebra dos laços afetivos, ou seja, teme a perda de seus vínculos mais próximos. Consideramos importante ressaltar que esta compreensão só foi possível analisando os efeitos somáticos notados pela terapeuta, que assim puderam ser interpretados e visam ser utilizados para a intervenção no processo terapêutico. Nota-se que as intervenções realizadas até o momento puderam trazer alguns *insights* à paciente sobre, como, por exemplo, o fato dela estar mais consciente de como ela afasta as pessoas com seu modo de tratá-las, de forma explosiva e impulsiva.

Palavras-chave: Psicoterapia; Identificação Projetiva; Psicanálise.

CONFLITO NO COTIDIANO ESCOLAR: UMA OPORTUNIDADE DE APRENDIZAGEM.

Bruno Sterza Baggio (bruno.sterzabaggio@gmail.com); Marcela Roberta Jacyntho Zacarin; Taciana Souza; Tanisa Prieto; Solange Mezzaroba (Departamento de Psicologia Social e Institucional).

O aumento considerável da violência escolar, tanto no ensino público quanto privado tem chamado a atenção de profissionais das mais diversas áreas, inclusive da psicologia, mais especificamente a psicologia escolar que, ao estudá-la busca procurar as causas e, a partir delas, propor soluções. A violência surge, muitas vezes, a partir de situações de conflito, em que pessoas com opiniões divergentes ou maneiras diferentes de se ver ou interpretar um acontecimento reagem ao diferente com algum tipo de violência, podendo não ser necessariamente física, notando-se assim numa diferença entre a violência e conflito. Ao pensar na escola como um ambiente com ampla variedade cultural, em que seus indivíduos possuem gostos e costumes diferentes e, portanto, têm um modo particular de enxergar os fatos, se essa diversidade não for bem trabalhada pelos educadores, é muito provável que conflitos saudáveis se tornem situações de violência. É importante ressaltar que, muitas pessoas enxergam o conflito como algo ruim e que apenas traz prejuízos; contudo vale novamente ressaltar que ele carrega consigo a possibilidade de aprendizado, podendo contribuir com um dos papéis da escola, o de formar indivíduos críticos ao invés de reprodutores e copistas. Pensando no conflito como

algo rico que pode ser aproveitado quando bem manejado, foi sugerido um curso de capacitação para os professores de uma escola estadual do município de Londrina, cujo objetivo foi trabalhar a questão do conflito e como o mesmo pode ser utilizado como uma oportunidade de aprendizagem tanto para eles quanto para os alunos. O curso ainda está em andamentos e, até o momento as discussões se focaram em diferenciar o conflito da violência, quais são as possíveis causas dos conflitos, os tipos de comportamento (agressivo, assertivo e passivo) e o seu papel na resolução e mediação de conflitos. Durante o planejamento do curso foi objetivado não apenas ensinar os professores maneiras diferentes de se resolver um conflito em sala de aula, mas também convidar os professores a observarem tais situações e vê-las como uma oportunidade de se discutir diferenças, além de proporcionar condições para a aprendizagem do respeito mútuo. Concomitantemente um trabalho está sendo realizado com os alunos do sétimo ano do mesmo colégio com o objetivo de proporcionar um espaço de atividades que envolvem a reflexão sobre temas como *bullying*, respeito de diferenças, reconhecimento de semelhanças e maneiras adequadas de se expressar sentimentos.

Palavras-chaves: Conflitos; Contexto Escolar; Aprendizagem.

CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E DA NEUROBIOLOGIA PARA A COMPREENSÃO DO CONCEITO DE APEGO. Caroline Audibert Henrique (audibert.carol@gmail.com); Márcia Cristina Caserta Gon (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento).

O Apego tem sido um tema frequentemente estudado com o objetivo de compreender a importância do vínculo inicial da criança com um adulto como fator de desenvolvimento saudável. Bowlby, em 1969 formulou a “Teoria do Apego”, na qual apresentou a importância das primeiras relações mãe/cuidador-bebê para o desenvolvimento humano. A literatura mostra que o comportamento de apego entre mãe e filho foi selecionado por seu valor de sobrevivência, tendo o intuito de manter a proximidade entre eles para garantir a proteção física do bebê. Além disso, ele permite que o bebê interaja socialmente com os pais e com outros adultos. Existem várias pesquisas relacionadas ao tema “Apego” (*Attachment*), mas muitas delas são conduzidas sob o enfoque de teorias

psicológicas distintas, bem como por áreas da Biologia como a Etologia e a Neurobiologia. A produção bibliográfica destas últimas tem mostrado que o apego deve ser analisado por meio de comportamentos que são emitidos pelo cuidador e pela criança. Contudo poucos estudos em Análise do Comportamento abordam esse tema. Se um suposto sistema comportamental inato depende da presença de um ambiente e de um aparato biológico que permitam sua ocorrência, a análise do fenômeno pode ser mais completa por meio da aproximação da Biologia e da Análise do Comportamento. O presente trabalho tem o objetivo de analisar o conceito de apego e discutir sua importância no estudo do desenvolvimento infantil a partir da Análise do Comportamento e da Neurobiologia, caracterizando-se como trabalho conceitual. Para tanto essa pesquisa está sendo conduzida em cinco etapas: 1) Levantamento Bibliográfico sobre o conceito de apego; 2) Organização do material coletado; 3) Revisão e apresentação do conceito; 4) Análise do conceito sob a perspectiva da Análise do Comportamento e da Neurobiologia e 5) Discussão sobre possíveis contribuições destas duas ciências para a compreensão deste fenômeno comportamental e sua importância para o estudo do desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Apego; Análise do Comportamento; Neurobiologia.

DESENVOLVENDO HABILIDADES DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS EM UM GRUPO DE ALUNOS DE UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA. Raissa Roberti Benevides (raissa_roberti@hotmail.com); Camila Carvalho Faria Andrade; Deivid Regis Dos Santos; Mariane Cristine Ridão Curty; Tamara Zambaldi Barduco; Solange Mezzaroba (Departamento de Psicologia Social e Institucional).

O trabalho, ainda em andamento, teve como objetivo ensinar e desenvolver habilidades de mediação de conflitos em alunos, por meio de discussões com os alunos sobre normas e regras, bem como atividades relacionadas à mediação e violência no contexto escolar. O trabalho foi realizado em uma escola de Ensino Fundamental e Médio da rede pública de Ibiporã e conta com a participação de dois grupos de 15 líderes, um grupo é formado por alunos do 6º ano e o outro é formado por alunos do 7º ano. Os encontros ocorrem de forma quinzenal e já ocorreu um total de oito encontros, sendo quatro encontros com os

alunos do 6º ano e quatro encontros com os alunos do 7º ano. Além disso, foram realizadas observações diretas dos comportamentos dos alunos no pátio, discussões com a direção, a fim de estipular os objetivos de trabalho. No primeiro encontro, os alunos do 6º ano brincaram, correram, se desentenderam e falaram concomitantemente. Já os alunos do 7º ano ficaram em silêncio, se recusando a responder a maior parte das perguntas. O segundo e terceiro encontros foram focados em desenvolver conceitos de regras e discutir as consequências de cumpri-las ou não. Foram também estabelecidas regras para o grupo, das quais os sextos anos apontaram que seria importante levantar a mão para falar, apesar de não obedecerem à regra em nenhum momento. Já os alunos do 7º ano apontaram a necessidade da mesma regra, mas falavam apenas se fossem chamados. No quarto encontro, o foco foi desenvolver vínculo por meio da música, que trouxe mais participação do 7º com fala e do 6º com comportamentos considerados obedientes. Mediante o que foi trabalhado com os alunos, até o presente momento, observou-se certa resistência por parte da maioria deles para aderirem às propostas de falar sobre regras e discuti-las, como também em participarem de discussões simples e colocarem suas opiniões. Percebendo tal resistência e pouco efeito da discussão dessa temática, as atividades foram modificadas direcionando a intervenção para o desenvolvimento de vínculo. Ao retomar as atividades no segundo semestre, pretende-se seguir com atividades de cunho lúdico, interativo e criativo, na medida em que essas atividades demonstraram ter um efeito mais eficaz na participação dos alunos durante os encontros.

Palavras-Chave: Mediação de Conflitos; Psicologia Escolar; Grupo de alunos.

EFEITOS DO TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS EM GRUPO COM IDOSOS: UMA EXPERIÊNCIA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA. Camila Carvalho Faria Andrade (milamariae@gmail.com);

Carolina Ribas; Deivid Regis dos Santos; Raissa Roberti Benevides; Roberta Seles da Costa; Edmarcia Manfredin Vila (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento).

A velhice é caracterizada por muitas transformações, tanto em nível biológico, quanto psicossocial, favorecendo o desenvolvimento de quadros depressivos. As redes de apoio sociais tornam-se essenciais para que o idoso possa lidar com as demandas dessa etapa de vida. Por isso, a literatura tem apontado que um repertório de habilidades sociais adequado pode favorecer o fortalecimento das relações interpessoais do idoso, propiciando melhoria na qualidade de vida e bem-estar emocional. Após levantamento realizado na Clínica Psicológica da UEL, em 2013, observou-se que haviam idosos que aguardavam em lista de espera para atendimento individual, com queixas diretas e indiretas de dificuldades em habilidades sociais. Desse modo, elaborou-se um programa de intervenção em grupo, atrelando os princípios da Análise do Comportamento e os procedimentos do Treinamento em Habilidades Sociais (THS). Tal intervenção estava vinculada ao projeto de extensão intitulado “Ensinando repertório alternativo em grupo para clientes com dificuldades interpessoais: uma proposta para agilizar os atendimentos na Clínica Psicológica da UEL”. Antes do início do grupo, foram feitas duas sessões individuais com cada uma das sete idosas participantes, com o intuito de aplicar o Inventário de Habilidades Sociais (IHS Del Prette, 2001), Escala de Depressão Geriátrica (GDS-15) e WHOQOL-OLD que avalia a qualidade de vida da população idosa, além de investigar queixas específicas. Foram realizadas 20 sessões de uma hora e meia, sendo 14 com intervalo semanal e as outras seis (seguimento) espaçadas com intervalos variados para verificar a generalização de mudanças comportamentais para o ambiente natural. Após avaliação pré-intervenção, por meio dos resultados dos inventários, observação direta e de relato verbal, observou-se que a maioria das idosas apresentavam dificuldades em habilidades sociais assertivas, de expressão de sentimentos positivos, entre outras, principalmente no contexto familiar. O programa de intervenção enfatizou a

modelagem de topografia de classes de habilidades sociais alternativas às dificuldades individuais e grupais, com ênfase em análise funcional. Verificou-se que as idosas participaram ativamente das sessões, compartilhando experiências comuns, tanto típicas dessa fase da vida, como vinculadas aos relacionamentos interpessoais, principalmente os familiares. Ao final do programa, verificaram-se relatos verbais de diminuição da frequência de comportamentos depressivos, além da aquisição e/ou ampliação de comportamentos socialmente habilidosos no cotidiano. Salienta-se a necessidade de realização de pesquisas que avaliem empiricamente a efetividade de Programas de Treinamento de Habilidades sociais com idosos no sentido de promover mudanças comportamentais e generalização das mesmas para o ambiente natural.

Palavras-chave: Treinamento de Habilidades Sociais em Grupo; Idosos; Intervenção Analítico-Comportamental.

ETIOLOGIA DO TRANSTORNO DE ANSIEDADE SOCIAL. Thaís Santiago Marino (tha.marino@hotmail.com); Lucielly Conceição dos Santos; Tamara Regina de Souza Marques; Sidnei Carlos Araújo; Josiane Cecília Luzia (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento); Edmárcia Manfredin Vila (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento); José Luciano Tavares da Silva (Departamento de Ciências Fisiológicas).

Estudos epidemiológicos em todo o mundo têm mostrado que o transtorno de ansiedade social (TAS) ou fobia social é um dos transtornos psicológicos mais prevalentes na atualidade. A definição de fobia social ou TAS está baseada no medo persistente, irracional e acentuado relacionados com situações sociais ou desempenhos em público por temor que lhe seja humilhante e /ou embaraçoso. O diagnóstico de fobia social ou transtorno de ansiedade social (TAS) é realizado quando os comportamentos de medo ou evitação interferem de uma forma muito exagerada na rotina das pessoas, seja na sua vida profissional, nas relações pessoais ou gera um mal-estar clinicamente significativo. Assim, o objetivo desse estudo foi o de realizar uma breve revisão bibliográfica das principais variáveis envolvidas na etiologia do Transtorno de Ansiedade Social. O procedimento consistiu em realizar uma busca nos indexadores Medline, PsycINFO,

Lilacs, Scielo, PePSIC, e PUBMED, por meio das palavras-chave, etiology, disorder, social phobia, social anxiety, Fobia Social, Transtorno de ansiedade social, etiologia, causas. Na revisão notou-se que o Transtorno de Ansiedade Social é um fenômeno que envolve múltiplas variáveis, complexas e amplas, por exemplo, aspectos genéticos, de aprendizagem operante, etc.

Palavras-chave: Transtorno de Ansiedade Social; Etiologia; Medo.

MULHERES QUE AMAM DEMAIS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: EXPERIÊNCIAS DE GRUPO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL. Luísa Medina Fermino Carlos

(luisa.m3@hotmail.com); Beatriz Cristina Gallo; Karin Andrade de Almeida; Kawane Chudis Victrio; Layane da Silva Soares; Letícia Akemi Shiki; Lívia Doro, Lorryne Caroline Garcia Silva; Michele Regina Ganeo; Alejandra Astrid León Cedeño (Departamento de Psicologia Social e Institucional).

O amor romântico é considerado uma crença socialmente compartilhada, acessível a todos, que é universal, irracional e visto como o fim último da vida. A essência do amor romântico é considerar o objeto amado demasiadamente precioso e muito difícil de ser alcançado; ele busca sempre um ideal eterno de vida com o outro parceiro. No livro “As mulheres que amam demais”, de Robin Norwood, é estudado o que é amar demais e quais as características dessas mulheres, além de apontar uma possível origem para esse amor não saudável, o qual gradativamente vai comprometendo a saúde mental e o bem-estar físico. Porém, mesmo ao se dar conta de sua situação, isso não é o suficiente para que ela termine a relação. Comparando as mulheres que amam demais com as que sofrem violência, é comum elas viverem com um companheiro que é seu agressor. A maioria sofre violência física, emocional, sexual ou social em sua própria casa, pela família (na infância) ou pelo companheiro, e elas têm a esperança de que o seu companheiro mude. A violência geralmente tem um ciclo com três fases que se repetem: a tensão, o episódio agudo de violência e a reconciliação. O objetivo do presente trabalho foi adaptar as etapas propostas no livro “Mulheres que Amam Demais” à realidade das mulheres que sofrem violência doméstica e são atendidas no Centro de Assistência e Atendimento à Mulher (CAM). Seguindo o exemplo do Instituto Noos e do Projeto Caminhos, formou-se um Grupo Reflexivo de Gênero que contou com três facilitadoras. Foram realizados 6 encontros semanais, iniciados no dia 23 de abril de 2014 e finalizados no dia 28 de maio de 2014, nos quais as mulheres tiveram a oportunidade de compartilhar experiências vividas em relacionamentos que lhes trouxeram sofrimento, sendo estes atuais ou não. As facilitadoras buscaram dinâmicas com o intuito de proporcionar a reflexão e o fortalecimento das características positivas das participantes. Inicialmente, compareceram cinco mulheres, sendo que nos últimos encontros apenas duas tiveram

frequência. A baixa frequência das mulheres nos grupos é comum no CAM e em outros centros de assistência em Londrina, portanto alguns promovem a presença obrigatória nos grupos, o que acaba gerando situações complexas quanto à autonomia e participação dos integrantes. Devido à inexistência de estudos na área, relacionando o amar demais ao ato da violência doméstica, este estudo parece ser pioneiro.

Palavras chave: Amor Romântico; Mulheres; Violência.

NEXO CAUSAL: CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA AOS USUÁRIOS DO NÚCLEO DE ATENÇÃO À SAÚDE DO TRABALHADOR – NAST LONDRINA. Camila Carvalho Faria Andrade

(milamariae@gmail.com); Beatriz Rall Daró; Letícia Fagundes Gaino; Raiana Bonatti de Sousa Botão; André Luís Vizzaccaro-Amaral (Departamento de Psicologia Social e Institucional).

A relação entre o trabalho e o adoecimento psíquico vem ganhando visibilidade crescente, corroborando, segundo estatísticas do INSS, que os transtornos mentais no Brasil ocupam a 3ª posição entre as causas da concessão de benefícios previdenciários (Ministério da Saúde, 2011). Sendo assim, a investigação denexo causal com o trabalho propicia ao trabalhador garantias previstas pela legislação, tanto de caráter econômico como sua estabilidade por um ano quando do retorno ao trabalho. Em alguns casos tem contribuído para diminuir a responsabilização do trabalhador pelo acidente ou pelo adoecimento e as consequências daí derivadas, associadas à culpa imputada por outros ou à própria autculpabilização. Neste sentido, a participação do psicólogo na elaboração de laudo, cujo parecer subsidia decisões legais de direito do trabalhador, aponta para uma demanda que vem crescendo no âmbito da psicologia. Considerando que a equipe do NAST não conta com a presença do profissional psicólogo, este trabalho teve por objetivo principal abrir essa possibilidade para os trabalhadores que recorrem ao serviço, a partir de entrevistas com estagiárias do curso de psicologia. Para tanto, foram indicados, pela médica responsável pelo serviço, três usuários que, provavelmente, estabeleceriam o nexo causal entre o trabalho e o adoecimento mental. Após essa indicação, realizou-se um contato telefônico e a entrevista individualizada foi marcada. As

entrevistas variaram de uma a uma hora e meia de duração e um instrumento teórico e metodológico, previamente elaborado, de investigação Psicossocial do Trabalho foi utilizado. Este era composto por uma entrevista semiestruturada, anamnese clínica, anamnese socioeducativa, anamnese ocupacional e questionário SRQ-20, visando à obtenção de informações relevantes dos entrevistados para uma adequada avaliação. A partir da análise dos resultados das entrevistas realizadas, pode-se estabelecer, para os três usuários, a relação denexo causal entre as circunstâncias vivenciadas no âmbito de trabalho e o adoecimento mental apresentado pelos mesmos. Foram, então, devidamente elaborados os laudos e entregues, cada um, ao usuário especificado. No presente momento, um dos três usuários conseguiu os benefícios legais cabíveis a ele com a contribuição do laudo. Embora os resultados sejam preliminares, pode-se apontar a importância de uma proposta de elaboração de nexo causal ser incorporada ao exercício profissional da psicologia ligada ao mundo do trabalho.

Palavras-chave: Nexo Causal; Saúde do Trabalhador; Saúde Mental.

O GENOGRAMA ENQUANTO UM RECURSO DIAGNÓSTICO PARA A PSICOTERAPIA PSICANALÍTICA FAMILIAR. Ricardo da Silva Franco (rs_franco@hotmail.com); Maíra Bonafé Sei (Departamento de Psicologia e Psicanálise); Sandra Aparecida Serra Zanetti (Departamento de Psicologia e Psicanálise).

A psicoterapia psicanalítica de casal e família configura-se como algo complexo de ser empreendido, tanto no que se refere aos aportes teóricos, quanto à questão técnica. Em algumas modalidades tem-se um foco no aspecto verbal, enquanto outros profissionais propõem o uso de atividades mediadoras, tais como desenhos e jogos, buscando facilitar o processo terapêutico. Deste modo, o presente trabalho visa apresentar a técnica do genograma que consiste na elaboração da árvore genealógica da família. Almeja-se, ademais, discutir como esta pôde contribuir para a identificação de características da organização de uma família atendida pelo projeto de extensão: "Atendimento psicológico a famílias por meio dos recursos artísticos-expressivos com base no referencial winnicottiano". Os atendimentos foram realizados na clínica escola da Universidade Estadual de Londrina. De modo geral, o referido grupo era composto por cinco mulheres:

duas meninas, a mãe, a tia e a avó. A mãe havia sido diagnosticada como bipolar, mas fazia uso de anti-psicóticos e a filha mais velha havia sido diagnosticada com TDAH. Sua tia teve a iniciativa de trazer a família na esperança de conseguir, nas palavras dela, um diagnóstico correto, pois acreditava que sua sobrinha tivesse algo além do TDAH, citando a possibilidade de autismo. Dentre os variados recursos disponíveis para a realização do processo terapêutico, chama-se, então, a atenção para o papel que o genograma pode desempenhar nestes casos. Observou-se, ao se solicitar que efetuassem o desenho do genograma, uma separação da família em dois, com a composição de duas produções, uma que retratava a família, excluindo os companheiros da filha diagnosticada como bipolar e outra na qual esta parte do grupo era retratada. Pensa-se que este tipo de escolha ilustra a tendência das famílias a excluir o paciente identificado, de maneira a não entrar em contato com as partes doentes que cada membro e a família como um todo possuem. Acredita-se que tal percepção se evidenciou de forma concreta, no processo de desenhar o genograma, facilitando o entendimento da dinâmica daquela família. Inclusive porque, quando foi solicitado que fizessem juntas um único genograma, o desenho se mostrou de forma bastante confusa, denotando a ausência de delimitação de papéis e funções claros. Considera-se, assim, que o genograma é uma importante ferramenta que possibilita uma melhor compreensão da família em tratamento, justificando o empreendimento de maiores estudos sobre o mesmo, para o desenvolvimento e o aprimoramento de estratégias para a terapia psicanalítica de casal e família.

Palavras-chave: Genograma; Psicoterapia de Família; Psicanálise.

O PAPEL DA PSICOLOGIA FRENTE AOS RESQUÍCIOS DO POSITIVISMO NORMATIVO. Deivid Regis dos Santos (deeividregis@gmail.com); Mônica de Cássia dos Santos Lopes; Edmarcia Manfredin Vila (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento); Claudete Carvalho Canezin (Departamento de Direito Privado).

Em meio às políticas públicas tem se visto cada vez mais a necessidade de um diálogo entre diversas áreas de conhecimento. No que tange a área jurídica, essa interdisciplinaridade possibilita uma visão para além da norma. Por muito tempo no meio jurídico, tentou-se conduzir os processos judiciais de modo que se buscasse adequar os

fatos a uma norma, sem apelar para os conhecimentos de outras ciências. Mas a partir da Teoria Tridimensional do Direito, profissionais da área destacam a importância de se considerar aquilo que está além da norma. Juntamente com o Direito, a Psicologia tem atuado no Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude – NEDDIJ, projeto de extensão que tem por objetivo principal consolidar uma estratégia de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente que se encontre em situação de risco, ou tenha seus direitos violados ou ameaçados de serem violados, assim como àquele a quem se atribua a prática de atos infracionais. Dentre as diversas funções exercidas (orientação a pais, psicoterapia breve, elaboração de relatórios, etc.) pela equipe de psicologia, encontra-se a atuação da mesma na orientação da equipe do direito em relação à tomada de decisão na condução dos casos. A metodologia é pautada na filosofia do Behaviorismo Radical. Um dos pressupostos desta teoria é olhar para as diferentes condições de um mesmo evento, entendendo que uma norma é condição de diversos fatores e não legítima em si mesma. Para tal utiliza-se como norte metodológico o uso de entrevistas com pais, outros familiares, profissionais da rede (conselheiros tutelares, psicólogos, assistentes sociais, etc.), discussões de caso com a equipe do direito e o que mais for necessário, considerando os princípios éticos. Essa atuação da psicologia tem possibilitado uma visão vasta, orientando os advogados para um olhar mais amplo, olhar este que vai para além da norma. Esta parceria reafirma a importância da multidisciplinaridade em meio às políticas públicas, com fim de garantir o respeito aos direitos dos cidadãos. Ademais, esta oportunidade de atuação aponta para a necessidade de adaptar os currículos dos cursos de psicologia às novas áreas de trabalho, assim como um desenvolvimento teórico/metodológico que possam embasar essa atuação, capacitando futuros profissionais, de modo que estes possam agir frente às reais demandas da sociedade, demandas estas que transpassam o *setting* terapêutico.

Palavras-chave: Psicologia Jurídica; Interdisciplinaridade; Positivismo Normativo.

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA NO CONTEXTO DE SERVIÇO-ESCOLA. Ana Carolina Zuanazzi (anacarolina.zf@gmail.com); Bruna Maria Schiavinatto;

Cíntia Scholz; Henri Kadomoto; Fabiano Koich Miguel (Departamento de Psicologia e Psicanálise); Katya Luciane de Oliveira (Departamento de Psicologia e Psicanálise); Patrícia Silva Lúcio (Departamento de Psicologia e Psicanálise).

Objetiva-se ilustrar o processo de avaliação neuropsicológica realizada por estudantes de Psicologia da UEL vinculados ao projeto “Avaliação psicodiagnóstica em diferentes contextos e acolhimento na clínica escola do curso de psicologia da Universidade Estadual de Londrina”. Para tanto, serão apresentados três casos que foram encaminhados para avaliação neuropsicológica pelo serviço de Psiquiatria do HC. Quanto ao primeiro caso, Inês, 44 anos, foi encaminhada para avaliação devido a suspeita de Transtorno de Ansiedade Generalizada e Déficit de Atenção. Ao longo de nove sessões, foram utilizados diversos instrumentos de avaliação, como entrevistas e testes padronizados. Constatou-se que Inês apresentava prejuízos atencionais moderados e distorções do pensamento, tendo sido descartada a hipótese de Transtorno de Ansiedade Generalizada. No segundo caso apresentado, Roberta, 57 anos, foi encaminhada para avaliação neuropsicológica sem especificação. Roberta se queixava constantemente de prejuízos na memória. Ao longo de oito sessões, foram aplicadas baterias cognitivas e testes de saúde mental. Constatou-se que Roberta apresentava prejuízos significativos na memória episódico-semântica, de longo prazo e prospectiva, déficits na orientação espacial e funções executivas. A literatura indica a combinação de prejuízos apresentados, é um indicativo de quadros degenerativos, portanto, solicitou-se a realização de exames de neuroimagem para maiores esclarecimentos. Além disso, foi verificado que Roberta apresenta intensidade moderada de sintomas ansiosos e stress. Por fim, no terceiro caso atendido, Solange, 51 anos, foi encaminhada para avaliação neuropsicológica também sem demanda específica e em tratamento medicamentoso pelos CIDs 44 e 31.4 referentes, respectivamente, à Transtorno de Pânico e Depressão Recorrente. Solange relatava não recordar-se de diversos fatos de sua infância e juventude. Foram realizadas quatro sessões “estendidas” (com duração equivalente a duas sessões, cada) e foram aplicados sete testes padronizados, além de entrevistas

psicológicas. Foi constatado que, apesar de Solange apresentar alguns prejuízos nas memórias episódica, semântica e de curto prazo, a mesma apresenta níveis moderados de sintomas depressivos e stress, além de distorções do pensamento. A literatura aponta que quadros depressivos têm efeitos secundários sobre a memória, aumentando a probabilidade de ocorrerem lapsos e prejuízos na aquisição de novas informações. Cada caso apresentado foi atendido por uma dupla de estagiários e supervisionados pelos docentes do projeto. Ao final, foram feitas devolutivas com as respectivas psiquiatras que fizeram a solicitação de avaliação. Todo o processo de avaliação foi gratuito para os pacientes. Conclui-se que os serviços de avaliação prestados pelo referido projeto atendem os requisitos postulados pelo serviço-escola, a saber: contribuir para formação do estudante e prestar serviços de baixo custo à comunidade.

Palavras-chave: Neuropsicologia; Avaliação; Serviço-Escola.

O QUE A PSICANÁLISE TEM A DIZER SOBRE O ATO CRIMINOSO. Ricardo Brandel Junior (jrbrandel@msn.com); Claudia Maria de Sousa Palma (Departamento de Psicologia e Psicanálise).

O trabalho pretende problematizar a questão da verdade própria de cada um enquanto fator motivador de um crime, destacando algumas contribuições da psicanálise à compreensão do ato criminoso. Para isso percorre alguns elementos estabelecidos pela criminologia para a compreensão do ato criminoso, como a lei, a punição e a verdade. A criminologia é um campo científico que estuda o crime enquanto uma ruptura no tempo, que é social. Nessa perspectiva, duas vertentes podem ser destacadas: o aspecto representado pelo criminoso e o representado por seu ato, colocando em cena a sociedade, o criminoso e a vítima. Na medida em que o crime rompe com esse tempo, a pena infligida tem a função de amarrar esse rasgo feito. Em função do ato cometido, qual vai ser a pena apropriada? Para essa resposta é preciso esclarecer a verdade do crime, do criminoso e o sentido do ato para este último. Isto depende da verdade do sujeito, que está além dos fatos recolhidos na cena do crime. Por exemplo, se a verdade localiza-se para o sujeito em um delírio psicótico, e o sujeito diz ter cometido um crime para salvar pessoas, não se exige que a pena seja a mesma para todos. Durante o século XIX, Freud

descobriu que o ser humano é comandado por um objeto que desconhece e não compreende. Algo que lhe é estranho e opaco, na medida em que não se orienta pela racionalidade. Na neurose, este algo se articula ao desejo e, subsumido à Lei simbólica, procura satisfação à partir das formações sintomáticas regradas pela Lei. Nas estruturas psicótica e perversa, predominam uma des-articulação desse algo (gozo) à Lei simbólica, produzindo atos não orientados pela Lei compartilhada socialmente. Aponta-se para a íntima relação entre o crime e o gozo, visto que este não é submetido a Lei. Também evidencia-se que a questão da verdade do crime, depende da verdade subjetiva do criminoso, o que mostra o caráter singular e problemático da questão penal.

Palavras chave: Crime; Desejo; Gozo.

O SERVIÇO DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO PARA A SUBJETIVIDADE. Luisa Andrade Oliveira D' Tôlis (luisa.tolis@hotmail.com); Jéssica de Oliveira Cabrera (Centro de Referência da Assistência Social - Ibiporã); Eneida Santiago (Departamento de Psicologia Social e Institucional).

O número de idosos no Brasil vem crescendo a cada ano. De acordo com projeções da Organização Mundial de Saúde, até 2025 será 16 vezes maior que o atual, o que colocará o Brasil em sexto lugar no ranking de países com maior população idosa. Longevidade, no entanto, não é sinônimo de envelhecimento saudável. Com o aumento da expectativa de vida, a proporção de anos com desvantagens socioeconômicas, doenças crônico-degenerativas e incapacidades também aumenta. A resolução n.º 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social coloca o serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos como um serviço da Proteção Social Básica, que parte do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. Com base nestas diretrizes foi criado o “Espaço Conviver”, uma oficina proposta e conduzida pela Psicologia às terças, quartas e sextas feiras com Idosos do Centro de Convivência de Ibiporã/PR, que tem

entre suas atividades questões relacionadas à identidade, percepção do corpo, investimento na livre expressão, valorização de suas experiências de vida e vivências atuais, contribuindo assim no desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos usuários. As oficinas permitem que a estagiária se aproxime da realidade do idoso, facilitando a identificação de suas potencialidades. Além disso, possibilitam maior compreensão da rotina institucional e do papel que o Psicólogo exerce em Centros de Assistência Social. O presente trabalho, configurado na modalidade de relato de experiência, tem por objetivo apresentar o serviço de fortalecimento de vínculos que está sendo introduzido no Centro de Convivência do Idoso do município em questão, que possui aproximadamente 48 mil habitantes.

Palavras Chave: Idoso; Fortalecimento de Vínculos; Subjetividade.

PATOLOGIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO NA INFÂNCIA: UM OLHAR POR INTERMÉDIO DA PSICANÁLISE WINNICOTTIANA. Ricardo da Silva Franco (rs_franco@hotmail.com);

Marisa de Cássia D. S. de Almeida; Cristiane Marquezini (Departamento de Psicologia Social e Institucional); Maíra Bonafé Sei (Departamento de Psicologia e Psicanálise).

O presente trabalho é decorrente da disciplina prática de Tópicos Avançados em Psicologia Institucional com ênfase na área de Psicologia Escolar e objetiva a construção de uma crítica a patologização e a medicalização da infância. Busca-se estabelecer uma comunicação entre a psicologia social e a psicanálise winnicottiana, por meio de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, tecer e fundamentar o possível diálogo entre ambas as abordagens contra o fenômeno acima exposto. Justifica-se pelo significativo aumento do número de crianças diagnosticadas e tratadas com fármacos para conter sintomas causados por supostas doenças de origem orgânicas que as atrapalham na escolarização formal ou na convivência social. O diagnóstico é utilizado para explicar o fracasso escolar de crianças, depositando nelas a responsabilidade sobre o fato de não apresentarem os comportamentos desejados pelos ambientes sociais frequentados. Nota-se uma busca crescente de padronização e uniformização das pessoas que barra ou não aceita a diversidade. Tal fato se expressa no estabelecimento de um padrão de desempenho esperado da criança na escola, que, se não atingido, pode levar a criança a ser rotulada

e/ou medicalizada. Há que se produzir a desconstrução de ideias de doenças, como o TDAH que até hoje carecem de comprovação científica adequada, servindo apenas para justificar a dificuldade de alguns em aprender ou comportar-se de maneira aceita socialmente, patologizando questões que são comuns e possivelmente solúveis por um olhar diferenciado. Nesse sentido, a teoria do amadurecimento de Winnicott pode contribuir para o entendimento e a compreensão dos fatores que podem interferir e influenciar no desenvolvimento da criança. Conhecer a psicologia e a psicanálise colabora para uma não simplificação do diagnóstico que contempla somente causas orgânicas, favorecendo uma atenção para as questões do contexto e da história de vida do indivíduo. Poderá perceber que determinadas anormalidades físicas apresentadas por uma criança, por exemplo, não são necessariamente anormais, porém sintomas de conflitos internos e/ou falhas do ambiente referente aos cuidados que deveria receber dos responsáveis. Isto é, conforme o momento na linha de amadurecimento em que as falhas acontecem, diferentes “doenças psíquicas” poderão se desenvolver como consequência da impossibilidade de continuar amadurecendo, mas que não diz de uma causa biológica, pois advém do sofrimento psíquico. A criança, desse modo, acaba tendo de encontrar algum meio de lidar com a realidade angustiante, manifestando, assim, comportamentos ou sintomas que podem ser facilmente confundidos com os mesmos citados em diagnósticos de doenças como o TDAH. Espera-se que estudos teóricos como este possam subsidiar profissionais da Saúde e da Educação no desenvolvimento de suas atividades, ampliando seus olhares e minimizando a prática de medicalização da infância observada na contemporaneidade.

Palavras-chave: Medicalização; Psicanálise; Winnicott.

PSICOLOGIA SOCIAL NO CENTRO DE FORMAÇÃO CIDADÃ: OFICINAS DE RELACIONAMENTO INTERPESSOAL E PERSPECTIVA DE FUTURO. Maria Gabriela Montresol Sanches (gabsmsanches@gmail.com); Nataliê Ferreira Moura; Alejandra Astrid León Cedeno (Departamento de Psicologia Social e Institucional).

A inserção da psicologia na assistência social foi regulamentada no intuito de promover assistência ao sujeito vulnerável, marginalizado. Políticas públicas se consolidaram para garantir ao sujeito de direitos à possibilidade de se potencializar diante do quadro de

invisibilidade que por vezes estagna os indivíduos em um lugar de inexistência. Neste sentido, para além de uma atuação moralizante, o psicólogo na assistência é chamado a se envolver em um compromisso social para garantir aos cidadãos direitos constitucionais e ainda, promover o direito de existir dignamente. Desta maneira é imprescindível desconstruir a concepção de sujeito problema para criar novas formas de compreender as dimensões da vida, possibilitando a expansão desta e das novas formas de ser sujeito diante da realidade de pobreza e violência. Com base no que foi mencionado, o presente trabalho tem por objetivo entender a rotina do Centro de Formação Cidadã (CFC), conhecer, observar e aprender sobre a atuação do psicólogo na assistência social, além de desenvolver atividades grupais com adolescentes. O CFC que é um projeto do município de Londrina, que tem o intuito de fortalecer vínculos com crianças e adolescentes em alta vulnerabilidade social, o trabalho que vem sendo realizado por meio do desenvolvimento de oficinas, visa promover um espaço de reflexões e debates a fim de trabalhar algumas questões como: a família, o respeito ao próximo e a perspectiva de futuro. O grupo é composto por duas alunas de psicologia que realizam oficinas semanalmente na segunda-feira com duração de 1 hora e 30 minutos com pré-adolescentes entre 13 e 14 anos. A partir de todos os contatos e visitas feitas ao CFC, durante o primeiro semestre de 2014, foi possível obter alguns resultados, o primeiro foi entender a rotina da instituição e função para as crianças e adolescentes. Também foi possível observar uma flexibilização burocrática para a entrada dos estagiários comparando dos anos anterior para este. Algumas reflexões puderam ser elaboradas a partir da vivência prática no CFC, a respeito do fortalecimento de vínculos com as crianças e adolescentes, e o papel do psicólogo na assistência social, o que permite entender que este profissional no ambiente da assistência tem ganhado espaço nos últimos anos, entretanto sua função ainda não é muito bem delimitada, além de que um profissional na assistência precisa trazer a sua profissão um trabalho menos acadêmico, intelectualizado, mais adaptado à comunidade.

Palavras-chave: Assistência Social; CFC; Vivências Subjetivas.

QUAL A VANTAGEM DO ATENDIMENTO EM GRUPO PARA OS FÓBICOS SOCIAIS?.

Lucielly Conceição dos Santos (luciellycs@gmail.com); Tamara Regina Souza Marques; Thaís Santiago Marino; Sidnei Carlos de Araújo; Josiane Cecília Luzia (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento); Edmarcia Manfredin Vila (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento); José Luciano Tavares da Silva (Departamento de Ciências Fisiológicas).

A ansiedade social caracteriza-se como sendo um medo acentuado e persistente em situações sociais e altamente incapacitantes nas interações sociais cotidianas. Assim, parece que atender indivíduos com esse transtorno em grupo pode promover qualidade de vida, pois esse tipo de trabalho constitui-se em uma importante ferramenta terapêutica, pois propicia a pessoa a dar-se conta que não é a única a tais dificuldades, apesar da complexidade dos problemas humanos, certos denominadores comuns são claramente evidentes entre os indivíduos, e os membros de um grupo terapêutico logo percebem suas semelhanças. Além de oferecer condições aos participantes adquirir confiança em seu desempenho social. Sendo assim, o objetivo desse estudo de caso foi o de avaliar as vantagens no atendimento de grupo para indivíduos com o diagnóstico de transtorno de ansiedade social. O grupo foi composto por sete pessoas do sexo feminino e dois do sexo masculino, todos na fase adulta, com faixa etária acima de vinte anos. Os atendimentos foram realizados no Núcleo de Psicologia Clínica da UEL. Nestas sessões, os dados sobre os comportamentos dos clientes foram obtidos através da aplicação de instrumentos de avaliação psicológica, observação direta em sessão e de seus próprios relatos verbais. Os instrumentos de Avaliação Psicológica utilizados foram: Inventário de Ansiedade de Beck (BAI), Inventário de Habilidades Sociais (IHS – Del-Prete), Inventário de Fobia Social (SPIN). Além disso, utilizaram-se Dinâmicas de integração e descontração, Vivências relacionadas à ansiedade e às atividades cotidianas dos clientes, Dinâmicas contendo técnicas de relaxamento, e Material Psicoeducacional – Slides teóricos e ilustrativos sobre os aspectos biológicos e comportamentais da ansiedade. Os resultados mostraram que foi vantajoso para que se alcançassem os objetivos propostos uma vez que, o trabalho a partir das técnicas possibilitou o arranjo de contingências para o desenvolvimento de padrões de interação social alternativos durante as sessões,

através da relação terapêutica, para que a cliente pudesse generalizar esses comportamentos para sua vida cotidiana.

Palavras-chave: Transtorno de Ansiedade Social, atendimento em grupo, análise funcional.

SENSIBILIZARTE: A ARTE COMO INSTRUMENTO PARA HUMANIZAÇÃO NA FORMAÇÃO E CUIDADO EM SAÚDE. Thais Figueiredo Alves

(thaisfigueiredo2@gmail.com); Maisa Mie Murata; Aryane Apolinário Bieniek; Eduardo Frontelli; Henrique Triana de Nogueira; Gabriel de Souza Freitas; Beatriz Queiroz Ribeiro; Raissa Gouveia Ramos; Luisa Andrade Oliveira D' Tôlis; Maíra Bonafé Sei (Departamento de Psicologia e Psicanálise).

Observa-se, na formação em Saúde, a escassez de disciplinas ligadas à humanização do cuidado, especialmente no que concerne a possibilidade de emprego dos recursos artístico-expressivos no referido contexto. O Sensibilizarte, projeto de extensão ligado ao Departamento de Psicologia e Psicanálise, mas com estudantes de variados cursos da Saúde, visa suprir esta lacuna. Busca promover a capacitação discente para realização de atividades artístico-expressivas junto a pacientes internados no Hospital Universitário - UEL e seus acompanhantes. Almeja-se expandir a compreensão dos estudantes sobre o processo de saúde e doença, ampliando a qualidade do relacionamento estabelecido entre profissional da saúde e paciente, oferecendo um cuidado diferenciado ao público em questão. Tendo em vista a multiplicidade das linguagens artístico-expressivas, optou-se por dividir os discentes colaboradores em quatro diferentes grupos responsáveis, cada um, por ofertar as seguintes atividades aos pacientes internados: artesanato, contação de histórias, música e palhaçoterapia. As ações são realizadas semanalmente no Hospital Universitário nas alas de Unidade Feminina, Masculina e Pediátrica. Para o desenvolvimento destas ações, são realizadas: capacitação dos colaboradores, conferências e palestras com profissionais da área, reuniões de planejamento e discussão das atividades desenvolvidas, entre outras. Nota-se, por meio desta experiência, que, se por um lado tem-se um ganho no sentido de enriquecer a formação do futuro profissional da saúde, por outro, oferta-se um cuidado diferenciado, com potencial de promover saúde

e minimizar os agravos advindos da hospitalização. Defende-se, assim, o uso das estratégias empregadas por favorecer a integração entre estudantes de diferentes cursos, visto que as práticas propostas pautam-se mais em conhecimentos e habilidades nas linguagens artísticas do que aqueles usualmente demandados na área hospitalar. Tem-se um preparo para atuação em equipe, com troca e integração de saberes. Compreende-se que esta é uma proposta que deve ser, então, fomentada por complementar a formação discente e proporcionar saúde ao público atendido.

Palavras-chave: Saúde; Arte; Humanização.

SUSTENTABILIDADE NO TRABALHO: AS AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DAS EMPRESAS PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA. Rosângela Rocio Jarros Rodrigues (jarros@uel.br) (Departamento de Psicologia Social e Institucional).

Estudos ligados à sustentabilidade preconizam a minimização do impacto ambiental dos processos de trabalho, uso de matérias primas e o destino dos resíduos. A gestão ambiental, conforme preconiza a ISO 14001, incorpora princípios da sustentabilidade aplicados em políticas que visam os recursos humanos como os ambientais. As organizações são instadas a pensar e agir acerca do meio ambiente contribuindo para o desenvolvimento sustentável, desse modo empreendem ações socioambientais. As ações socioambientais traduzem o modo como empresas investem na qualidade de vida dos seus trabalhadores, dos familiares dos mesmos e da comunidade local. A responsabilidade socioambiental corporativa é uma importante tendência na gestão organizacional e está ligada com seis dos oito critérios da QVT (Qualidade de Vida no Trabalho), a saber: 1) condições de segurança e saúde no trabalho; 2) utilização e desenvolvimento da capacidade humana; 3) integração social na organização de trabalho; 4) direito dos trabalhadores; 5) espaço total de vida no trabalho e fora dele; 6) relevância social. A Psicologia Organizacional atualmente tem contribuído para a sensibilização de gestores e trabalhadores quanto ao cuidado e a preservação do meio ambiente. Essa atividade envolve a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e atitudes com vistas à educação ambiental. Este relato refere-se a um dos recortes da pesquisa “Psicologia e Qualidade de vida no trabalho: políticas de gestão e ações

socioambientais”, desenvolvida na Universidade Estadual de Londrina, na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho. O método da pesquisa é documental e utiliza a técnica de análise de conteúdo. Nesta é analisado como as empresas classificadas na Revista “As 10 melhores empresas para se trabalhar” no Brasil, nos exemplares de 2000 a 2010, representam em seus perfis ações socioambientais empreendidas. Os resultados revelam que, no período investigado, em cinco anos não há ações socioambientais nos perfis. Todavia, em seis desses anos surgem algumas atividades como: definição e divulgação de política sobre preservação do meio ambiente; coleta seletiva, reciclagem e comercialização de resíduos a fim de auxiliar funcionários e comunidade com o dinheiro recebido; redução do consumo de energia elétrica; reuso da água; abastecimento dos veículos com álcool combustível; distribuição de brindes orgânicos. Conclui-se que valores sustentáveis e comportamentos pró-ecológicos estão aos poucos sendo estimulados pelas organizações tanto dentro como em sua comunidade, e se constitui campo de atuação para o psicólogo.

Palavras-chave: Psicologia Organizacional; Gestão Ambiental; Qualidade de Vida.

TESTES PADRONIZADOS PARA AVALIAÇÃO DE TRANSTORNO DE ANSIEDADE SOCIAL NO BRASIL. Sidnei Carlos de Araújo (psico_sid@hotmail.com); Lucielly Conceição dos Santos; Tamara Regina Souza Marques; Thaís Santiago Marino; Josiane Cecília Luzia (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento); José Luciano Tavares da Silva (Departamento de Ciências Fisiológicas).

A avaliação psicológica atualmente se caracteriza como uma das funções reconhecidas ao psicólogo. A aplicação dos testes psicológicos tem sua origem nos anos derradeiros do século XIX e nos incipientes anos do século XX. As estratégias de avaliação psicológica podem-se referir ao enfoque teórico adotado pelo psicólogo. Atualmente, o psicólogo lança mão de estratégias de avaliação psicológica, com o objetivo de encontrar respostas a questões propostas com vistas à resolução de problemas. A testagem pode ser um passo importante do processo, mas constitui apenas um dos recursos de avaliação possíveis. Considerando que o Transtorno de ansiedade social é de difícil diagnóstico, o desenvolvimento de instrumentos padronizados tem sido estimulado para que se favoreça

seu que reconhecimento precoce e sistemático, pois é um dos transtornos comportamentais mais prevalentes na atualidade. Sendo assim, o objetivo desse trabalho foi o de realizar uma revisão bibliográfica dos testes padronizados para a avaliação do TAS no Brasil. O procedimento consistiu em realizar uma busca sistemática nos indexadores Medline, PsycINFO, Lilacs, Scielo, PePSIC, e PUBMED, por meio das palavras-chave, social phobia, social anxiety, Fobia Social, Transtorno de ansiedade social, testes padronizados, inventários e escalas. Notou-se que há déficit desses instrumentos.

Palavras-chave: Testes Psicológicos Padronizados; Psicodiagnóstico; Transtorno de Ansiedade Social.

TRABALHAR NO SISTEMA PENITENCIÁRIO: UM MUNDO QUE SE FECHA EM MUROS E RESISTÊNCIAS SUBJETIVAS.

Amanda Garbim Bana (amanda_bana@hotmail.com); Patrícia Bortolloti; Eneida Santiago (Departamento de Psicologia Social e Institucional).

O atual sistema penitenciário vigente, em suas formas de organização, propõe a privação da liberdade como forma de punição e, em última instância, a reeducação dos presos para retornar a sociedade. Como parte fundamental da instituição penitenciária, estão os agentes penitenciários, que em sua rotina de trabalho, acabam por ser a ferramenta que personifica a função de vigilância, disciplina e ressocialização. Ao se inserirem cotidianamente nesse contexto, os agentes penitenciários são igualmente “invadidos” e submetidos à lógica da subjetividade da instituição, que, muitas vezes, estimula (mesmo que indiretamente) processos de adoecimento do sujeito que não são restritos a sua vida profissional, mas que extrapolam para suas relações fora da instituição. A partir do reconhecimento das condições de trabalho e do sofrimento psíquico resultante da prática profissional, este trabalho tem como objetivo observar e entender o funcionamento da instituição prisional, e oferecer caminhos para que novas ferramentas sejam construídas para lidar com o sofrimento decorrente do trabalho. Para tanto, convidamos os servidores para participarem de um grupo conversa e apoio, que tem como objetivo oferecer um espaço de escuta psicológico, buscando compreender, assim, as condições e o modo de

organização do trabalho dos servidores do sistema penitenciário a partir de parâmetros qualitativos e quantitativos, e dos possíveis impactos sobre a saúde. Além disso, o grupo pretende se estruturar como um espaço de acolhimento às vivências subjetivas relacionadas à atuação profissional no sistema penitenciário, ofertando atenção psicológica com foco nas necessidades e demandas dos servidores, promovendo a construção de ações práticas, e disponibilizando acolhimento as vivências individuais e coletivas construídas no dia a dia de trabalho no sistema penitenciário. Os encontros são realizados uma vez por semana, na própria instituição prisional (localizada na cidade de Londrina) e tem duração de aproximadamente uma hora. A partir dos encontros realizados, dos relatos dos próprios trabalhadores, da proposição ocasional de atividades operativas, juntamente com a observação do funcionamento da instituição, é possível identificar alguns pontos que se relacionam ao sofrimento psíquico do qual os servidores se queixam, sendo os principais: a dessensibilização a fatos que anteriormente os afetaria, o sentimento de enclausuramento e o medo constante devido às ameaças recebidas à vida deles e de familiares, dentre outras.

Palavras-chave: Grupo de Apoio; Penitenciária; Sofrimento Psíquico.

TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS EDUCATIVAS PARENTAIS CONCOMITANTE AO TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS NOS FILHOS: UM MODELO DE ATENDIMENTO NA CLÍNICA PSICOLÓGICA DA UEL.

Isadora Romero Brasil (isadoraromero112@gmail.com); Jose Roberto Ribeiro Junior; Tamara Regina Souza Marques; Greice Kelly Barbosa; Norma Sant'ana Zakir (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento); Edmarcia Manfredin Vila (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento).

A literatura tem mostrado que pais socialmente habilidosos e que usam de habilidades sociais educativas para ensinar comportamentos variados para suas crianças possibilitam que as mesmas aprendam comportamentos pró-sociais variados, entre outros, os quais considerados como fatores de proteção para o desenvolvimento infantil, contribuindo para a manutenção de relacionamentos interpessoais saudáveis. O presente relato se concentrará na descrição do formato do programa de intervenção de habilidades sociais

educativas parentais, baseado nos princípios da Análise do Comportamento e nos procedimentos do Treinamento em Habilidades Sociais (THS), vinculado ao projeto de extensão intitulado “Ensinando repertório alternativo em grupo para clientes com dificuldades interpessoais: uma proposta para agilizar os atendimentos na Clínica Psicológica da UEL”. Tal programa envolveu pais de crianças (seus filhos) que aguardavam em lista de espera na Clínica psicológica da UEL, com queixas de comportamentos internalizantes e externalizantes. Os pais foram convidados a participar desse formato de intervenção (grupo de pais e de crianças). Inicialmente 12 pais e mães aceitaram, sendo que 8 desistiram logo nas primeiras sessões, permanecendo 4. Nas avaliações iniciais do grupo de pais aplicaram-se o Inventário de Habilidades Sociais (IHS – Del Prette) e o Inventário de Práticas Parentais. Serão realizadas 20 sessões de atendimento em grupo, sendo que 15 terão intervalo semanal e as outras cinco farão parte da etapa de seguimento para verificar mudanças comportamentais e generalização para o ambiente natural. No presente momento foram realizadas 12 sessões nas quais utilizaram-se vivências, técnicas comportamentais e procedimentos do THS para que os pais: a) aprendessem consequenciar comportamentos adequados e inadequados de seus filhos; b) servissem de modelos para seus filhos para comportamentos variados; c) conversassem adequadamente com os filhos e d) aprendessem a elaborar regras claras, além da negociação das mesmas; e d) aumentassem a frequência do arranjo de “tempo de qualidade” para brincar e interagir com seus filhos. Todos esses pontos sempre são retomados quando necessário pelos terapeutas do grupo, além do esclarecimento de dúvidas dos pais. Ao término de cada sessão, os pais vão para casa com uma “tarefa”, também como forma de contribuir para a generalização dos comportamentos aprendidos na sessão. Os resultados parciais apontam para uma melhora no relacionamento interpessoal dos pais com os filhos, bem como com outras pessoas do núcleo familiar. Também foi possível observar uma diminuição de consequências agressivas para o mau comportamento dos filhos, como o uso de palmadas e ameaças verbais. Os pais relatam que já estão conseguindo observar os comportamentos adequados dos filhos e consequenciá-los positivamente. Apesar de ainda estar em andamento é possível considerar essa modalidade de intervenção como efetiva para os participantes.

Palavras-chave: Habilidades Sociais Educativas; Análise do Comportamento; Intervenção Comportamental em Grupo.

TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS NA INFÂNCIA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL. Roberta Seles da Costa

(seles.roberta@gmail.com); Camila Carvalho Faria Andrade; Vinicius Liberato de Lima; Angela Costa; Gracielen Oliveira; Edmarcia Manfredin Vila (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento); Norma Sant'Anna Zakir (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento).

Um repertório social competente na infância e adolescência representa um indicador importante no que se refere ao desenvolvimento saudável do indivíduo, repercutindo no rendimento acadêmico, responsabilidade, independência e cooperação. Além disso, a demanda crescente de pais e professores em relação aos problemas de comportamento internalizantes e externalizantes apresentados por crianças e adolescentes tem incentivado o desenvolvimento de intervenções que busquem promover as habilidades sociais deste público. Nesse sentido, o presente trabalho teve por objetivo realizar um grupo de habilidades sociais com crianças entre oito e onze anos inscritas na Clínica Psicológica da UEL, que apresentavam queixas envolvendo relacionamento interpessoal. Inicialmente, foram realizadas entrevistas com os pais, a fim de verificar as principais dificuldades da criança. Assim que os oito participantes a compoem o grupo foram selecionados, aplicou-se o Inventário Multimídia de Habilidades Sociais para Crianças (IMHSC-Del-Prette, 2001). A modalidade de atendimento oferecida contempla não apenas o grupo infantil, mas também o grupo de orientação aos pais, com o intuito de instruí-los acerca do manejo comportamental necessário para a aprendizagem e manutenção de comportamentos alternativos no ambiente natural. Ambos os grupos contarão com sessões contínuas (15 sessões semanais) e de acompanhamento (duas sessões quinzenais, uma com intervalo de 21 dias e uma de 30 dias), todas com duração de 1h. 30min. Atualmente os grupos estão encerrando a etapa semanal e foram utilizados princípios da Análise do Comportamento e do Treinamento de Habilidades Sociais para desenvolver habilidades sociais de civilidade, conversação, expressão de sentimentos e

empatia. A partir da análise funcional dos comportamentos apresentados em sessão observaram-se alguns comportamentos de melhora, tais como diminuição de comportamentos de desatenção e agitação de alguns participantes, bem como aumento de comportamentos de expressão de sentimentos, resolução adequada de problemas e assertividade. Embora os resultados sejam preliminares e as generalizações ainda não tenham sido avaliadas, pode-se apontar que a proposta de intervenção analítico-comportamental traz importantes contribuições para o manejo de treinamento de habilidades sociais com crianças.

Palavras-chave: Habilidades Sociais; Infância; Análise do Comportamento.

UMA ANÁLISE DA INIBIÇÃO COMPORTAMENTAL SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO. Lorrana Muriéli Araújo Barros (lorranabarro@gmail.com); Márcia Cristina Caserta Gon (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento).

A natureza fisiológica das respostas que envolvem o desenvolvimento do temperamento em crianças tem recebido renovada atenção dos pesquisadores desde a década de 1970, especialmente na área da Neurobiologia. Um dos aspectos presentes no estudo do temperamento refere-se ao constructo de inibição comportamental definido como uma tendência da criança retrair-se frente a pessoas, lugares, objetos e situações novas e desconhecidas. Jerome Kagan e Jeffrey Gray desenvolveram teorias distintas e pesquisaram a respeito das bases neurobiológicas desse fenômeno e sobre o risco de psicopatologias estarem associadas à inibição. A Análise do Comportamento, sendo uma ciência que tem como objeto de estudo a interação organismo-ambiente, é capaz de realizar análises funcionais que poderiam identificar as variáveis do ambiente que interagem com o organismo e que o modificam. Dessa forma, é possível descrever a inibição comportamental como respostas do organismo susceptíveis a alterações do ambiente. O objetivo do trabalho é analisar a inibição comportamental a partir da perspectiva analítico-comportamental. Para tanto, será utilizada a literatura existente com base nas Neurociências como forma de complementar a análise do fenômeno em estudo. Para realizar este trabalho serão necessárias três etapas, sendo elas: levantamento

bibliográfico, organização e análise do material encontrado. O trabalho a ser desenvolvido pretende criar possibilidades de interlocução entre abordagens científicas diferentes, proporcionando maior conhecimento do fenômeno estudado.

Palavras-chave: Inibição Comportamental; Análise do Comportamento; Neurociências.

VARIÁVEIS DOS CONTEXTOS SOCIODEMOGRÁFICOS E BIOLÓGICOS QUE CARACTERIZAM OS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE ACONSELHAMENTO GENÉTICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Raiana Bonatti de Sousa Botão

(raianabonatti@hotmail.com); Jenifer Pavan de Paula; Jéssica Faganello; Juliana de Godoy; Estefani Barcellos; Renata Grossi (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento).

Estudos que buscam caracterizar a população acometida por alterações genéticas, que afetam de 3% a 10% da população em geral, seriam importantes pois aprimorariam os serviços ofertados buscando atender às necessidades específicas deste grupo. O Serviço de Aconselhamento Genético da Universidade Estadual de Londrina (SAG-UEL) vem realizando exame de cariótipo das pessoas que o buscam gratuitamente e contam com uma equipe constituída por profissionais e estudantes da Psicologia e da Biologia. Neste sentido, buscou-se realizar um estudo com objetivo de levantar características dos usuários atendidos pelo Serviço de Aconselhamento Genético da Universidade Estadual de Londrina. Para tal foram analisadas 264 entrevistas iniciais realizadas com pacientes/famílias atendidos pelo Serviço entre os anos de 2009 e 2013. O programa estatístico IBM SPSS Statistics, Versão 19.0 foi usado para gerar os percentuais relativos aos dados da entrevista. Primeiramente observou-se que 54,1% da amostra concentrou-se na faixa etária de 0 a 1 anos, 17% possuía entre 2 e 5 anos e 11,7% estava na faixa de 6 a 13 anos, atentando para o diagnóstico da doença genética ainda nos primeiros anos de vida. No que tange os dados relativos aos responsáveis pelos pacientes, geralmente pai e mãe, encontrou-se que estes apresentaram nível escolar até o ensino médio (71% para as mães e 65% os pais). A renda familiar de 62% da presente população concentrou-se na faixa de 1 a 3 salários mínimos e a maioria desta relatou usar exclusivamente o SUS para tratamentos relacionados à saúde. Constatou-se que dos

municípios abrangidos pela 17ª regional de saúde, 65,5% desta amostra tem como cidade de origem Londrina, Cambé ou Rolândia, todas estas próximas à Londrina, cidade sede do SAG-UEL. Ao abranger aspectos relacionados à constituição familiar destes pacientes, verificou-se que 85% destas famílias eram formadas por grupos de 3 a 6 membros. A caracterização da população atendida, por meio da análise de dados sociodemográficos, permite ao profissional da psicologia compreender melhor as variáveis de contexto envolvidas na vida do paciente, e de como elas influenciam no tratamento da doença, sendo possível manipular algumas dessas variáveis com o objetivo de aumentar a adesão das famílias ao tratamento.

Palavras-chave: Genética; Psicologia; Variáveis de Contexto.

PAINÉIS

A RESISTÊNCIA NA PSICOTERAPIA DE CASAL: RECORTE DE UM CASO EM SERVIÇO-ESCOLA DE PSICOLOGIA. Natalia Monti Di Osti (nataliadiosti@gmail.com); Maíra Bonafé Sei (Departamento de Psicologia e Psicanálise); Sandra Aparecida Serra Zanetti (Departamento de Psicologia e Psicanálise).

Compreende-se que a psicoterapia psicanalítica de casais possui a função de auxiliar o casal a desenvolver vias adequadas para que os conteúdos inconscientes apresentem-se à consciência para que, desta forma, possam ser analisados e elaborados dentro da dinâmica da conjugalidade (Di Yorio, 1996, *apud* Vitale et. AL., 2004). Assim, cabe ao terapeuta conduzir o processo analítico de forma a facilitar a análise e a elaboração dos conteúdos dos cônjuges, bem como promover a saúde emocional dos membros e não trabalhar pela manutenção ou ruptura do relacionamento. O processo analítico pode ser muito significativo e gerar mudanças em um dos membros em terapia, levando à mudança para ambos no relacionamento ou mesmo à ruptura do casamento. Eiguer, (1998, *apud* Gomes e Levy, 2010) aponta que um fator indispensável para que se ocorra a terapia de casal é que os parceiros reconheçam suas demandas e tenham consciência dos conflitos conjugais. Com isso, o presente trabalho se trata de um estudo teórico-clínico, delineado a partir de um estudo de caso que objetiva discutir a resistência e suas vicissitudes de um casal em processo psicoterápico em um serviço-escola de Psicologia. Antes atendidos em terapia familiar, o casal passou a realizar as sessões na modalidade casal após a mudança da terapeuta, quando se percebeu questões muito mais relacionadas à conjugalidade do casal, que às questões familiares em si. Augusto, vindo de duas uniões anteriores, permeadas por inúmeras traições e conflitos e com quatro filhos provindos das mesmas, atualmente está com 50 anos e em seu terceiro casamento; Suzana, com 36 anos, está em seu primeiro casamento, fruto da traição da segunda união de Augusto. O casal possui dois filhos: Eduardo, de 10 anos e Mariana, com 6. A mãe de Augusto, com diversos problemas de saúde, passou a morar em uma clínica de repouso para idosos, mas costumava morar no mesmo terreno que a família e recebia os cuidados do filho. Ao longo das sessões, percebeu-se que o casal possui muitas dificuldades para falar sobre sua relação e que vinham trazendo muitas questões relativas

às crianças e à mãe de Augusto, bem como outras questões externas que atravessam ambos. Por estas questões conseguia-se entender um pouco da dinâmica do casal, mas entendia-se o quanto era difícil para os dois falarem diretamente sobre eles. Vários recortes apontam a resistência de ambos, como: trazer a filha em algumas sessões; faltar em sessões específicas (após a discussão de algo crucial na anterior); falar de outras questões; falar sobre angústias individuais de cada um, evitando o diálogo enquanto casal, dentre outros recortes. Algumas reflexões e apontamentos puderam ser realizados neste processo e este trabalho pretende apresentar tais reflexões e as ações da terapeuta frente à problemática. Espera-se que este trabalho possa colaborar para o desenvolvimento da prática da psicoterapia de casal, ao ilustrar o fenômeno da resistência, implicado no atendimento a casais.

Palavras-chave: Psicoterapia de Casal; Resistência; Caso Clínico.

ASPECTOS TRANSFERENCIAIS E CONTRATRANSFERENCIAIS NEGATIVOS EM UM PROCESSO PSICOTERAPÊUTICO CONDUZIDO POR UMA PSICOTERAPEUTA INICIANTE. Thais Yurie Zamoner (thais.zamoner@gmail.com); Geovanna Moreno

Cianca; Sandra Aparecida Serra Zanetti (Departamento de Psicologia e Psicanálise).

Este trabalho objetiva apresentar o relato de experiência de um processo psicoterapêutico cujas primeiras sessões foram marcadas pelo fenômeno da transferência e da contratransferência negativas, em que a continuidade do mesmo só foi possível por meio da interpretação da transferência negativa e da análise da contratransferência. Para tanto, o método deste estudo baseia-se na análise do caso clínico de um homem de 42 anos, que buscou terapia queixando-se de falta de atenção e concentração para estudar para concursos públicos, já que tinha parado de trabalhar para se dedicar a isso. Ao longo dos atendimentos foi possível observar no paciente um funcionamento psíquico em que predominavam mecanismos de defesa próprios da posição esquizoparanoide, descritos por Klein como um estado de ego e de seus objetos caracterizados pela divisão, e uma ansiedade predominantemente paranoide. O paciente apresentava uma visão de mundo cindida, de forma que considerava a existência de pessoas bonitas, inteligentes e boas de um lado, e de pessoas ruins, feias e sem inteligência de outro, no qual ele se incluía. O

início do tratamento foi marcado por alguns obstáculos porque o paciente julgou a psicoterapeuta como pertencente ao mundo de pessoas bonitas, inteligentes e boas, do qual ele não fazia parte, o que deve ter-lhe gerado ódio e sentimento de rejeição. Assim, após três atendimentos solicitou ser atendido por um outro terapeuta, pois entendemos que ele julgava que não seria possível que esta terapeuta o compreendesse e, portanto, não seria viável a continuidade da terapia. Após o nascimento desta transferência negativa, evidenciou-se o surgimento de uma contratransferência também de ordem negativa, visto que a estagiária passou a sentir forte rejeição e angústia por atendê-lo, compactuando com a resistência ao trabalho analítico. A transferência negativa reflete o deslocamento de impulsos agressivos em vez de libidinais. Os sentimentos hostis costumam se ocultar atrás dos afetuosos, e tendem a se revelar mais tarde. Nesse caso foi essencial a interpretação feita pela estagiária logo após o pedido pela troca de terapeuta sobre o seu mundo cindido. Com a ajuda da supervisão e de sua análise pessoal, foi possível perceber que algumas das questões dela se misturavam com aspectos do seu caso clínico, e assim seus sentimentos hostis em relação ao paciente se amenizaram, acarretando na melhora da relação terapêutica. Consideramos a importância da psicoterapeuta ter realizado todo este trabalho, garantindo a continuidade da terapia, pois entendemos que com esse movimento o paciente demonstrava sua resistência em entrar em contato com suas verdadeiras questões, que envolviam o sentimento de ser rejeitado por pessoas que julgava superior a ele. Logo, caso a estagiária o tivesse encaminhado a outro terapeuta, ela estaria compactuando com a dificuldade do paciente e confirmando sua fantasia patológica.

Palavras-chave: Transferência; Contratransferência; Psicoterapia.

EFEITOS DE UMA HISTÓRIA DE VR SOBRE O COMPORTAMENTO DE HUMANOS EM VR, VT E EXTINÇÃO. Karin Andrade de Almeida (karin_andrade@hotmail.com); Paula Renata Cordeiro de Lima; Carlos Eduardo Costa (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento).

O comportamento supersticioso é definido como comportamentos adquiridos e/ou mantidos por reforçadores independentes de uma resposta. O presente estudo avaliou o

efeito de uma história de responder em VR (em que há relação de contingência entre a resposta e o reforçador) sobre o desempenho de humanos em esquemas de VR, VT (em que não há relação de contingência entre a resposta e o reforçador) e Extinção (em que o reforçador é suspenso). Participaram três universitários. O instrumento utilizado será o ProgRef v4. Os participantes deviam clicar no botão do mouse sobre um botão de respostas no monitor de um computador e ganhavam pontos como consequências experimentais. Os participantes foram expostos a quatro fases, constituídas por programas múltiplos com três componentes. Fase 1: múltiplo EXT EXT EXT; Fase 2: múltiplo VT 30s VT 30s VT 30s; Fase 3: múltiplo VR 60 VR 60 VR 60; e Fase 4: múltiplo VT 30s, VR 60 EXT. Os resultados sugerem que a história de responder em uma situação em que há relação entre a resposta e suas consequências (VR) é importante para a manutenção do comportamento quando reforços são liberados independente da resposta. Esses resultados corroboram outros estudos da literatura sobre comportamento supersticioso quanto aos efeitos da história comportamental sobre o comportamento atual.

Palavras-chave: Esquemas de Reforçamento; Comportamento Supersticioso; Reforço; Independente da Resposta.

ESTUDO DESCRITIVO SOBRE AS DIFICULDADES VIVENCIADAS POR GÊMEOS NO PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO. Jéssica Guirardelli (jessica.guirardelli@gmail.com); Mariana Alves Venceslau; Renata Oliveira Masiero; Yuri Lelis Rafael; Maria Elizabeth Barreto Tavares dos Reis (Departamento de Psicologia e Psicanálise); Silvia Nogueira Cordeiro (Departamento de Psicologia e Psicanálise).

O estudo do desenvolvimento psicológico em gêmeos ainda tem sido realizado de forma restrita e as características do processo de individuação são pouco compreendidas, sendo este um dos propósitos do projeto de pesquisa intitulado “Individualização e saúde mental em gêmeos: psicodiagnóstico e psicopofilaxia” (PROPPG 08371), vinculado ao Laboratório de Estudos e Pesquisa em Psicanálise (LEPPSI) do departamento de Psicologia e Psicanálise/UEL que encontra-se em execução. O presente trabalho consiste em um recorte do projeto com o objetivo de descrever as queixas apresentadas pelos

gêmeos em relação a maneira como foram tratados na infância e na adolescência. A amostra foi constituída por cinco pares de gêmeos do mesmo sexo, na faixa etária de 25 a 40 anos. Foram realizadas entrevistas individuais em locais e horário que estivessem de acordo com a disponibilidade dos pares de gêmeos. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas, as quais versavam sobre o desenvolvimento dos gêmeos desde a infância até o momento atual, considerando a maneira com que eram tratados pela família, escolas e amigos. Foi realizada uma análise qualitativa das questões do roteiro de entrevista nas quais os gêmeos apresentavam algum tipo de queixa referente à forma com que eram tratados em função da gemelaridade. Através da análise foi constatado que a maior parte das queixas dos pares de gêmeos estão relacionadas ao uso de vestimentas iguais, à dificuldade de serem percebidos pelas pessoas como indivíduos e à maneira com que eram colocados na sala de aula. Embora esse trabalho represente apenas um fragmento dos dados coletados ao longo do projeto, já foi possível constatar a necessidade de melhor conhecimento do universo dos gêmeos com o intuito de auxiliar os pais e educadores a melhor conduzir os cuidados ao longo da infância e da adolescência.

Palavras-chave: Gêmeos; Desenvolvimento; Individuação.

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: ESTUDOS DE VALIDADE DE CRITÉRIO POR MEIO DO TESTE INFORMATIZADO DE PERCEPÇÃO EMOCIONAL (PEP).

Eduardo Yudi Huss (eduardo.huss@hotmail.com); Ana Carolina Zuanazzi; Marcia Caroline Portela Amaro; Raissa Barquete Caramanico; Fabiano Koich Miguel (Departamento de Psicologia e Psicanálise).

A inteligência emocional (IE) pode ser considerada como uma vasta área que abarca a habilidade de conhecer as emoções de si e a outros, possibilitando o auxílio nas relações humanas de diversas maneiras. Uma das áreas da IE é a percepção de emoções, que é a capacidade de perceber expressões faciais e emocionais de si mesmo e dos outros. O projeto de pesquisa 08602 “Desenvolvimento da versão adaptativa de um teste para avaliação da percepção emocional” busca desenvolver pesquisas visando o levantamento de dados para contribuir em avaliações mais refinadas em contextos e populações

variadas. Entre seus objetivos está o estudo da percepção emocional em diferentes públicos e contextos, avaliando as possíveis particularidades que a IE pode vir a apresentar. Estudos anteriores utilizando o Teste Informatizado de Percepção de Emoções Primárias (PEP) obtiveram correlações significativas, como: Raciocínio Abstrato ($r=0,36$) e Verbal ($r=0,38$); correlações nulas relacionadas à mensuração da personalidade por meio de autorrelato; e correlações significativas com comportamentos pro-sociais ($r=0,42$ a $0,45$) como interesse no contato com outras pessoas e regulação emocional. O painel pretende apresentar os resultados dessas pesquisas e também outros estudos que estão sendo desenvolvidos, como: reações emocionais por meio de filmes; percepção emocional em surdos; influência da música na percepção de emoções; inteligência emocional em jogadores.

Palavras-chave: Inteligência Emocional; Avaliação Psicológica; Expressões Faciais.

MEDIAÇÃO DE CONFLITO: UMA ABORDAGEM TRANSFORMATIVA. Amanda Carolina Rocha (amandaa.roocha@hotmail.com); Gabriela Ferreira; Ingrid Orbetelli; Isadora Nicastro; Josiane Almeida; Marcos Vinícius Woelke de Oliveira; Marina Zani; Michele Guarnieri; Rafaela Oliveira; Shudy Azuma; Thiago Soares Campoli; Ari Bassi Nascimento (Departamento de Psicologia Geral e Análise de Comportamento); Solange Mezzaroba (Departamento de Psicologia Social e Institucional).

O Programa de Formação Complementar PSICOLOGIA FORENSE: FUNDAMENTOS E TÉCNICAS DE MEDIAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS busca capacitar estudantes de Psicologia e áreas afins para a intervenção social, particularmente a intervenção que versa sobre a mediação de conflitos. Dentre as formas de se lidar com situações de conflitos tem-se a mediação resolutiva, a mediação translativa e mediação baseada na abordagem transformativa. Embora seja uma técnica bem conhecida em outras culturas, recentemente a abordagem transformativa ganha corpo de um instrumento eficaz para se atuar na mediação em áreas diversas, desde que o conflito foco de interesse esteja se mantendo por razões que se divorciam da causa que lhe deu origem. Em outras palavras, a abordagem transformativa é uma tentativa de recuperar a identidade do conflito e de dar às partes algum tipo de poder para estabelecer percepções distintas não só do conflito,

mas do que pensa e de como a outra parte do conflito o vê e a vê. Assim, a mediação transformativa é uma estratégia aplicável quando o conflito se torna intratável, o conflito reflete um problema de identidade, quando se torna maior que o problema de origem de sua formação, em que as partes não estão mais disputando o objeto requerido em si e sim a subjetividade que permeia a disputa - objeto de querer. Cabe ao mediador neste contexto levar as partes perceberem o conflito da perspectiva de sua causa inicial. Os efeitos dessa estratégia são de alto valor para as partes e a sociedade, já que as partes passam ou se esperam que passem a entender a questão contradita de forma menos obscura. Outro ponto importante é que dessa perspectiva, as partes podem decidir o que querem fazer a respeito dela. A abordagem transformativa é um processo permite que as pessoas em conflito ajam com maior grau de autodeterminação e responsividade em relação aos outros, ao mesmo tempo em que exploram soluções para questões específicas. Desse modo, o trabalho tem como objetivo explicar o funcionamento da mediação transformativa através de seus principais hábitos de prática e o papel do mediador na resolução de conflitos, possibilitando uma maior compreensão dessa abordagem para os estudantes de Psicologia e de interessados no campo de resolução de conflitos. Os principais hábitos de prática requeridos aos mediadores são: 1- descrever o papel e os objetivos do mediador diante das partes no processo de mediação; 2- o mediador não deve se sentir responsável pelos resultados da mediação; 3- não julgar os pontos de vista e as decisões das partes; 4- assumir um ponto de vista otimista em relação aos motivos das partes; 5- permitir e ser responsável a expressão de emoções pelas partes; 6- permitir e explorar ambiguidade das partes; 7- permanecer concentrado no aqui e agora da interação do conflito; 8- ser responsável as declarações das partes sobre acontecimentos passados; 9- entender a intervenção como uma parte da interação de conflito; e 10- ter uma sensação de êxito quando a capacitação e o reconhecimento ocorrem, mesmo em graus reduzidos.

Palavras-chave: Abordagem Transformativa; Mediação; Conflito.

MEDIAÇÃO, GUARDA DE FILHOS E PSICOLOGIA FORENSE. Isadora Nicastro Salvador (isadora_nicastro@yahoo.com.br); Amanda Carolina Rocha; Ingrid Orbetelli Silva; Gabriela Ferreira; Josiane Almeida; Marcos Vinícius Woelke de Oliveira; Marina Rocha Zani; Michele Guarnieri; Rafaela Oliveira; Shudy Azuma; Thiago Soares Campoli; Vinicius Liberato de Lima Solange Mezzaroba (Departamento de Psicologia Social e Institucional); Ari Bassi do Nascimento (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento).

A Psicologia Forense é um campo de mediação e resolução de conflitos aplicado e é uma ferramenta útil para várias áreas, incluindo aí os casos de pais que levam a disputa da guarda de filhos ao judiciário. Nesses casos, o psicólogo forense, atuando como mediador, pode ser considerado "legitimador" da Justiça, pois atua junto a juízes, advogados e partes na elucidação das decisões, interpretando e mediando os interesses das partes por meio de laudos e perícias, orientações e oitivas. O psicólogo forense é peça fundamental para diversas decisões relacionadas ao processo de litígio familiar, abrangendo as orientações pertinentes os tipos de guardas filhos. A mediação de divórcio para casais com filhos procura, potencialmente, servir aos interesses das crianças, uma vez que a qualidade das relações entre pais e filhos está intimamente vinculada à qualidade de relacionamento entre os pais pós-separação. Ademais, caracterizada por ações caráter interveniente que cabem na autocomposição, a mediação trata de conflitos ou conflitos potenciais na medida em os interesses, demandas e possibilidades são variáveis que contam para o jogo da questão controvertida exposta à apreciação judicial. Tanto na mediação voluntária, consensual, autônoma, sigilosa, informal ou flexível, o diálogo é utilizado com o objetivo de levar as partes a concessões parciais. Os padrões legais da guarda de filhos trazem em sua história a criança vista primeiramente como propriedade pessoal (objeto) de uma das partes e, posteriormente, como um sujeito de direitos, caminhando para ideia de agente ativo em decisões sobre si próprio. As tradições teórico-históricas que orientam a visão do sistema sobre a criança, na medida em que ela se torna objeto de interesses de adultos em litígios, receberam nomes diferentes. Já se chamou "Doutrina dos anos tenros", o melhor interesse da criança (EUA, predominantemente) e Doutrina da Proteção integral (Estatuto da Criança e do

adolescente). Os diferentes tipos de guarda são a guarda física (a criança vive com o pai ou com a mãe e esse é responsável pelos cuidados diários dela), a guarda parcial (ocorre quando cada um dos pais recebe a guarda única dos filhos em diferentes partes do ano), a guarda única (onde um dos pais recebe a guarda dos filhos), a guarda dividida (em que a guarda dos vários filhos é dividida entre os dois pais), a guarda compartilhada (em que os pais dividem a guarda de um filho ou filhos e ambos têm responsabilidade constante pelos cuidados a eles) e guarda legal (se refere ao direito de tomar decisões legais a respeito de um filho).

Palavras-chave: Forense; Guarda de filhos; Mediação.

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO CULTURAL COMO INSTRUMENTO DE VISIBILIDADE.

Gracielen de Souza Oliveira (graci.olive@gmail.com); Greice Kelly Barbosa; Hellen Lima Buriolla; Iolanda Reis; Isabela Otechar Barbosa; Isabela Dutra Barbosa; Isadora de Souza Bezerra; Jaqueline Alvernaz de Miranda; Jéssica Cristina Eurich; Alejandra Astrid León Cedeño (Departamento de Psicologia Social e Institucional).

Em 2007 foi realizada uma pesquisa nacional envolvendo 71 cidades que levantou dados das pessoas em condição de rua do país. Ao todo, foram registrados 31.922 adultos vivendo nessas condições e dentre as informações coletadas. De acordo com o levantamento, a população em situação de rua é predominantemente masculina (82%); 52% possui entre 25 e 44 anos. Quando questionados sobre os motivos que os levaram a viver na rua, 35,5% se refere a problemas com alcoolismo e/ou drogas; 29,8% menciona o desemprego e 29,1% fala de desavenças com pai/mãe/irmão. A maioria que vive na rua (70,9%) são trabalhadores que possuem atividade remunerada, 58,6% dos entrevistados tem profissão e a minoria deles (15,7%) sobrevive pedindo dinheiro nas ruas. A partir dessas informações, decidiu-se investigar a população em situação de rua da cidade de Londrina, com o objetivo de compreender os efeitos da sua participação em lugares públicos que eles não costumam frequentar. Busca-se estudar os processos de invisibilidade desses cidadãos e, a partir daí, propor um processo de pesquisa-ação que possibilite a inclusão dessa população no espaço universitário. Esta pesquisa-ação visa

construir um projeto em conjunto com as pessoas em situação de rua vinculados ao Movimento de Moradores de Rua de Londrina. A proposta consiste, principalmente, em levar os integrantes do Movimento Moradores de Rua a um evento que acontece toda semana na Universidade Estadual de Londrina, conhecido como “Toda quinta tem!”, que ocorre em frente ao Restaurante Universitário. Esse evento é organizado pelo DCE- Diretório Central dos Estudantes e tem por objetivo trazer pessoas da sociedade em geral que queiram expor as belezas que produzem e, assim, enriquecer a nossa cultura, mostrando a imensidão das realidades existentes. O projeto, apesar de estar em andamento, já gerou resultados. A partir dos contatos feitos com profissionais do CAPS-AD de Londrina, obteve-se conhecimento sobre o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), criado em 19 de agosto de 2005 após a chacina da Sé ocorrida nesta mesma data no ano de 2004, na qual sete moradores de rua foram brutalmente assassinados na Praça da Sé por policiais militares. Após a descoberta do MNPR recebemos o Coordenador Nacional e o Coordenador Municipal do Movimento, ambos ex-moradores de rua que compartilharam suas histórias, relatando a grandeza e os objetivos do movimento na luta pelos direitos dessa população. Ambos os coordenadores foram palestrantes na UEL e puderam conhecer o Restaurante Universitário e o evento “Toda Quinta Tem!”, mostrando grande interesse em trazer mais pessoas ao mesmo. Assim, está se construindo uma relação em que, simultaneamente, aprofundamos o conhecimento acerca das pessoas em situação de rua e trabalhamos juntos com o intuito de reivindicar o direito à cultura e ao livre trânsito pela universidade, ocupando esse espaço público de forma artística e superando o preconceito vivenciado por estas pessoas.

Palavras-Chave: População de Rua; Invisibilidade; Cultura.

PSICOLOGIA E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: A POLÍTICA DE TREINAMENTO DE PESSOAL DAS MELHORES EMPRESAS PARA SE TRABALHAR.

Marcela Miyuki Cavamura Endo (marcela.endo@gmail.com); Rosângela Rocio Jarros Rodrigues (Departamento de Psicologia Social e Institucional).

A Psicologia como área de conhecimento volta-se para a promoção da saúde e nesse sentido busca estudar a relação do homem com a atividade laboral considerando sob quais condições ela ocorre, a fim de compreender o impacto sobre a qualidade de vida no trabalho. O trabalho se constitui como atividade que envolve maior parte do tempo da vida das pessoas, por isso é vital para a compreensão do ser humano. A qualidade de vida no trabalho abrange oito categorias que são: 1) compensação adequada e justa; 2) condições de segurança e saúde no trabalho; 3) oportunidade imediata para utilização e desenvolvimento da capacidade humana; 4) oportunidade futura para crescimento contínuo e segurança profissional; 5) integração social na organização de trabalho; 6) direito dos trabalhadores; 7) espaço total de vida no trabalho e fora dele; 8) relevância social. Cada um desses critérios se divide em diversos indicadores que são atendidos por meio de políticas de gestão de pessoas. O objetivo central dessa pesquisa é investigar a evolução histórica das políticas de gestão de pessoas, neste recorte é no tocante ao treinamento de pessoal, no período de 2000 a 2010 divulgadas no gênero textual “As 100/150 melhores empresas para você trabalhar”, da Revista Exame, na edição especial da Você S/A tendo em vista a promoção da qualidade de vida no trabalho. Essa pesquisa é desenvolvida na Universidade Estadual de Londrina na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho. O método é da pesquisa histórica a partir de documentos veiculados pela mídia escrita, portanto, de domínio público. O corpus é formado por 1560 textos. A técnica empregada para análise dos textos é a de análise de conteúdo. Os resultados parciais demonstram que as empresas estão sensíveis as necessidades dos trabalhadores sendo constatados investimentos na área de treinamento e desenvolvimento de pessoal. Em média, 85% das empresas tem a política de reembolso de parte ou do total geral dos custos dos funcionários com a educação formal abrangendo desde o ensino fundamental a cursos de pós-graduação. Também 25% das empresas afirmam que reembolsam de 50 a 80% os custos dos funcionários com cursos de idiomas

e informática. O foco maior das empresas tem sido no desenvolvimento das habilidades dos líderes (treinamento em relacionamento interpessoal, motivação, comunicação, administração de conflitos e negociação) e o programa de coaching para gerentes. Algumas empresas possuem o seu próprio centro de treinamento e o programa de universidade corporativa. Em geral, os treinamentos realizados na empresa ocorrem no horário do trabalho. Considera-se que pelo menos dois critérios de qualidade de vida no trabalho são atendidos, a saber, a oportunidade imediata para utilização e desenvolvimento da capacidade humana e oportunidade futura para crescimento contínuo e segurança profissional. Os psicólogos nas empresas deveriam proporcionar mais treinamentos a fim de promover a qualidade de vida do trabalhador.

Palavras-chave: Psicologia Organizacional; Qualidade de Vida; Treinamento de Pessoal.

QUESTÕES INCONSCIENTES DE UMA GATA BORRALHEIRA. Mariana Mota Mesquita (marimotam@gmail.com); Vânia Vargas; Claudia Maria de Sousa Palma (Departamento de Psicologia e Psicanálise).

O objetivo deste trabalho é um estudo de caso com a Paciente Dalva, que foi encaminhada pela Medicina devido ao sintoma de obesidade, e, por meio da escuta analítica conteúdos subjetivos apareceram e se mostraram importantes para a condução do caso. Foram realizados 28 atendimentos individuais no Serviço de Psicologia Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de Londrina, no projeto: “Contribuições da Intervenção Psíquica a Pacientes Adultos Atendidos pelo Ambulatório de Psiquiatria do Hospital das Clínicas do curso de Medicina da Universidade Estadual de Londrina”. Houve supervisões clínicas e estudos teóricos construindo assim, uma leitura sobre a posição subjetiva do sujeito diante do sintoma de Obesidade e possíveis intervenções. Dalva tinha 30 anos, queixava-se de seu pai que não a deixava sair, namorar. “Namoro escondido, porque meus pais nunca gostam do meu namorado”. “Se eles descobrirem e não gostarem, eu termino”. Ainda segundo ela, suas irmãs e sua mãe concordavam com ele. “Ele não me deixava ir na casa de nenhuma amiga minha e se eu fosse escondido minha irmã já ligava para o meu pai para contar, então nem ia”. Dalva não trabalhava ou estudava e naquele momento ficava em sua casa ajudando nas tarefas domésticas.

Portanto, parecia ter dificuldade na relação com o Outro: havia um conflito sobre ceder ao desejo deste satisfazendo-o (sendo boa filha) e deixando de lado o seu. Porém ali mesmo já havia uma opção de gozo: não desagradar o Outro e se realizar através deste. O sintoma denunciava que ela engolia tudo para não desagradar ninguém e assim acabou sem lugar. Era um excesso alimentar que delatava o real no corpo. Ao mesmo tempo Dalva tinha muita dificuldade em fazer uso da palavra para falar de si e se responsabilizar enquanto sujeito desejante. Ao longo das sessões começa a fazer uso da linguagem e trazer significantes que norteiam sua vida e a petrificam neste lugar de gozo. Sentia-se alienada e presa ao lugar de “gata borralheira” com as irmãs más que não a deixam namorar, junto a isso havia também o pai castrador que não a permitia nada. E então ficava neste lugar de “nada”. Com o tempo volta a faculdade e consegue um emprego. Consideramos que Dalva ainda não saiu deste lugar alienado ao desejo do Outro. Contudo ao fazer uso da linguagem começa a sair deste lugar de falada para ser o sujeito do discurso. Assim, a análise busca escutar o sujeito do inconsciente e intervir no sentido de colocar a palavra como uma forma de fazer deslizar essa cadeia significativa e ressignificar sua fala. Isso se apresenta importante, o que reforça a necessidade da oferta da psicanálise no Hospital.

Palavras chave: Obesidade; Psicanálise; Hospital.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DOS ESTUDOS RELACIONADOS À SEXUALIDADE E CONTAMINAÇÃO POR DSTs EM IDOSOS. Luzia Venâncio Zanluqui (luziazanluqui@hotmail.com); Marcella Andressa Bosquetti; Margarete Matesco Rocha (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento).

Para a Análise do Comportamento, o desenvolvimento não se restringe a determinadas faixas etárias, mas sim, trata-se da aquisição de repertório comportamental ao longo da passagem do tempo. Quando se chega à velhice, quase sempre se apresentam muitas transformações em relação à época da juventude, pois há mudanças nas contingências, sobretudo as culturais ou sociais. Um aspecto da vida dos idosos que chama bastante atenção é a sua sexualidade. Com os limites físicos da idade, muitos deixam de manter relações sexuais, mas, por outro lado, alguns deles acabam por fazê-lo sem proteção e se

contaminado com doenças. Nessa perspectiva, o objetivo desse estudo foi verificar a produção de conhecimento, por meio de levantamento bibliográfico, de trabalhos publicados a partir da década de 1950 até 2013 a respeito da sexualidade e DSTs em idosos. Foram selecionados 37 estudos publicados em forma de artigos e capítulos de livros. Foi utilizado o recurso de Busca Booleana com as palavras: sexualidade, Idosos, DSTs e psicologia. Os resultados do levantamento bibliográfico foram divididos em três categorias, sendo elas: (1) concepções sobre o envelhecer que abarcou estudos que apresentavam as perspectivas culturais e biológicas sobre o processo de envelhecimento; (2) estudos sobre sexualidade, nela foram inseridos os estudos que envolviam as relações interpessoais e afetivas e, ainda, sobre o uso de drogas usadas no tratamento de disfunção erétil de idosos; e (3) estudos sobre DSTs, que apontam que os idosos vêm, cada vez mais, sendo contaminados por tais doenças. Os resultados possibilitaram descrever os temas mais abordados pelos pesquisadores. O estudo também possibilitou ainda, descrever como os próprios idosos encaram sua sexualidade e o risco de contaminação com doenças sexualmente transmissíveis, sobretudo a AIDS. Considera-se que o comportamento sexual do idoso obedece às mesmas leis dos demais comportamentos. De forma geral o estudo demonstrou que afora as questões físicas, que por ventura podem inviabilizar o sexo na velhice, numa perspectiva de saúde e bem estar do idoso, observou-se que, grande parte dos idosos, não pensa em consequências futuras de modo geral, levando-os a se preocuparem pouco com a contaminação com doenças em geral e DSTs especialmente. Esses dados indicam a necessidade de mais estudos e intervenções preventivas junto a essa população.

Palavras-chave: Psicologia; DSTs; Idosos.

SÍNDROME DE BURNOUT: SUAS IMPLICAÇÕES NA VIDA DO PROFISSIONAL CUIDADOR. Daniele Fernanda de Oliveira (danieleoliveira2@hotmail.com); Danniele Zambrim Cremasco; Emanuela Esteves Brisola; Rosângela Rocio Jarros Rodrigues (Departamento de Psicologia Social e Institucional).

A Síndrome de Burnout está ligada ao processo de trabalho, em especial, ao contexto, às condições e às relações interpessoais que podem levar à situação de estresse

ocupacional crônico. É uma síndrome multidimensional e diversos autores a caracterizam como sentimentos relacionados à fadiga e redução dos recursos emocionais para enfrentar situações estressoras; à percepção de que não se é competente para executar o trabalho e, também, atitudes negativas com relação às outras pessoas. Os trabalhadores mais susceptíveis a esta síndrome são trabalhadores da área da saúde. Esse é um projeto de pesquisa que está sendo desenvolvido na disciplina de Tópicos Avançados em Psicologia Institucional, na quarta série do curso de Psicologia da UEL, na área de Psicologia do Trabalho. O objetivo central é refletir acerca da incidência da Síndrome de Burnout em trabalhadores “cuidadores” e analisar as variáveis envolvidas. O método é da pesquisa bibliográfica com levantamento de artigos científicos nas áreas de psicologia, saúde e administração. Os artigos serão interpretados conforme a técnica de Análise de Conteúdo. Os resultados esperados devem revelar quais as variáveis que afetam o cotidiano do trabalho e a saúde do trabalhador cuidador. Conclui-se que a pesquisa é relevante por contribuir para a compreensão do processo de adoecimento físico e psíquico que acometem trabalhadores envolvidos com o cuidado do outro.

Palavras-chave: Síndrome de Burnout; Saúde Mental; Trabalho do Cuidador.

SOCIEDADES PÓS APOCALÍPTICAS/CATASTRÓFICAS E O COMPORTAMENTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO: A QUESTÃO DO LÍDER EM UM GRUPO. Maria Lúcia Mantovanelli Ortolan (mariaortolan@hotmail.com); Daniel Polimeni Maireno (Departamento de Psicologia e Psicanálise).

Nunca se falou tanto em sociedade pós apocalíptica como hoje em dia. Um exemplo é o alto consumo de literaturas de entretenimento sobre o tema, tais como o seriado americano The Walking Dead. Nesses contextos catastróficos, mostra-se a formação e manutenção de grupos, tendo eles pertencentes intitulados líderes. A escolha deste material de análise justifica-se, pois as sociedades pós apocalípticas podem ser consideradas a melhor retomada ao primitivo, os primórdios de civilização, o que facilitaria uma corroboração teórica, mostrando que a figura do líder, a liderança, existe desde os bárbaros (ditos não civilizados). Socialmente falando, entender o dinamismo da liderança e a constituição de seus líderes seria um grande avanço para uma melhor manutenção

das relações sociais. O comportamento social humano, de formação de grupos, na perspectiva freudiana, já se debateu o seu caráter redutível, e não primitivo, do chamado instinto social, sendo que este pode ser possivelmente descoberto nos primórdios afetivos, tal como o da família. Os materiais analisados para a pesquisa serão alguns episódios das mencionadas literaturas de entretenimento, determinados eventos cotidianos que contenham uma amostra de formação e manutenção de grupos com líderes, e uma leitura minuciosa do livro freudiano A Psicologia das Massas e Análise do Eu, escrito na década de 20. Os resultados parciais desta investigação apontam uma aparência de naturalidade na necessidade de se ter um líder no comando de um grupo. Foram debatidas, então, possíveis tendências do homem a se organizar em torno de um líder, todavia esse líder não seria como qualquer outro membro do grupo, este deveria ajustar suas qualidades pessoais à deste grupo. Sendo assim, este estudo direciona-se para uma corroboração e, conseqüentemente, uma interpretação dos pressupostos freudianos a respeito da questão da liderança, usando-se da ideia de que é possível uma predisposição psíquica a “seguir” líderes/modelos. O objetivo desse projeto é compreender a escolha e manutenção do líder em um grupo de acordo com o arcabouço teórico da psicanálise e da psicodinâmica, investigando os comportamentos sociais de líderes e pares envolvidos em situações de grupo, caracterizando-os como fenômenos de massa.

Palavras-chave: Fenômenos de Massa; Liderança; Psicanálise.

TEORIA DOS JOGOS APLICADA A MEDIAÇÃO. Thiago Soares Campoli (thiagocampoli@hotmail.com); Robson Shudy Azuma; Michele Guarnieri; Gabriela Ferreira; Ingrid Orbetelli; Marina Rocha Zani; Isadora Nicastro; Josiane Almeida; Rafaela Oliveira; Marcos Vinícius Woelke de Oliveira; Shudy Azuma; Thiago Soares Campoli; Amanda Carolina Rocha; Vinicius Liberato de Lima; Solange Mezzaroba (Departamento de Psicologia Social e Institucional); Ari Bassi do Nascimento (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento).

A Teoria dos Jogos pode ser definida como um conjunto de procedimentos lógicos e matemáticos que permite analisar as estratégias de interação entre dois ou mais agentes

(jogadores), mutuamente conscientes de que o resultado individual dependerá da estratégia adotada pelos demais integrantes (Fiani, 2009). O jogo se caracteriza por qualquer representação em que é possível analisar a interação entre aqueles agentes. Tradicionalmente aplicada à área econômica, a teoria dos jogos hoje atravessa várias disciplinas, dentre elas a ciência da computação, política, sociologia e psicologia. (Fiani, 2009) No que tange à psicologia forense, a mediação é um método extra-judicial para solução de um conflito, no qual um terceiro, o mediador, atua para promover a solução do conflito por meio do realinhamento das divergências entre as partes, os mediandos. Em um jogo não cooperativo, assim como na mediação de um conflito, há indivíduos disputando um recurso singular simultaneamente, e para que se possibilite a dissolução da lide, faz-se necessário determinar quais serão os resultados mais prováveis caso os jogadores ajam racionalmente, ou seja, sustentem ações que maximizem as possibilidades de recompensa. (Fiani, 2009) Ter ciência sobre o histórico dos mediandos, fazer análises, explorar o conflito, saber a hipótese de que estratégias produz o melhor resultado, os objetivos do conflito, entre outros são pontos importantes e fundamentais para dar início a um aprofundamento do conflito. O mediador explora o conflito para identificar os interesses que se encontram além ou ocultos pelas queixas manifestas (as posições). O mesmo não decide, não sugere soluções, mas trabalha para que os mediandos as encontrem e se comprometam com elas, destacando que o reconhecimento do ponto de vista do outro é fundamental para a mediação (Fiorelli; Mangini, 2012). Por outro lado, é importante que os agentes aceitem ajuda do mediador para lidar com as diferenças. Logo, em uma mediação de conflitos, nesse caso, serão determinadas as combinações de estratégias, suas consequências, sempre levando-se em consideração que as partes ajam de forma racional.

Palavras-chave: Jogos; Mediação; Forense.

USO DE UM JOGO EDUCATIVO BASEADO NO MODELO DE EQUIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS NO ENSINO DE HABILIDADES MONETÁRIAS À CRIANÇAS COM DIFICULDADE EM MATEMÁTICA. Luzia Venâncio Zanluqui (luziazanluqui@hotmail.com); Verônica Bender Haydu (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento).

A utilização de jogos na educação de crianças pressupõe que elas podem generalizar as formas de resolução de problemas do jogo para outros contextos. O modelo da Equivalência de Estímulos vem mostrando-se efetivo no ensino de relações condicionais que favorecem o aprendizado das habilidades propostas em jogos. O presente estudo visou avaliar se um jogo educativo (DIM-DIM: Negociando & Brincando) desenvolvido com base no modelo de Equivalência de Estímulos, é eficaz no ensino de habilidades monetárias e se promove generalização de estímulos à crianças que apresentam dificuldade de aprendizagem na disciplina de matemática. O jogo compõe-se de um tabuleiro com casas de compra, venda e troca de mercadorias, além de resoluções de operações matemáticas de soma e subtração propostas durante as partidas. Os participantes do estudo foram 18 alunos do ensino fundamental, de ambos os sexos, com idades entre 8 e 9 anos, oriundos de uma escola municipal da cidade de Londrina. Os participantes foram submetidos a 6 sessões do jogo, com sondas entre as sessões, respeitando um delineamento de bases múltiplas. Além disso, foram submetidos a um pré-teste e um pós-teste e passaram por um teste de manutenção com uma média de 25 dias após o pós-teste. Realizou-se também, um teste de generalização que consistia em uma simulação de loja de doces, na qual os participantes realizaram atividades de compra, venda e troca, efetuando as operações matemáticas exigidas na situação. Os resultados obtidos demonstram que todos os participantes apresentaram maior porcentagem de acertos no pós-teste se comparado ao pré-teste e apresentaram 100% de acertos no teste de generalização. Isso demonstra que os participantes, nas sessões do jogo, aprenderam as habilidades que o jogo se propõe a ensinar, e o resultado do teste de generalização demonstra que as habilidades aprendidas no jogo podem ser generalizadas para um contexto simulado. Conclui-se que os participantes apresentaram melhora no desempenho de habilidades monetárias após jogarem “DIM-DIM: Negociando

& Brincando” e que o jogo é eficaz enquanto instrumento de ensino de habilidades monetárias e matemáticas.

Palavras-chave: Equivalência de Estímulos; Generalização; Jogos Educativos.